

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
NÍVEL MESTRADO

CRISTIANA REZENDE GONÇALVES CANEDA

DESENVOLVIMENTO E PROPRIEDADES PSICOMÉTRICAS DA ESCALA
MOTIVACIONAL PARA O PORTE DE ARMA (EMPA)

SÃO LEOPOLDO

2009

Cristiana Rezende Gonçalves Caneda

DESENVOLVIMENTO E PROPRIEDADES PSICOMÉTRICAS DA ESCALA
MOTIVACIONAL PARA O PORTE DE ARMA (EMPA)

Dissertação apresentada como requisito parcial
para a obtenção do título de Mestre, pelo
Programa de Pós Graduação em Psicologia,
Área de concentração Psicologia Clínica, da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Orientador: Prof. Dr. Maycoln Leoni Martins Teodoro

São Leopoldo

2009

C221d Caneda, Cristiana Rezende Gonçalves.
Desenvolvimento e propriedades psicométricas da Escala Motivacional para o Porte de Arma (EMPA) / Cristiana Rezende Gonçalves Caneda. – 2009.
104 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2009.
“Orientador: Prof. Dr. Maycoln Leoni Martins Teodoro”.

1. Personalidade – Avaliação. 2. Controle de armas de fogo. 3. Psicometria. 4. Porte de armas. 5. Escala Motivacional para o Porte de Armas. I. Título.

CDD-153.94
CDU-159.938

Cristiana Rezende Gonçalves Caneda

DESENVOLVIMENTO E PROPRIEDADES PSICOMÉTRICAS DA ESCALA
MOTIVACIONAL PARA O PORTE DE ARMA (EMPA)

Dissertação apresentada como requisito parcial
para a obtenção do título de Mestre, pelo
Programa de Pós Graduação em Psicologia,
Área de concentração Psicologia Clínica, da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Aprovada em ___ de _____ de ____.

BANCA EXAMINADORA

Maycoln L. M. Teodoro, Prof. Dr. (Presidente/Orientador)

Rosa Maria Martins de Almeida, Prof^a. Dr^a. (UNISINOS, Relatora)

Carlos Henrique Sancineto da Silva Nunes, Prof. Dr. (UFSC)

Claudia Hofheinz Giacomoni, Prof^a. Dr^a. (UNESP)

Denise Ruschel Bandeira, Prof^a. Dr^a. (UFRGS)

Dedico este trabalho
a meu esposo, Rogério,
a memória de minha mãe e irmão, Neuza e Rogério,
ao meu pai, Barney Avelar,
pelo amor, compreensão e dedicação.

AGRADECIMENTOS

Ao professor e orientador Dr. Maycoln L. M. Teodoro pela orientação, dedicação, compreensão e incentivo durante a construção deste trabalho.

A meu esposo Rogério, meu grande amor, companheiro, que me faz rir quando quero chorar, que me mostrou que sonhos se tornam realidade.

A memória de minha querida mãe Neusa, pelo amor e preocupação comigo.

A memória de meu irmão Rogério Rezende Gonçalves, pelas brincadeiras, companheirismo e amor.

Ao meu querido pai, que fez mais que apenas me orientar, meu grande mestre, meu companheiro de caminhada.

As minhas colegas de estrada, Graziela Cezne, Caroline Marafiga e Bibiana Malgarim, pelas risadas durante as viagens cansativas.

Ao Coronel Arno Ribeiro Jardim Júnior, Ex-Diretor do Hospital Militar da Guarnição de Santa Maria, pela generosidade e compreensão dedicada durante os dois últimos anos, me liberando todas as semanas para assistir aula. A atual Direção do Hospital da Guarnição de Santa Maria, pela confiança e compreensão neste ano.

As professoras Dr^a Rosa Maria Martins de Almeida (relatora), Dr^a Carolina Saraiva de Macedo Lisboa e a Dr^a Elisa Kern Castro, pela disponibilidade e contribuição durante este estudo.

Aos membros Dr. Carlos Henrique Nunes, Dr^a. Claudia Hofheinz Giacomoni e Dr^a. Denise Bandeira pela disponibilidade em participar da banca de defesa desta dissertação.

Aos meus alunos, colegas, candidatos ao porte de arma que gentilmente se interessaram e colaboraram com este estudo.

LISTA DE FIGURAS

	Págs.
Figura 1. Gráfico de Sedimentação da Análise Final da Escala Motivacional para Porte de Arma (EMPA).....	40;73
Figura 2. Gráfico de Sedimentação da Primeira Análise da Escala Motivacional para Porte de Arma (EMPA) com 51 itens.....	61
Figura 3. Modelo da Análise Fatorial Confirmatória da Escala Motivacional para o Porte de Arma (EMPA).....	75

LISTA DE TABELAS

	Págs.
Tabela 1. Análise Fatorial Exploratória Final da Escala Motivacional Para Porte de Arma (EMPA) com o Método dos Componentes Principais e Rotação Varimax para Quatro Fatores.....	37;70
Tabela 2. Média e Desvio Padrão dos Fatores da EMPA divididos pelo Sexo do Participante.....	41;76
Tabela 3. Média e Desvio Padrão dos Fatores da EMPA da amostra Masculina divididos pelos Grupos Civil e Militar.....	42;77
Tabela 4. Média e Desvio Padrão dos Fatores da EMPA divididos pelos Grupos a Favor e Contra o Porte de Arma.....	42;78
Tabela 5. Itens Selecionados para a Versão Empírica da Escala Motivacional para Porte de Arma (EMPA).....	52
Tabela 6. Itens Excluídos para a Versão Empírica da Escala Motivacional para Porte de Arma (EMPA).....	55
Tabela 7. Análise Fatorial Exploratória da Versão Empírica da Escala Motivacional para Porte de Arma (EMPA) com Método dos Componentes Principais e Rotação Varimax para Cinco Fatores.....	62
Tabela 8. Análise Fatorial Exploratória da Versão Empírica da Escala Motivacional para Porte de Arma (EMPA) com o Método dos Componentes Principais e Rotação Varimax para Quatro Fatores.....	66
Tabela 9. Média e Desvio Padrão dos Fatores da EMPA divididos pelos Grupos Possui/Não Possui Arma.....	78
Tabela 10. Média e Desvio Padrão dos Fatores da EMPA divididos pelos Grupos Contato/Sem Contato com Arma.....	79
Tabela 11. Média e Desvio Padrão dos Fatores da EMPA divididos pelos Grupos Possui Arma na Família/Não possui Arma na Família.....	79
Tabela 12. Média e Desvio Padrão dos Fatores da EMPA divididos pelos Grupos que Considera seu Bairro Violento/Não Considera seu Bairro Violento.....	80

SUMÁRIO

RESUMO	9
ABSTRACT	10
Apresentação	11
Seção I - Contribuições da Avaliação Psicológica ao Porte de Arma de Fogo.....	13
1.1 Introdução.....	13
1.2 Pesquisas Internacionais sobre o Porte de Arma.....	18
1.3 Pesquisas Nacionais sobre o Porte de Arma	22
1.4 Considerações Finais.....	28
Seção II - Desenvolvimento e Investigação de Propriedades Psicométricas da Escala Motivacional para Porte de Arma (EMPA).....	31
2.1 Introdução.....	31
2.2 Método	33
2.2.1 Participantes	33
2.2.3 Desenvolvimento da Escala Motivacional para o Porte de Arma (EMPA)	34
2.2.4 Procedimentos de Pesquisa e Éticos.....	35
2.2.5 Instrumentos	35
2.2.6 Análise dos Dados	35
2.3 Resultados	36
2.3.1 Análise Fatorial Exploratória da EMPA	36
2.3.2 Análise Fatorial Confirmatória da EMPA.....	40
2.3.3 Análises Comparativas da EMPA	41
2.4 Discussão.....	43
Seção III – Relatório de Pesquisa.....	46
3.1 Estudo I	48
3.1.1 Método	49
3.1.1.1 Grupos Focais.....	49
3.1.1.2 Desenvolvimento da Escala Motivacional para o Porte de Arma (EMPA)	49
3.1.1.3 Procedimentos Éticos e de Pesquisa.....	50
3.1.1.4 Análise de Validade de Conteúdo da Escala Motivacional para o Porte de Arma (EMPA)	50
3.1.2 Resultados do Estudo I.....	52
3.1.3 Discussão Estudo I	55
3.2 Estudo II	57
3.2.1 Método do Estudo II.....	57
3.2.1.1 Delineamento	57
3.2.1.2 Participantes	57
3.2.1.3 Procedimentos de Pesquisa e Éticos.....	58
3.2.1.4 Instrumentos	58
3.2.1.4.1 Questionário sociodemográfico.....	58
3.2.1.4.2 Escala Motivacional para Porte de Arma (EMPA, Anexo C).....	58
3.2.2 Análise dos Dados	59
3.2.3 Resultados do Estudo II.....	60
3.2.3.1 Análise Fatorial Exploratória da EMPA	60
3.2.3.1.1 Resultados da análise fatorial exploratória inicial (51 itens)	60
3.2.3.1.2 Análise fatorial exploratória da EMPA para cinco fatores.	61
3.2.3.1.3 Análise fatorial exploratória da EMPA para quatro fatores.....	66
3.2.3.1.4 Versão Final da Escala Motivacional para Porte de Arma (EMPA).....	70
3.2.3.2 Análise Fatorial Confirmatória da EMPA.....	73

3.2.3.3 Análises Comparativas da EMPA	76
3.2.4 Discussão do Estudo II.....	80
Seção IV - Considerações Finais.....	85
Referências	87
Anexo A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	95
Anexo B - Questionário Sociodemográfico	96
Anexo C - Escala de Atitudes com Relação ao Porte de Arma de Fogo.....	97
Anexo D - Versão Final da Escala Motivacional para Porte de Arma (EMPA).....	100

RESUMO

Arma de fogo tem sido um tema amplamente discutido na literatura científica. Entretanto, pouquíssima atenção vem sendo dada aos aspectos motivacionais e psicológicos do seu uso. Este estudo teve como objetivo desenvolver um instrumento capaz de investigar as atitudes motivacionais de adultos com relação às armas de fogo. Foram realizados dois estudos. No Estudo I, foi feita uma revisão das escalas existentes na literatura internacional juntamente com grupos focais com civis e militares sobre a motivação para o uso de armas. A partir daí, foi criado um modelo que continha quatro fatores: “Arma como Risco”, “Arma como Proteção”, “Direito ao Porte de Arma” e “Exposição” e elaborados itens que os contemplasse. Cada item foi analisado por três juízes quanto à sua semântica, clareza e pertinência teórica. Baseando-se na concordância e notas atribuídas pelos juízes, foram selecionados 51 itens que formaram a primeira versão da Escala Motivacional para o Porte de Arma (EMPA). No Estudo II, a EMPA foi aplicada em 550 respondentes, sendo 258 homens (46,90%) e 292 mulheres (53,10%). A idade variou de 18 a 86 anos (Média= 28 anos, DP= 13,75 anos). A aplicação foi coletiva e o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa. Os dados foram analisados por meio de análise fatorial exploratória com o método dos componentes principais e rotação Varimax para quatro fatores, conforme modelo desenvolvido no Estudo I. Posteriormente foram feitas análises fatoriais confirmatórias. Após a retirada de alguns itens (devido à baixa saturação e comunalidade), obteve-se uma solução com 36 itens, índice KMO=0.91 e Teste de Bartlett significativo. O modelo explicou 48% da variância com os fatores “Arma como Proteção” (13 itens), “Arma como Risco” (11 itens), “Direito” (cinco itens) e “Exposição” (sete itens). Os resultados da análise fatorial confirmatória apoiaram a estrutura da EMPA encontrada na análise fatorial exploratória. Todas as relações entre as variáveis latentes e observadas foram significativas, indicando que o fator contribui para a explicação da variância do item. Foram observadas também correlações entre os fatores. Quanto maior a intensidade no fator “Proteção” e “Direito” menor são o “Risco” e a “Exposição”. Da mesma maneira, quanto maior a variável “Risco” e “Exposição”, menor o “Direito”. Os escores da EMPA foram analisados com relação ao sexo, estado civil e experiência com arma de fogo. Os resultados mostram índices psicométricos de validade e fidedignidade satisfatórios para a EMPA, indicando que o instrumento poderá auxiliar futuramente no processo de avaliação psicológica para o porte de arma e em pesquisas.

Palavras-chave: Avaliação Psicológica; Porte de arma; Escala psicológica.

ABSTRACT

Firearm has been a theme thoroughly discussed in the scientific literature. However, little attention has been given to the motivational and psychological aspects of its use. This study had as objective the development of an instrument capable of investigating the motivational attitudes of adults regarding firearms. Two studies were conducted. In the first Study, a review on the existent ranges in international literature was made along with focal groups made up of civilians and military relate to the motivation for using weapons. From then on, a model that contained four factors was created: “Weapon as a Risk”, “Weapon as Protection”, “Right to Carry a Weapon” and “Exhibition” and elaborated items to contemplate them. Each item was analyzed by three judges as for its semantics, clarity and theoretical pertinence. Based on the agreement and grades given by the judges, 51 items were selected which formed the first version of the Motivational Range for Carrying a Weapon (MRCW). In the second Study, MRCW was applied in 550 respondents, being 258 men (46,90%) and 292 women (53.10%). Ranging from 18 to 86 years old (Average = 28 years old, DP = 13,75 years old). The application was collective and the project was approved by the Committee of Ethics in Research. The data were analyzed through exploratory factorial analysis with the method of the main components and Varimax rotation for four factors, as the model developed in the first Study. Later empirical factorial analyses were made. After the retreat of some items (due to low saturation and commonality), a solution with 36 items was achieved, index of KMO=0.91 and significant Bartlett Test. The model explained 48% of the variance with the factors “Weapon as Protection” (13 items), “Weapon as a Risk” (11 items), “Right” (5 items) and “Exhibition” (7 items). The results of the empirical factorial analyses supported the MRCW structure found in the exploratory factorial analysis. All of the relationships among the latent and observed variables were significant, indicating that the factor contributed to the explanation of the variance of the item. Correlations among the factors were also observed. The higher the intensity in the factor “Protection” and “Right” the lower are “Risk” and “Exhibition.” In the same way, the higher the variable “Risk” and “Exhibition”, the lower is “Right.” The scores of MRCW were analyzed regarding the sex, marital status and experience with firearm. The results show psychometric indexes validity and loyalty satisfactory for MRCW, indicating that the instrument will hereafter be able to help in the process of psychological evaluation for the carrying of a weapon load and in researches.

Keywords: Psychological Assessment; Carrying of a weapon; Psychological scale.

Apresentação

A presente dissertação aborda a construção da Escala Motivacional para o Porte de Arma (EMPA) e foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Os resultados da investigação foram organizados em quatro seções, a primeira seção um artigo teórico, a segunda seção de um artigo empírico, a terceira seção de um relatório de pesquisa e, a quarta seção de considerações finais, de acordo com o estabelecido pelo regimento interno deste Programa de Pós-Graduação.

Na primeira seção dessa dissertação é apresentada uma revisão de literatura sobre estudos que envolvam o tema da avaliação para o porte de arma. A bibliografia utilizada está subdividida, em dois tópicos. O primeiro versa sobre pesquisas internacionais sobre o porte de arma e o segundo sobre pesquisas nacionais.

Na segunda seção são apresentados e discutidos os resultados obtidos na investigação das propriedades psicométricas da EMPA em forma de artigo. Optou-se por explorar neste artigo os aspectos de validade de construto e de consistência interna da escala.

A terceira seção apresenta o relatório de pesquisa que tem a finalidade de delinear e aprofundar o relato da pesquisa empírica. Toda esta parte foi desenvolvida a partir de uma sistematização dos procedimentos de pesquisa utilizados, fornecendo uma visão mais detalhada do processo de investigação realizado.

Finalmente, na quarta seção são apontadas as considerações finais do tema proposto nesta dissertação apoiadas no estudo realizado. O objetivo geral do presente estudo foi desenvolver um instrumento capaz de investigar as atitudes motivacionais de adultos com relação às armas de fogo, a partir do delineamento quantitativo transversal.

O interesse dessa dissertação teve como motivação a realização da avaliação psicológica do porte de armas exigida na legislação do SINARM – Sistema Nacional de Armas (1998) e a inexistência de instrumentos específicos no Brasil. Acredita-se que os resultados deste estudo servirão para identificar uma variedade de crenças que podem estar associadas às armas, tornando uma medida relevante para a produção científica e auxílio para a avaliação do porte de arma.

O instrumento criado a partir deste estudo poderá ser utilizado em avaliações individuais e coletivas, orientando o psicólogo na identificação das motivações daqueles

que desejam adquirir ou portar uma arma de fogo e influenciando o processo diagnóstico. Poderá ainda auxiliar órgãos como a Polícia Federal e as Forças Armadas na expedição de documentos técnicos que venham indicar ou contra-indicar candidatos ao porte de arma. Além disso, poderá contribuir para um maior controle por parte de especialistas que atuam em avaliações psicológicas pertinentes a segurança pública e privada no país.

A discussão da avaliação psicológica para o porte de arma revela-se uma questão pouco debatida e se faz presente e necessária para futuros estudos. Espera-se muitas pesquisas pertinentes ao assunto daqui para frente, além de um maior interesse por parte da área de psicologia no Brasil e em outros países, a final, o problema da violência por armas de fogo é comum a todas as realidades do mundo contemporâneo.

Seção I - Contribuições da Avaliação Psicológica ao Porte de Arma de Fogo

1.1 Introdução

A violência é um sintoma social marcante da atualidade e assume um verdadeiro mal-estar no cenário contemporâneo (Marin, 2006). A problemática atinge desde os países mais desenvolvidos, como também aqueles marcados pela desigualdade social, ocupando espaços cada vez maiores na sociedade organizada e na mente de cidadãos comuns (Pellini, 2006). A violência é um fenômeno complexo e seu estudo requer atenção de várias áreas do conhecimento (Sacramento & Rezende, 2006).

O tema da violência tornou-se um problema mundial e tem sido o centro de debate no campo da segurança pública (Neme, 2005; Peres, 2006), constituindo também um problema de saúde pública (Dreyfus & Nascimento, 2006; Gomes, Falbo Neto, Viana, & Silva, 2006; Peres, 2005) em diversos países. O fenômeno parece se manifestar de diversas formas, adaptando-se às especificidades culturais e possibilidades de cada momento histórico (Gomes, Falbo Neto, Viana, & Silva, 2006).

Dentre os aspectos que envolvem os diversos tipos de violência, são pouco explorados aqueles que abordam a contribuição das armas de fogo nesse processo. Grande parte dos estudos existentes se refere apenas a dados epidemiológicos. A violência por armas de fogo resulta da complexa e dinâmica interação entre múltiplos determinantes que incluem fatores individuais, relacionais, comunitários e sociais. O acesso a essas armas, por sua vez, contribui para o crescimento da violência fatal, alimentando o sentimento de insegurança e medo na população. Isso faz com que as armas de fogo constituam, ao mesmo tempo, uma tentativa de se proteger contra a violência e em um elemento de reprodução do problema que visam evitar (Mesquita Neto, 2005; Peres, 2004; Sá & Werlang, 2007).

Sá e Werlang (2007), ao investigarem os dados epidemiológicos dos comportamentos violentos na cidade de Porto Alegre/RS, concluíram que a arma de fogo foi o meio mais utilizado tanto para homicídios (87,5%) como para suicídios (85,7%). A explicação dada pelas autoras sobre esta escolha foi que a arma de fogo parece mais letal e efetiva, além da facilidade que as pessoas têm para obter tais instrumentos, muitas vezes, com o objetivo de se proteger diante da crescente onda de violência, mas que acaba por propiciar dramas de grande impacto.

A arma de fogo representa um risco à vida não apenas pela letalidade do instrumento, mas, principalmente, pelas características de seus usuários (Portillo, 1998). Vários autores (Kates, Schaffer, Lattimer, Murray, & Cassem, 1994, Kellermann, 1996, Polsby & Brennen, 1995, Wintemute, 1998) afirmam que os proprietários de armas que cometem homicídios apresentam perfis similares de comportamento. Algumas características deste perfil são: consumo de álcool, uso ilícito de drogas, histórico de detenção e história de violência familiar, além do medo experimentado anteriormente que pode motivar a aquisição de uma arma. Em geral, essas pessoas apóiam o porte de arma como uma forma de defesa pessoal a determinadas situações de perigo (roubos, ameaças, invasão de domicílio e etc).

O IBGE (2004) ressalta que entre 1991 e 2000 aumentaram em 95% as taxas de mortalidade por homicídios com uso de arma de fogo entre homens jovens (de 15 a 24 anos) no Brasil. Em outro documento, mais recente e divulgado pelo Ministério da Saúde (2007), há resultados que apontam para uma queda nas mortes por armas de fogo, que diminuiram 12% no Brasil, entre 2003 e 2006, devido aos esforços e ações do governo e da sociedade civil contra a violência.

No Brasil, desde a edição do Estatuto do Desarmamento (2003), o controle de armas tornou a posse e especialmente o porte de armas mais restrito. A partir desse momento o porte seria outorgado aos policiais, militares, responsáveis pela segurança e casos funcionais previstos em legislação específica. O porte de armas tornou-se em regra proibido. A posse, em residência ou local de trabalho, passou a exigir avaliação psicológica, idade superior a 25 anos e, principalmente, declarar a motivação para ter uma arma. Desde então, o assunto vêm preocupando psicólogos e cientistas.

Dentre as pesquisas internacionais que abordam a problemática da violência com armas de fogo, destaca-se o estudo de Shapiro, Dornen e Welker (1998) desenvolvido nos Estados Unidos. Os autores investigaram algumas características demográficas (sexo, escolaridade, etnia e sistema escolar) e a violência relacionada à exposição, atitudes e comportamentos com armas. Os resultados distinguiram três tipos de exposição às armas de fogo: (a) exposição perturbadora ou traumática à violência com arma, (b) exposição não traumática a pistolas, e (c) familiaridade não traumática com rifles de caça. Os resultados mostraram que jovens do sexo masculino e de escolas públicas urbanas apresentaram escores mais altos (maior exposição) no questionário sobre as atitudes em relação às armas e violência do que o sexo feminino e jovens de outros sistemas escolares.

Em outro estudo realizado nos Estados Unidos (Azrael & Hemenway, 2000), foi avaliada a frequência relativa e características de armamentos relacionados a incidentes com armas em residência. Dentre os entrevistados, os participantes relataram utilizar vários tipos de armamentos (faca, taco de baseball), inclusive arma de fogo, para defesa. Embora não se tenha conhecimento do proprietário das armas usadas nos incidentes, a maior parte delas foi ostentada por homens para intimidar mulheres. A pesquisa mostrou que além da arma ser frequentemente usada contra membros da família ou intrusos, ela pode ser usada não somente para matar ou ferir, mas também para intimidar e amedrontar.

A pesquisa conduzida por Kahn, Marwan e Mulihill (2001), realizada nos Estados Unidos, avaliou a frequência de posse, atitudes, bem como o papel do médico na prevenção da violência com armas de fogo entre os estudantes. O estudo constatou que os adolescentes são frequentemente expostos à violência com armas em decorrência da sua presença no lar. Já quanto à prevenção, embora não procurassem aconselhamento médico, os jovens estariam receptivos a tal modalidade de intervenção.

Em um estudo comparativo, Cooke (2004) investigou as atitudes dos jovens dos Estados Unidos, Grã-Bretanha e Austrália em relação às armas, utilizando-se da Escala de Atitude em Relação à Arma (*A Three-factor Scale of Attitudes Toward Guns - ATGS*). Os resultados indicaram que os americanos são mais favoráveis à posse de arma, tendo um escore significativamente mais alto do que os australianos e britânicos na crença de que este é um direito do cidadão, e que as mesmas fornecem proteção contra o crime. Os entrevistados australianos e britânicos tiveram escores mais altos em itens relacionados à crença de que as armas estimulam o crime, quando comparados com os americanos. Em uma pesquisa posterior, foi acrescentado um item à escala ATGS (Cooke & Puddifoot, 2000), que versava sobre o direito de porte de armas não legalizadas. As respostas indicaram pouco apoio dos entrevistados australianos, americanos e britânicos como relação a esta situação.

Em um estudo sobre o controle de armas na Guatemala (León-Escribano, 2006), buscou-se investigar a percepção de homens, mulheres e jovens a respeito do seu uso e seu impacto na vida dessas pessoas. Os resultados mostraram a existência de estereótipos culturais, nos quais homens e mulheres possuíam papéis distintos e que deveriam cumpri-los de acordo com os costumes estabelecidos pela sociedade. A existência dessa série de crenças baseadas em estereótipos de gênero fomenta o uso de armas por homens, desconsiderando, muitas vezes, o alto risco de se portar uma arma. Desta forma, poderia-se

atribuir grande parte da violência aos homens, já que este foi relatado como sendo forte e superior ao utilizarem armas. Ao contrário, as mulheres foram descritas como frágeis e submissas perante a sociedade. Para o autor, o uso de arma estaria associado à masculinidade ou “ser um homem”, retratando elementos culturais e sociais. Em algumas zonas da Guatemala, por exemplo, para sinalizar que o jovem deixou de ser adolescente e passou a ser homem, ele recebe do pai uma arma de fogo. León-Escribano concluiu que, embora as mulheres normalmente não possuam armas, elas são, juntamente com as crianças, as maiores vítimas da violência doméstica. Deste modo, a redução do fluxo de armas poderá contribuir para a construção de espaços mais seguros para as mulheres e crianças. Já a problemática dos jovens deve ser abordada a partir da criação de políticas públicas.

Cabral e Ramírez (2006) investigaram a relação entre a taxa de homicídios e a disponibilidade de armas legais na República Dominicana, analisando as estatísticas policiais sobre homicídios nos últimos seis anos e os dados oficiais sobre o número de licenças emitidas para transportar ou usar armas. Os resultados mostraram que a proliferação de armas de fogo entre a população civil foi promovida de forma irresponsável naqueles anos pelo próprio Estado, responsável pelo seu controle, distribuição e comercialização. Além disso, as autoridades foram responsabilizadas e consideradas permissivas na concessão de licenças para o porte e autorizações para comerciantes e transportadores. O estudo levantou algumas sugestões como o desencorajamento pela corrida armamentista, a fim de reduzir o número de homicídios e, em parte, o fenômeno da violência local. Cabral e Ramírez (2006) sugerem que haja uma alteração nas leis da República Dominicana, visando inibir a procura de arma de fogo por civis, promovendo alterações nas atitudes e motivações que induzem as pessoas a buscar armas. Porém, parece também necessário valorizar os sentimentos de vulnerabilidade a criminalidade, fato este que ocorre em um contexto constituído por corrupção policial e judicial que promove a impunidade. Ainda foi observada a necessidade de desfazer crenças equivocadas da comunidade de que armas são necessárias para a defesa e segurança pessoal. Os autores concluíram que a mudança de atitude com relação às armas de fogo só seria feita com a educação da população e criação de novas atitudes e valores, a fim de torná-los seres conscientes, capazes de resolver conflitos pacificamente, e não com o uso da violência. Sintetizando, a tarefa deve ser o de melhorar a percepção da segurança das pessoas e de desincentivar a procura de armas de fogo.

Por outro lado, deve-se dar atenção às causas sociais do crime, especialmente restringindo o acesso a armas de fogo e sua comercialização. Esta tarefa deve ser acompanhada com profissionalismo por parte da segurança pública e privada, exigindo uma visão científica do fenômeno da violência, baseada em estudos detalhados da realidade, com dados mais confiáveis, o que permite conceber melhores estratégias a curto, médio e longo prazo, além de evitar as improvisações de cada governo (Cabral & Ramírez, 2006). Deste modo, torna-se importante a elaboração de leis que controlem a posse de arma de maneira mais eficiente. Tendo em vista esta situação, torna-se fundamental o desenvolvimento de estratégias de avaliação psicológica para o porte de armas. Esta avaliação está prevista na Legislação Brasileira (2004), mas não existem instrumentos específicos para tal procedimento. Infelizmente, tanto na literatura nacional quanto na internacional, pouca atenção de pesquisa tem sido dada à compreensão de como e porque os indivíduos diferem em suas atitudes a respeito das armas (Branscombe, 1991).

Este estudo teve como objetivo relatar algumas produções científicas nacionais e internacionais que abordassem a avaliação para o porte de arma. Os artigos foram buscados tanto em bases internacionais quanto em nacionais, como a ISI, Ebsco e Biblioteca Virtual da Saúde (BVS). Os descritores utilizados foram *firearm*, combinada com *assessment* e *psychology*. Optou-se por uma combinação de palavras-chaves com uma maior abrangência devido à dificuldade em se encontrar textos na área da avaliação do porte de arma. Foram encontrados 52 artigos na ISI, 303 na Ebsco e 68 na BVS. Os artigos selecionados foram aqueles que tratavam diretamente da avaliação psicológica no porte de arma. Deste modo, restaram cinco artigos (Diene, & Kerber, 1979; Branscombe, Weir, & Crosby, 1991; Shapiro, Dorman, Burkey, & Welker, 1997; Shapiro, Dorman, Burkey, & Welker, 1998; Silva, Duarte, & Mariuza, 1998). No intuito de aumentar o número de referências, foram feitas buscas não-sistemáticas (através de listas de referências, biblioteca, contato pessoal, etc.). Foram encontrados nesta busca um livro (Pellini, 2000), resumos em anais de congresso (Vagostello & Nascimento, 2002, Vagostello, Silva, & Nascimento, 2004; Gonçalves, & Gomes, 2007; Resende, Rodrigues, & Silva, 2008; Siminovich, 2008; Pellini, 2008), uma dissertação (Pellini, 2006), além das portarias sobre a avaliação e o porte de armas.

Desta forma, serão apresentados, primeiramente, estudos internacionais sobre o assunto. Em seguida serão apresentadas as investigações realizadas no Brasil.

1.2 Pesquisas Internacionais sobre o Porte de Arma

Dentre as pesquisas internacionais que abordam a problemática da avaliação psicológica e armas de fogo, foram encontradas quatro investigações, todas conduzidas nos Estados Unidos. O primeiro estudo desenvolvido por Diener e Kerber (1979) fez referência às características de personalidade de proprietários de armas. O segundo trata do desenvolvimento de uma escala, denominada “*Scale of Attitudes Toward Guns – ATGS*” (Branscombe, Weir, & Crosby, 1991). O terceiro e quarto estudos referem-se ao desenvolvimento do instrumento *Measure of Youth Attitudes Toward Guns and Violence - AGVQ* (Shapiro, Dorman, Burkey, & Welker, 1997; Shapiro, Dorman, Burkey, & Welker, 1998).

O estudo desenvolvido por Diener e Kerber (1979) investigou as características de personalidade e razões motivacionais para o porte em proprietários de armas, divididos em dois grupos. O primeiro foi constituído por 37 homens proprietários de armas e, o segundo, composto por 23 homens não proprietários de armas. Todos informaram sobre dados demográficos, razões para a propriedade de arma, conhecimento sobre as armas, e experiência com armas de fogo. Os sujeitos da amostra também completaram vários inventários de personalidade como o Teste de Apercepção Temática (TAT), a *Scale F* e a *Califórnia Psychological Inventory*. Os resultados indicaram que os proprietários de armas possuíam mais conhecimentos e interesse por armas de fogo do que os não-proprietários e que a socialização precoce era o fator principal para a propriedade de arma. Embora os proprietários afirmassem que recreação e defesa foram os principais motivos para a posse de armas, eles apresentaram traços de personalidade caracterizados por menor necessidade de sociabilidade e de maior poder do que os não-proprietários. No entanto, os proprietários de armas, em média, não apresentaram características atípicas de personalidade e nem perfil incomum quando comparado com o grupo de não-proprietários. Os resultados deste estudo, entretanto, devem ser analisados com cautela, tendo em vista o tamanho amostral reduzido.

O segundo estudo refere-se à escala denominada *Scale of Attitudes Toward Guns – ATGS* (Branscombe, Weir, & Crosby, 1991). Este instrumento foi desenvolvido com o objetivo de possibilitar a execução de pesquisas sobre agressão e investigar as correlações dos componentes potencialmente diferentes de atitudes em relação às armas. Os itens foram escritos para correlacionar dois sistemas opostos de crenças: o primeiro que armas

estimulam o crime e, o segundo, que armas protegem seus possuidores. Além disso, considerou-se o fato de que muitos americanos consideram o porte como um direito garantido pela lei. A estrutura fatorial da escala desenvolvida foi analisada em uma amostra de universitários constituída por 108 homens e 168 mulheres. A ATGS possui 59 itens para explorar três dimensões. A primeira foi chamada “Direito” e definida como um componente abstrato que avaliaria se a posse de arma deveria ser considerada um direito básico americano. A segunda, “Proteção” avalia a percepção da arma como forma de proteger um indivíduo da vitimização criminal. A última, “Crime” oferece escores sobre a percepção de que as armas estimulam ou causam o crime que não aconteceria de outra forma.

Branscombe, Weir e Crosby (1991) encontraram correlações moderadas entre os fatores da ATGS. “Direito” correlacionou-se positivamente com “Proteção” e negativamente com “Crime”. Por outro lado, o componente “Crime” foi negativamente correlacionado com os itens de “Proteção”. Comparativamente com as mulheres, os homens mostraram-se mais convencidos de que as pessoas têm o direito de possuir uma arma e de que elas protegem seus proprietários do crime. Já as mulheres percebiam mais as armas como estimuladoras do crime do que os homens. De modo geral, os homens tiveram uma pontuação maior na escala total do que as mulheres, indicando mais atitudes positivas em relação a armas.

Os resultados da ATGS mostraram que indivíduos politicamente conservadores tendem a aprovar os itens “Direito” e “Proteção” e discordarem que armas causam “Crime”. Por outro lado, os liberais tendem a mostrar o padrão reverso. Já os indivíduos que têm a experiência de grande orgulho em suas identidades têm mais atitudes positivas expressadas no ATGS total, e tem maior probabilidade de aprovar os itens de “Direito”. O orgulho dessa identidade não encorajou, contudo, a aceitação da noção específica que armas fornecem “Proteção” da vitimização criminal (Branscombe, Weir, & Crosby,1991). Também houve uma tendência de indivíduos com pouco orgulho de ser Americano em concordar que armas causam “Crime”. Este resultado pode estar relacionado, segundo os autores, com a freqüente violência causada pelas armas na sociedade americana. Os indivíduos que se reconheceram como fãs de esportes apresentaram maior probabilidade de aprovar o fator “Direito” e de demonstrar mais atitudes positivas no geral nas ATGS. Além disso, esses indivíduos mais interessados em esportes tendiam a discordar de que a disponibilidade de armas causa ”Crime” (Branscombe, Weir, & Crosby,1991).

Branscombe, Weir e Crosby (1991) concluíram o estudo confirmando as hipóteses iniciais, de que homens e mulheres diferem em suas respostas nas três subescalas de atitudes, com os homens indicando mais atitudes positivas em relação às armas. Em uma série de questões de políticas públicas, os homens mostraram maior tolerância em relação às posturas agressivas nas questões nacionais e internacionais do que as mulheres. Nessa pesquisa, as mulheres apresentaram tendência de perceber as armas como algo para estimular o crime e, reprovam mais a posse de armas como um “Direito” do público americano, ao contrário dos homens.

Os dois outros estudos tratam da escala denominada *Measure of Youth Attitudes Toward Guns and Violence - AGVQ* (Shapiro, Dorman, Burkey, & Welker, 1997; Shapiro, Dorman, Burkey, & Welker, 1998). O objetivo principal da AGVQ foi fornecer uma avaliação das atitudes que favorecem o comportamento violento. A escolha pelo tema das armas foi enfatizada no desenvolvimento desta medida, por três razões. A primeira, como um assunto prático, as armas aumentam amplamente a letalidade do comportamento agressivo. A segunda, que a aquisição de uma arma seria ilegal para os jovens; e, por último, devido a estes dois fatores, parece mais provável que a posse de arma por um jovem representa um nível muito sério de envolvimento na agressão do que associada com comportamentos mais comuns, tal como lutas de punho.

Shapiro, Dorman, Burkey e Welker (1997) elaboraram a AGVQ com metade dos itens referindo-se às armas e a outra metade a outros assuntos relacionados à violência, particularmente a crença no valor das respostas violentas *versus* as não-violentas a situações de conflito e desrespeito. Isto se deveu ao fato de que as armas possuem importância fundamental, mas não exclusiva para a violência juvenil. O AGVQ consiste de 23 itens, sendo cada um uma sentença relacionada a algum aspecto da violência, armas, ou comportamento conflitante. A análise fatorial revelou quatro construtos principais. O fator “Excitação” mede o sentimento de que armas são intrinsecamente estimulantes e divertidas. Altos escores no fator “Excitação” indicam que o entrevistado gosta de armas e as acha divertidas e sente que a posse, o porte ou o fato de segurar uma arma já seria uma fonte de estímulo e prazer. A excitação seria mencionada como motivo para o porte de arma. O fator “Poder/Segurança” avalia a visão de que a violência e armas trazem sensações de poder e segurança para as pessoas que as usam. Este fator sugere que, para muitos jovens, a única maneira de adquirir segurança é através de um tipo de intimidação física de poder. O terceiro fator, “*Comfort with aggression*”, refere-se ao respeito por

indivíduos violentos e a falta de incômodo com a violência no meio. O último fator, chamado “*Aggressive response to shame*”, investiga a crença de que a violência é o único meio de resolver desavenças. Especificamente, este fator parece ser dividido em dois componentes cognitivo-emocional. O primeiro refere-se ao efeito de uma situação desrespeitosa na auto-estima do sujeito e o segundo trata da recuperação do autoconceito positivo após uma agressão física. Nestes casos, altos escores significam que os participantes que vivenciaram estas situações pensam que a violência é o único meio de resolver o problema.

O AGVQ (Shapiro, Dorman, Burkey, & Welker, 1997) foi construído para ser uma ferramenta eficiente para a pesquisa com populações jovens, as quais geralmente ocorrem nas escolas. Dentro dos fatores, pode ser notada uma mistura de atitudes em relação às armas e a outros assuntos relacionados à violência dentro dos fatores. Os itens do questionário foram ordenados com ambas as construções de primeira pessoa e terceira pessoa, em aproximadamente números iguais. Desta forma, alguns itens pediam ao entrevistado para relatar sentimentos pessoais e preferências, e outros itens pediam ao participante para relatar crenças sobre o mundo social externo. Incluíram estes dois tipos de item porque pareceu possível que itens que pertencessem a si próprio e as pessoas em geral seriam agrupados em fatores separados, mas não foi o caso. Os resultados da análise dos fatores forneceram informações sobre porque alguns jovens são atraídos pelas armas e violência. As atitudes favoráveis à violência envolveram: (a) uma crença de que baixa auto-estima pode ser revertida através da luta, (b) uma habituação com a agressão física, (c) uma percepção de armas como excitantes, e (d) a crença de que armas e violência fornecem poder e segurança. Jovens que não expressavam altos níveis destas atitudes eram menos propensos a posse de arma.

Os resultados encontrados na AGVQ podem auxiliar na avaliação de programas de prevenção à violência. Os programas precisam apontar as desvantagens das armas na violência como recurso necessário para aumentar a auto-estima, poder e segurança. Intervenções precisam ajudar os jovens a desenvolver métodos alternativos de não violência para satisfazer essas necessidades (Shapiro, Dorman, Burkey, & Welker, 1997).

Cabe destacar que o número reduzido de estudos internacionais que envolvem o tema da avaliação para o porte de arma revela a escassez de investimentos na área. As pesquisas encontradas foram todas desenvolvidas nos Estados Unidos, o que pode ser um

empecilho cultural para adaptação de escalas e modelos teóricos. A seguir serão apresentados os estudos realizados no Brasil.

1.3 Pesquisas Nacionais sobre o Porte de Arma

No Brasil, o trabalho do psicólogo no processo de porte de arma foi reconhecido pelo Poder Legislativo, quando por ocasião do Decreto 5.123, de 2004 que regulamentou a Lei 10.826 e o definiu como necessário para concessão do porte de arma. A comprovação de aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo passou ser necessária mediante laudo conclusivo fornecido por psicólogos dos quadros da Polícia Federal ou por esta credenciada, considerando o candidato “apto” ou “inapto” (SINARM, 1997; CRP/SP, 1997; CRP/SP, 2000).

O Ministério da Justiça (2004), através do Departamento de Polícia Federal, divulgou Instrução Normativa 001-DG/DPF (IN), de 26.02.2004 e a Ordem de Serviço nº. 001, de 11 de agosto de 2004 que tratam da aferição de avaliação psicológica para aquisição e porte de arma de fogo. Estes dois documentos amparam o Sistema Nacional de Armas (SINARM), que tem como finalidade estabelecer critérios para definição do perfil psicológico do candidato à aquisição e/ou porte de arma de fogo, dos instrumentos de avaliação psicológica, da aplicação, do ambiente adequado, da correção, da emissão de laudo, dos recursos, da indicação, do credenciamento, do descredenciamento e da fiscalização.

Conforme a Ordem de Serviço nº. 001, visando aferir a estrutura da personalidade para aquisição ou porte de arma, o candidato deverá ser submetido a uma bateria de instrumentos de avaliação psicológica composta de inventário de personalidade, questionário, testes projetivos e expressivos, dinâmica de grupo e informações complementares. Os testes utilizados para esse tipo de atividade ficam a critério do profissional, porém são indicados instrumentos projetivos como Zulliger ou Rorschach e expressivos como o Psicodiagnóstico Miocinético (PMK) ou Palográfico, além de testes psicométricos que avaliam tipos de atenção (Portaria nº. 121-DGP, 2007). O ambiente para aplicação dos testes deverá estar em conformidade com as normas técnicas constantes nos manuais dos testes e, previstos na ordem de serviço. Quanto à aplicação, conforme o caso, os instrumentos poderão ser aplicados tanto individual quanto coletivamente. O módulo de informações complementares apresenta-se livre para a formulação de quesitos, sendo que o

aplicador poderá acrescentar algum dado que julgar necessário e poderá aplicar no máximo 10 (dez) baterias por dia.

Segundo a Instrução Normativa (IN) nº 001/98 da Academia Nacional de Polícia (ANP) e a Portaria nº 23/97 do Departamento Geral de Pessoal (DGP) precisam ser observados alguns critérios psicológicos no processo de avaliação psicológica para o porte de arma. Os primeiros dizem respeito à capacidade de autocrítica, psicopatologias, confiança, conformidade e comportamento social, agressividade e suas formas de canalização, tensão psíquica, afetividade, resistência à frustração, recursos mentais e energia psíquica (Instrução Normativa nº 001, 1998). Os outros critérios se referem à ausência de quadro reconhecidamente patológico, controle adequado da agressividade, estabilidade emocional, ajustamento pessoal e social, percepção, cognição, atenção difusa, concentrada e distribuída, tomada de decisão, memória, percepção, motricidade e reação (Portaria nº23, 1997).

A correção deverá seguir as normas técnicas previstas nos manuais dos instrumentos de avaliação e não será permitida a redução ou simplificação dos instrumentos utilizados. O laudo psicológico emitido para fins de aquisição e/ou porte de arma de fogo para o SINARM deverá ser conclusivo, a fim de fornecer o subsídio necessário para que a autoridade competente possa deferir ou indeferir a solicitação. Para efeito de conclusão sobre a avaliação psicológica, o candidato à aquisição e/ou porte de arma deverá ser considerado APTO ou INAPTO. O examinando será considerado APTO para adquirir e/ou portar arma de fogo, se tiver posicionado na faixa de normalidade contida nos manuais dos instrumentos utilizados. O candidato deverá ter livre acesso às informações concernentes aos testes a que se submeteu por meio de entrevista de devolução, desde que a solicite. Já no caso do candidato considerado INAPTO poderá ser submetido à nova bateria de testes, desde que respeitado o período de interstício de 90 (noventa) dias, após o conhecimento do indeferimento (Ministério da Justiça, 2004).

O psicólogo responsável deverá encaminhar cópia do laudo à Superintendência ou Delegacia Regional, a contar da data de aplicação do exame. O laudo psicológico terá validade de até três anos para o cidadão que justifique sua necessidade do uso da arma, dois anos para as Guardas Municipais ou Metropolitanas e um ano para a Segurança Privada e servirá tanto para o registro como para o porte de arma junto ao SINARM (Ministério da Justiça, 2004, CRP/SP, 2007).

Na esfera militar, há utilização pelo Exército da Portaria nº. 191, de 20 de abril de 2004, que aprovou as normas para registro, cadastro e o porte de arma de fogo para militares do Exército, autorizando as normas relativas à avaliação psicológica para a manutenção do registro e da autorização do porte de arma de fogo, pelos militares inativos. A portaria enfatiza os mesmos critérios da avaliação psicológica indicados pela Delegacia Geral de Polícia (DGP) para aquisição ou porte de arma de fogo (Portaria nº. 121-DGP, 2007).

Assim, o processo de avaliação psicológica no Brasil assume cada vez mais importância na sociedade e os psicólogos passaram a ter um papel fundamental na colaboração para a decisão sobre os cidadãos adquirirem e portarem uma arma de fogo. Contudo, a inexistência de um perfil psicológico e também de instrumentos de avaliação específicos, tornam o processo de avaliação psicológica imprecisa frente à questão da violência. Poucos estudos mencionam à problemática da avaliação psicológica para porte de arma na área de psicologia (CRP/SP, 1997; Pellini, 2007, 2008).

Dentre os achados brasileiros que abordam o tema porte de arma e avaliação psicológica, destaca-se o estudo de Silva, Duarte e Mariuza (1998) que investigaram sobre a escolha profissional inconsciente, pelas características de agressividade dos policiais e o significado que adquire para eles a arma de fogo como instrumento de trabalho. O recurso utilizado neste estudo foi à forma reduzida do Teste de Apercepção Temática (TAT), sendo utilizadas as lâminas 13HF, 3RH e 8RH que, respectivamente, fazem aflorar aspectos agressivos da personalidade. A pesquisa concluiu que os traços agressivos das pessoas investigadas contribuem para a escolha da atividade de policial civil, além de confirmar que a arma de fogo permite que eles expressem de forma socialmente aceita sua agressividade. Os resultados salientam ainda que, sucessivas frustrações, adversidades e hostilidades do ambiente de trabalho podem desestabilizar suas defesas e os impulsos agressivos podem ficar descontrolados. Este estudo, entretanto, possui uma amostra reduzida e limitada, de modo que as próprias autoras afirmam que a pesquisa serve apenas como um indicativo de que seja este o funcionamento psíquico dos policiais civis na escolha por tal profissão.

Pellini (2000) propôs investigar alguns indicadores no teste de Rorschach que orientem o fornecimento do porte de arma de fogo, no contexto da lei. Para ela o método de Rorschach possibilita o acesso às principais funções psíquicas – conexão, afetividade e inteligência - como referência para a contra-indicação do porte de arma de fogo. O estudo

considerou cinco fatores de contra indicação no protocolo em questão. O primeiro refere-se aos índices de impulsividade relacionados à questão do controle da agressividade. O segundo fator, adaptação à realidade, diz respeito aos dinamismos envolvidos no ajustamento pessoal e social. O terceiro fator é o grau de maturidade psicológica e auto-afirmação. O quarto fator trata da expressão amadurecida dos afetos e o quinto da avaliação da coordenação motora e manutenção da atenção. Os resultados sugerem que a presença de pelo menos três dos cinco indicadores avaliados no teste de Rorschach seria suficiente para impossibilitar o candidato de portar uma arma.

Vagostello e Nascimento (2002) ampliaram o Sistema Compreensivo de Exner descrito por Pellini (2000), trazendo avanços para a área de avaliação. Elas revisaram teoricamente os índices do Método de Rorschach contra-indicados para a concessão do porte de arma de fogo, segundo os critérios selecionados no estudo original. Este se fundamentou em três funções básicas do funcionamento psíquico (afetividade, conação e inteligência) e nas características psicológicas estabelecidas pela legislação para registro e porte de arma de fogo: índice de impulsividade, adaptação à realidade, índice de conação (atenção), respostas de movimento e de respostas cor. Os índices do Sistema Compreensivo revisados por Vagostello e Nascimento (2002) e considerados mais relevantes no estudo foram: percepção adequada dos eventos e das pessoas, aceitação de normas sociais, maneira como focaliza a atenção, tolerância ao estresse e capacidade de controle frente a estressores, recursos disponíveis para responder às demandas das situações, demonstração da capacidade de enfrentar as situações de desafio diretamente e pensar intencionalmente quanto à melhor forma de enfrentá-las, para não ficar à mercê das circunstâncias e da reflexão, capacidade de utilizar a ideação de modo realista e voltado para a ação, capacidade de envolvimento em situações afetivas, impulsividade e, nível de agressividade. Além desses índices, Vagostello e Nascimento (2002) verificaram que a presença de constelações que se referem a quadros patológicos - obtidos pelos índices de suicídio, de hipervigilância, de percepção-pensamento - e de traços de psicopatia, certamente seriam contra-indicados para o porte de arma. Os índices mais importantes referem-se à mediação cognitiva, processamento da informação, capacidade de controle e tolerância ao estresse, ideação, afetos e relacionamento interpessoal.

Vagostello, Silva e Nascimento (2004) realizam um estudo com 13 profissionais da segurança pública que portavam arma de fogo no município de São Paulo. Dessa amostra, onze eram homens e duas mulheres com idades entre 25 e 40 anos e experiência na função

de pelo menos cinco anos. Os participantes fizeram o Rorschach e as autoras, seguindo o método de Exner, hipotizaram que os profissionais que portavam arma de fogo deveriam apresentar as seguintes características: controle emocional adequado, hostilidades e tendências oposicionistas moderadas, percepção adequada da realidade, percepções positivas dos relacionamentos interpessoais e recursos internos que possibilitassem lidar com estressores externos e com tensões internas. No entanto, os resultados mostraram que os sujeitos apresentavam tendência a impulsividade. Quanto à adequação perceptiva do grupo, os resultados encontrados eram abaixo da média. Foram observados também maiores níveis de estresse nesses profissionais, porém os participantes apresentaram mais recursos de manejá-los. Quanto às representações humanas dos profissionais, contrariamente às hipóteses preliminares, inferiu-se distorção autoperceptiva. Houve também elevado o número de sujeitos com índices de depressão (total de seis participantes). Vagostello, Silva e Nascimento (2004) consideraram alarmante número de sujeitos com vivências depressivas e preocupação com a própria integridade física, ainda que constantemente esta integridade pareça colocada em risco durante a atividade profissional. Os autores destacaram estes resultados como merecedores de atenção e reflexão, já que esses sujeitos utilizam diariamente arma de fogo no exercício de suas funções profissionais.

Utilizando ainda o método de Roschach, Pellini (2006) buscou estabelecer indicadores de maturidade emocional que servissem de critérios para a avaliação psicológica exigida na lei para a concessão do porte de arma de fogo. Realizou um estudo com 150 homens com idades entre 19 e 51 anos, divididos em três grupos: grupo controle (GC, que não possui arma), grupo porte de arma (GPA, candidatos ao porte de arma de fogo para o exercício da função na Guarda Civil do município do interior de São Paulo) e grupo de presidiários (GP). Os protocolos de Rorschach dos grupos de presidiários investigados foram comparados quanto aos índices de impulsividade (IMP), adaptação à realidade (RMI), índice conativo (Con) que se refere à coordenação motora, manutenção de atenção, bem como relacionamento intrapessoal e resposta de movimento (RM), que indica o grau de maturidade psicológica e eventuais desajustes emocionais. Além destes foram analisados o relacionamento interpessoal e resposta de cor (RC) que traduzem exteriorização das reações afetivas do examinando. Os resultados mostraram que o grupo controle (GC) apresentou valores próximos ao esperado para os índices de impulsividade e abaixo dos escores de GPA e GP. O índice de adaptação à realidade (RMI) não apresentou

diferenças significantes entre os três grupos. O Índice Conativo não diferenciou nenhum dos três grupos, seja no total como nos conjuntos mono e cor. Para a maturidade psicológica (RM), não foram encontradas diferenças significativas entre os grupos porte de arma e presidiários, porém houve diferença, quando comparados com o grupo controle. Isto significa que os participantes do GC apresentam maior amadurecimento psicológico e capacidade de controle emocional do que os indivíduos que cometeram delitos. Quanto à expressão amadurecida dos afetos (RC), não houve diferenças entre o GC e o GPA, ao contrário do GPR que demonstrou imaturidade na expressão dos afetos. Tendo em vista estes resultados, pode verificar que os indicadores avaliados, com exceção do índice Conativo, podem discriminar sujeitos mais violentos, os quais, por questões emocionais, poderiam ser contra-indicados para a concessão do porte de arma de fogo. Assim, através do método de Rorschach foi possível contribuir para a avaliação psicológica exigida daqueles que buscam o porte de arma (Pellini, 2006).

Gonçalves e Gomes (2007) apresentaram os resultados encontrados no Teste Zulliger (Z-teste) em duas candidatas ao porte de arma com 44 e 45 anos de idade, funcionárias públicas federal, com formação de nível superior, sem registro de sintomas psicopatológicos. Para a análise dos protocolos adotou-se o sistema de classificação de respostas da Escola Americana e, para a classificação da área da localização das respostas, tomou-se como referência um atlas regional. O estudo apontou para a seguinte compreensão: os sujeitos têm dificuldade de apreender o todo, o que pode comprometer um bom funcionamento, já que eles percebem as coisas pelos detalhes, pelas partes, o que pode ser defensivo ou psicótico (Gonçalves & Gomes, 2007).

Resende, Rodrigues e Silva (2008) afirmam que o uso da arma de fogo exige, de quem a porta, características de personalidade como controle emocional, da impulsividade e da agressividade. Além disso, são necessárias uma adequação à realidade e adaptação social, já que o uso indevido pode provocar a morte de si mesmo ou de terceiros. O estudo realizado por estes autores teve como objetivo principal informar como estava sendo realizada a avaliação psicológica para agente de segurança ou porte de arma de fogo na região de Belo Horizonte (MG), em contextos militar e civil. Os resultados encontrados mostraram que as polícias militar e civil do Estado de Minas Gerais valem-se de critérios diferentes na avaliação do porte de arma. A Polícia Militar de Minas Gerais realiza a avaliação psicológica de processos seletivos, baseada nos critérios de contra-indicação como descontrole emocional, da agressividade, da impulsividade, alterações significativas

da afetividade, oposicionismo a normas sociais e a figuras de autoridade, déficits para estabelecer contato interpessoal. Além do funcionamento intelectual abaixo da média e distúrbio acentuado da energia vital de forma a comprometer a capacidade para ação com significativa depressão ou elação. Enquanto, a Polícia Civil realiza o processo seletivo da instituição de acordo com os requisitos traçados pelo Setor de Psicologia da Academia de Polícia, na qual se referem à inteligência, ajustamento do indivíduo em seu ambiente, seu modo habitual de comportar-se e de resistir com equilíbrio às adversidades e/ou pressões do cotidiano.

Siminovich (2008) argumenta que há necessidade de questionar a respeito da dimensão da avaliação psicológica no contexto da segurança pública/privada. A área de segurança privada é atualmente a que mais realiza avaliações para concessão do porte de arma. E a seleção dos agentes de segurança com porte de arma exige um aprofundamento na avaliação de características de personalidade como o controle da agressividade e das emoções, impulsividade, ansiedade, falta de flexibilidade, como também transtornos de personalidade.

Pellini (2008) ratifica sobre a utilização da avaliação psicológica em vários contextos, e refere-se especificamente à área de segurança público-privada e a avaliação para registro e porte de arma de fogo. A autora enfatiza a inexistência de um teste específico para realização desta tarefa, além de queixas dos especialistas relativas ao trabalho na área. Ela alerta a comunidade científica que a avaliação psicológica é realizada antes da avaliação técnica, o que implica maior responsabilidade e cuidado por parte do psicólogo. A conclusão da autora é que o psicólogo tem competência, desde que com responsabilidade e qualidade na realização do trabalho, contribuindo para a redução do índice de violência.

1.4 Considerações Finais

Neste estudo foram revisadas algumas produções científicas que abordaram o tema da avaliação psicológica para o porte de arma. Para isso, foram buscadas publicações nacionais e internacionais. Os artigos selecionados foram aqueles que tratavam diretamente da avaliação psicológica no porte de arma.

O número de estudos internacionais nesta temática encontrados foi pequeno, sendo restrito a apenas quatro estudos, sendo duas escalas americanas. No Brasil, foram encontradas portarias da legislação brasileira que estabelecem critérios amplos para

avaliação psicológica do candidato ao porte de arma, mencionam sobre instrumentos que devem ser utilizados e procedimentos dos profissionais credenciados a Polícia Federal para avaliação do porte de arma.

Ainda no Brasil, foram encontradas poucas pesquisas brasileiras que fazem contribuições a avaliação do porte de arma, utilizando-se dos testes psicológicos existentes e aprovados pelo Conselho Federal de Psicologia. Dentre esses testes, percebeu-se a contribuição do TAT, Rorschach – Sistema Compreensivo e Zulliger, todos projetivos, ao contrário dos estudos internacionais, que se concentram em instrumentos psicométricos. Deste modo, sugere-se a utilização de testes mais modernos como Wisconsin para avaliar tomada de decisão, critério citado na própria Portaria-DGP nº 23, 1997. Outros instrumentos como, por exemplo, I-BIS (Barrat) de impulsividade, precisam ser adaptados e validados para uso dos profissionais no país. Aliás, observa-se a ausência de estudos sobre impulsividade e tomada de decisão referente ao porte de arma.

Inexistem estudos referentes à eficiência da avaliação psicológica no processo do porte de arma. A ausência de padronização de estudos parece retratar a realidade da avaliação psicológica para o porte de arma no país, bem como os recursos utilizados neste contexto. Baseados em portarias, os critérios para avaliação mostram-se muito amplos. Parece que os profissionais responsáveis pela avaliação do porte de arma, a realizam cada um a seu modo, utilizando-se de alguns testes estabelecidos pela legislação brasileira, porém, sem conhecimento dos indicadores presentes nos testes psicológicos que realmente podem contribuir com esta avaliação.

Desta forma, sugere-se a padronização de critérios e instrumentos pertinentes à avaliação do porte de arma. Critérios e instrumentos referentes à área afetiva e cognitiva do indivíduo. Ênfase aos indicadores relevantes e existentes nos testes psicológicos determinados pela legislação.

Percebe-se a ausência de pesquisas comparativas entre grupos de participantes com e sem porte de arma. A falta de pesquisas que correlacionam o número de autorizações de porte de arma e com indicadores de infrações cometidas durante o período estabelecido pela Polícia Federal.

Constata-se, por fim, a necessidade da utilização de testes psicológicos mais modernos, além da necessidade de mais estudos sobre a problemática trazida, devido à pertinência e atualidade do tema, previsto até mesmo na Legislação Brasileira (2004). A escassez de material publicado e principalmente de pesquisas atualizadas impõe limitações

aos profissionais da área. Porém, espera-se que esta revisão venha contribuir com futuras investigações pertinentes ao assunto.

SEÇÃO II - DESENVOLVIMENTO E INVESTIGAÇÃO DE PROPRIEDADES PSICOMÉTRICAS DA ESCALA MOTIVACIONAL PARA PORTE DE ARMA (EMPA)

2.1 Introdução

Desde a edição do Estatuto do Desarmamento (2003) no Brasil, o controle de armas tornou a posse e especialmente o porte de armas mais restrito. A partir desse momento o porte seria outorgado aos policiais, militares, responsáveis pela segurança e casos funcionais previstos em legislação específica. O porte de armas tornou-se em regra proibido. A posse, em residência ou local de trabalho, passou a exigir avaliação psicológica, idade superior a 25 anos e principalmente declarar a motivação para ter uma arma. Desde então, o assunto da avaliação psicológica vêm preocupando psicólogos e cientistas, principalmente devido à inexistência de um perfil e também de instrumentos capazes de contribuir efetivamente para o processo do porte de arma. Tendo em vista a importância e necessidade da avaliação psicológica para o porte de arma no Brasil e a falta de instrumentos específicos existentes na literatura, este artigo apresentará o estudo de algumas propriedades psicométricas da Escala Motivacional para o Porte de Armas (EMPA).

O trabalho do psicólogo no processo de porte de arma no Brasil foi reconhecido pelo Poder Legislativo, quando regulamentou a Lei 10.826 e o definiu como necessário para concessão do porte de arma. A comprovação de aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo passou ser necessária mediante laudo conclusivo fornecido por psicólogos dos quadros da Polícia Federal ou por esta credenciada, considerando o candidato “apto” ou “inapto” (SINARM, 1997; CRP/SP, 1997; CRP/SP, 2000).

A Ordem de Serviço nº. 001/2004 e a Instrução Normativa 001-DG/DPF/2004 que tratam da aferição de avaliação psicológica para aquisição e porte de arma de fogo, amparam o Sistema Nacional de Armas (SINARM, 1997). Este tem como finalidade estabelecer critérios para definição do perfil psicológico do candidato à aquisição e/ou porte de arma de fogo, dos instrumentos de avaliação psicológica, da aplicação, do ambiente adequado, da correção, da emissão de laudo, dos recursos, da indicação, do credenciamento, do descredenciamento e da fiscalização. Segundo a Ordem de Serviço nº. 001/2004, o candidato deverá ser submetido a uma bateria de instrumentos de avaliação psicológica composta de inventário de personalidade, questionário, testes projetivos e expressivos, dinâmica de grupo e informações complementares.

A partir das resoluções sobre o porte de arma, o processo de avaliação psicológica passou a assumir uma importância cada vez maior sobre a decisão final de um cidadão portar ou não uma arma de fogo. Contudo, a carência de instrumentos psicológicos específicos e de estudos na área dificulta a elaboração de um perfil psicológico adequado. Poucos estudos mencionam a avaliação psicológica para porte de arma na área de psicologia (CRP/SP, 1997; Pellini, 2007, 2008).

As pesquisas brasileiras que abordam o tema do porte de arma e avaliação psicológica estão concentradas em estudos conduzidos com testes projetivos de personalidade. Silva, Duarte, e Mariuza (1998) investigaram sobre a escolha profissional inconsciente de policiais e o significado que adquire para eles a arma de fogo como instrumento de trabalho. As autoras utilizaram a forma reduzida do Teste de Apercepção Temática (TAT) e encontraram que os traços agressivos das pessoas investigadas contribuem para a escolha da atividade de policial civil, além de confirmar que a arma de fogo permite que eles expressem de forma socialmente aceita sua agressividade.

Pellini (2000) propôs investigar alguns indicadores no teste de Rorschach que orientam a avaliação psicológica e assim, o fornecimento do porte de arma de fogo no contexto da lei. Posteriormente, o trabalho de Pellini foi revisado por Vagostello e Nascimento (2002), que ampliaram o Sistema Compreensivo de Exner e revisaram os índices do Método de Rorschach contra-indicados para a concessão do porte de arma de fogo. Utilizando-se deste método de correção, Vagostello, Silva e Nascimento (2004) investigaram 13 profissionais da segurança pública que portavam arma de fogo no município de São Paulo. Observaram altos níveis de estresse nesses profissionais, porém os participantes apresentaram mais recursos de manejá-los. Além disso, foi encontrado um grande número de participantes com índices de depressão.

Em contraposição às pesquisas nacionais, existe na literatura internacional, principalmente, a americana, maior utilização de escalas sobre o porte de arma. Ainda assim, destaca-se o baixo número de estudos referentes à avaliação psicológica e armas de fogo. Foram encontradas na literatura duas escalas para a avaliação de aspectos psicológicos do porte de arma, ambas desenvolvidas nos Estados Unidos.

A primeira escala foi chamada de *Scale of Attitudes Toward Guns* (ATGS, Branscombe, Weir, & Crosby, 1991) e tem como objetivo investigar as atitudes com relação ao porte de arma por meio de três fatores. O primeiro componente, chamado “Crime”, oferece escores sobre a percepção de que as armas estimulam ou causam o crime que não aconteceria de outra forma. O segundo, “Proteção”, avalia a percepção da arma como forma de proteger

um indivíduo da vitimização criminal. O terceiro, “Direito”, investiga a idéia de que a posse de arma deveria ou não ser considerada um direito básico americano. A estrutura fatorial da escala desenvolvida por Brascombe, Weir, e Crosby (1991) foi analisada em uma amostra de universitários constituída por 108 homens e 168 mulheres em 59 itens. Os três fatores apresentaram autovalores maiores que 1.9 e explicaram juntos 60,5% da variância. Os coeficientes alfa de Cronbach para subescalas individual oscilaram de 0,78 para o fator “Proteção” a 0,90 para o fator “Direito”.

A segunda escala encontrada na literatura foi chamada de *Measure of Youth Attitudes Toward Guns and Violence* (AGVQ, Shapiro, Dorman, Burkey, & Welker, 1997; Shapiro, Dorman, Burkey, & Welker, 1998). Este instrumento busca fornecer uma avaliação das atitudes que favorecem o comportamento violento. O AGVQ consiste de 23 itens, sendo cada um uma sentença relacionada a algum aspecto da violência, armas, ou comportamento conflitante. A análise fatorial revelou quatro construtos principais. O primeiro fator, “Excitação”, mede se armas são intrinsecamente estimulantes e divertidas. O fator “Poder/Segurança” avalia a visão de que a violência e armas trazem sensações de poder e segurança para as pessoas que as usam. O fator “Conforto com a agressão” (*comfort with aggression*) diz respeito à violência individual e a falta de incômodo com a violência no meio. O último fator foi chamado “Resposta agressiva à vergonha” (*agressive response to shame*), que mede a crença de que o perigo à auto-estima resultante do desrespeito pode não ser causado por meio de violência. O instrumento apresentou índices satisfatórios de consistência interna (Alpha de Cronbach = 0,94) e mostrou-se útil para estudos das atitudes relacionadas à violência como uma construção multidimensional eficiente para pesquisas com populações jovens.

O objetivo da presente pesquisa é desenvolver e investigar algumas propriedades psicométricas da Escala Motivacional para o Porte de Arma (EMPA). Pretende-se com este instrumento oferecer um recurso que possa ser utilizado no futuro como parte da avaliação psicológica do porte de arma.

2.2 Método

2.2.1 Participantes

Participaram deste estudo 550 respondentes adultos, provenientes de universidades e organizações militares de Santa Maria e São Leopoldo/RS, sendo 258 homens (46,90%) e 292 mulheres (53,10%). A idade variou de 18 a 86 anos (Média = 28 anos, DP = 13,75 anos).

Dezenove participantes (3,5%) tinham concluído ou estavam cursando o ensino fundamental, 13 (2,4%) possuíam o ensino médio incompleto enquanto 105 (19,1%) já tinham concluído. Duzentos e noventa e três (53,3%) possuíam o superior incompleto e 119 (21,6%) o completo. Dentre os participantes, 419 (76%) eram civis, 103 (18,7%) militares e 28 (5,3%) não responderam a esta questão. O número de mulheres militares participantes neste estudo foi de duas (1,94%).

2.2.3 Desenvolvimento da Escala Motivacional para o Porte de Arma (EMPA)

O desenvolvimento dos itens da Escala Motivacional para o Porte de Arma (EMPA) foi baseado em duas escalas já existentes na literatura (ATGS, Brascombe, Weir, & Crosby, 1991 e AGVQ, Shapiro, Dorman, Burkey, & Welker, 1997) e em grupos focais, realizados com civis e militares. A realização dos grupos focais buscou examinar motivações relacionadas ao porte de arma em nossa cultura.

Durante a realização do grupo focal, foi solicitado que cada integrante indicasse vantagens e desvantagens em se ter uma arma, além de solicitar o perfil de alguém de seu conhecimento que possua uma arma de fogo. A partir da categorização das falas e da literatura, foram identificados quatro fatores que explicassem as motivações para se ter uma arma (“Proteção”, “Risco”, “Direito/Tradição” e “Exposição”).

A partir dos grupos focais e das escalas já existentes, foram criados 54 itens. Esta primeira versão da EMPA foi submetida a um processo de análise de conteúdo e o número de itens foi reduzido a 51 itens (vide Seção III para maiores detalhes). A EMPA deve ser respondida por meio de uma Escala Likert de cinco pontos, que varia de um (nunca/não concordo) a cinco (sempre/concordo totalmente). O primeiro fator foi nomeado “Proteção” e expressa a idéia de que a posse ou o porte de arma aumenta a segurança pessoal e das pessoas próximas (ex.: “Arma em casa significa mais segurança pra mim e minha família”, “Arma impõe respeito”). O segundo fator, “Direito/Tradição” avalia a idéia de que o uso ou não da arma de fogo é um direito de escolha do cidadão. Do mesmo modo, relaciona o seu uso às tradições locais e de família (ex.: “O cidadão tem o direito de ter uma arma em casa”, “O direito de portar uma arma independe do motivo para o seu uso”). O terceiro fator foi chamado “Arma como risco” e possui itens que tratam o uso da arma de fogo como um fator de risco para a criminalidade e uso ilegal, além de estimular crimes que não ocorreriam se as pessoas não as tivessem (ex.: “O porte de arma favorece o crime”, “Arma de fogo significa maior risco a vida”). O quarto fator, “Exposição”, faz referencia ao comportamento do uso de

armas relacionado ao exibicionismo, ostentação, poder e insegurança (ex.: “Carregar uma arma transmite a idéia de poder”, “O prazer de usar uma arma está no fato de exibi-la”).

2.2.4 Procedimentos de Pesquisa e Éticos

O contato com os participantes foi feito por meio das coordenações de cursos de graduação e organizações militares. Após permissão das Universidades e dos militares, os participantes foram informados sobre o conteúdo da pesquisa e aqueles que desejassem participar responderam e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (vide Anexo A). Os questionários foram aplicados de forma coletiva. O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

2.2.5 Instrumentos

Os instrumentos utilizados neste estudo foram um questionário sociodemográfico e a versão empírica de 51 itens da Escala Motivacional para Porte de Arma (EMPA). O Questionário Sociodemográfico foi utilizado na obtenção de dados de identificação do participante como o sexo, estado civil ou militar e opinião referente ao porte de arma como direito (a favor ou contra) (Anexo B).

2.2.6 Análise dos Dados

As análises fatoriais exploratórias foram realizadas com o método dos componentes principais e rotação Varimax. A seleção do número de fatores foi orientada tanto pelo desenvolvimento teórico da escala (modelo de quatro fatores) quanto pelo Método de Kaiser (autovalor superior a 1) e Gráfico de Sedimentação. Os itens que não alcançaram uma carga fatorial e comunalidade maior do que 0,30 ou que estivessem reduzindo os índices de consistência interna da escala foram retirados da análise. Os índices de consistência interna foram analisados por meio do Alpha de Cronbach. A análise confirmatória foi realizada com programa Lisrel 8.8, com o método de estimação *Maximum Likelihood*. Foram selecionados cinco indicadores de adequação do modelo para analisar os resultados da análise (maiores detalhes em Byrne, 1989). O primeiro é a razão X^2/df , para o qual valores inferiores a cinco podem ser interpretados como um indicativo de que o modelo teórico se ajusta aos dados. O segundo é o *Goodness-of-Fit Index* (GFI), que deve ter escores iguais ou superiores a 0,90. Estes valores devem ser também considerados para o terceiro e quarto índices, o *Adjusted Goodness-of-Fit Index* (AGFI) e o *Comparative Fit Index* (CFI). O último escore é o *Root*

Mean Square Error Approximation (RMSEA), que deve ter valores até 0,10 para a aceitação do modelo. RMSEA inferiores a 0,05 indicam ótimos ajustes. Estes índices avaliam tanto a adequação do modelo teórico aos dados, quanto a proporção de variância-covariância explicada.

Os itens selecionados para cada dimensão da versão final da Escala Motivacional para Porte de Arma (EMPA) foram somados para constituir o valor de cada fator. Os resultados foram comparados com relação gênero e experiências prévias com arma de fogo do participante por meio do Teste t para amostras independentes.

2.3 Resultados

Os resultados da investigação psicométrica da EMPA serão apresentados em três seções. A primeira descreverá a análise fatorial exploratória e os dados de consistência interna. A segunda conterà os resultados da análise fatorial confirmatória e a terceira parte explorará as comparações entre os resultados da EMPA com variáveis sociodemográficas da amostra.

2.3.1 Análise Fatorial Exploratória da EMPA

As primeiras Análises Fatoriais Exploratórias (AFE) foram calculadas com o método dos componentes principais e rotação Varimax. Os resultados desta primeira análise indicaram um total de 13 fatores, de acordo com o método de Kaiser. Por outro lado, o Gráfico de Sedimentação apresentou um total de cinco de fatores. Tendo em vista a disparidade entre o número de fatores esperados teoricamente (quatro) e o alto número de fatores sugeridos pelo método de Kaiser, optou-se por desconsiderar esta estratégia de análise e calcular uma nova análise fatorial para cinco fatores, seguindo o Gráfico de Sedimentação.

Os resultados da AFE para cinco fatores mostraram-se de difícil compreensão teórica, já que continha os quatro fatores definidos teoricamente e um que possuía uma miscelânea de itens de difícil explicação. Além disso, dos itens analisados, três (itens 6, 27 e 32) não alcançaram a carga fatorial superior ou igual a 0,30 e, por isso, não contribuíram efetivamente para nenhum dos fatores. Tendo em vista este resultado, optou-se por realizar uma AFE para quatro fatores.

Os resultados da AFE para quatro fatores apresentaram índice KMO (Kaiser-Meyer-Olkin) de 0,90 e Teste de Esfericidade de Bartlett significativo. Dos 52 itens analisados, quatro (itens 6, 27, 32 e 46) não alcançaram a carga fatorial igual ou superior a 0,30. O

primeiro fator contava com 18 itens e se aproximava do conceito teórico de “Arma como Risco”. O segundo fator possuía semelhanças do conceito de “Proteção” e possuía 20 itens. O terceiro fator tinha seis itens que foram categorizados dentro do conceito de “Direito”. O quarto fator tinha três itens ligados a aspectos da Exposição. Este modelo explicava 38,50% da variância da escala.

Tendo em vista o surgimento dos fatores teóricos, optou-se por manter a solução exploratória com quatro fatores e realizar novas análises retirando-se itens que não possuíam carga fatorial nem comunalidade maior ou igual a 0,30. Deste modo, foram realizadas sete análises até chegar à versão final com 36 itens. O resultado do modelo final para quatro fatores está descrito na Tabela 1.

Os resultados descritos na Tabela 01 apresentaram índice KMO (Kaiser-Meyer-Olkin) de 0,91 e Teste de Esfericidade de Bartlett significativo. O primeiro fator “Arma como Proteção” conta com 13 itens e o segundo fator “Arma como Risco” possui 11 itens. O terceiro fator “Arma como Direito” é formado por cinco itens e o fator “Exposição” ficou com sete itens. O modelo final explicou 48,08% da variância e apresentou Alphas satisfatórios para todas as escalas (vide Tabela 1). O Gráfico de Sedimentação obtido na análise da Tabela 1 sugere um modelo com quatro fatores e 36 itens, diferentemente das análises iniciais (vide Figura 1).

Tabela 1
Análise Fatorial Exploratória Final da Escala Motivacional Para Porte de Arma (EMPA) com o Método dos Componentes Principais e Rotação Varimax para Quatro Fatores

Itens	Componentes			
	Proteção	Risco	Direito	Exposição
12 Arma em casa significa mais segurança para mim e minha família.	0,71			
2 A arma de fogo é a melhor forma de se defender de um assaltante.	0,70			
7 A posse de uma arma faz com que seu proprietário se sinta mais seguro.	0,68			
1 A arma de fogo é a mais eficiente forma de se defender.	0,67			
Itens	Componentes			
	Proteção	Risco	Direito	Exposição

13 Arma impõe respeito.	0,58			0,30
24 Durante uma viagem, me sentiria mais seguro se tivesse uma arma.	0,55			
9 Arma de fogo previne a violência.	0,55			
21 Armas têm várias funções, especialmente, a de defesa.	0,53			
43 Portar uma arma faz as pessoas se sentirem seguras.	0,53			0,32
3 A arma é um recurso para combater a violência.	0,52			
5 A localidade onde moro exige que eu tenha uma arma.	0,51			
30 Gostaria de portar uma arma.	0,51	-0,38		
37 O porte de arma favorece o crime.		0,74		
36 O porte de arma facilita os suicídios.		0,73		
18 Armas estimulam o crime.		0,73		
16 Armas causam morte.		0,67		
10 Arma de fogo significa maior risco a vida.		0,66		
4 A disponibilidade de armas facilita o número de homicídios.		0,64		
41 Pessoas com armas em casa têm mais chances de serem mortas por armas de fogo do que aquelas que não as possuem.		0,59		
52 Uma pessoa armada poderá desencadear um acidente fatal contra si e/ou sua família.		0,58		
19 Armas legais podem ser roubadas e cair nas mãos do crime organizado.		0,58		
17 Armas deveriam ser utilizadas somente no exercício da profissão.	-0,42	0,46		
20 Armas servem para agredir e não para defesa.	-0,41	0,44		
50 Todo cidadão tem o direito de decidir sobre ter ou não uma arma de fogo.				0,78

Itens	Componentes			
	Proteção	Risco	Direito	Exposição

40 Penso que é burrice desarmar os homens de bem e deixar os bandidos armados.				0,71
33 O cidadão poderá ter o direito de não querer ter uma arma, porém não deverá perde o direito de tê-la.				0,67
35 O direito de portar uma arma independe do motivo para o seu uso.				0,60
22 Carregar uma arma faz com que as pessoas se sintam poderosas.				0,80
23 Carregar uma arma transmite idéia de poder.				0,79
45 Quanto mais bonita e prática uma arma, maior a cobiça por ela.			0,33	0,50
26 Em geral, as pessoas gostam de exibir suas armas.		0,38		0,49
25 É muito fácil sacar a arma num momento de discussão.		0,35		0,48
29 Eu me sentiria mais poderoso se tivesse uma arma.	0,36			0,44
38 O prazer de usar uma arma está no fato de exibi-la.		0,31		0,37
Alpha de Cronbach	0,87	0,88	0,82	0,73
Porcentagem de Variância Explicada por Fator	15,56%	15,06%	9,38%	8,76%
Variância Explicada Total		48,08%		

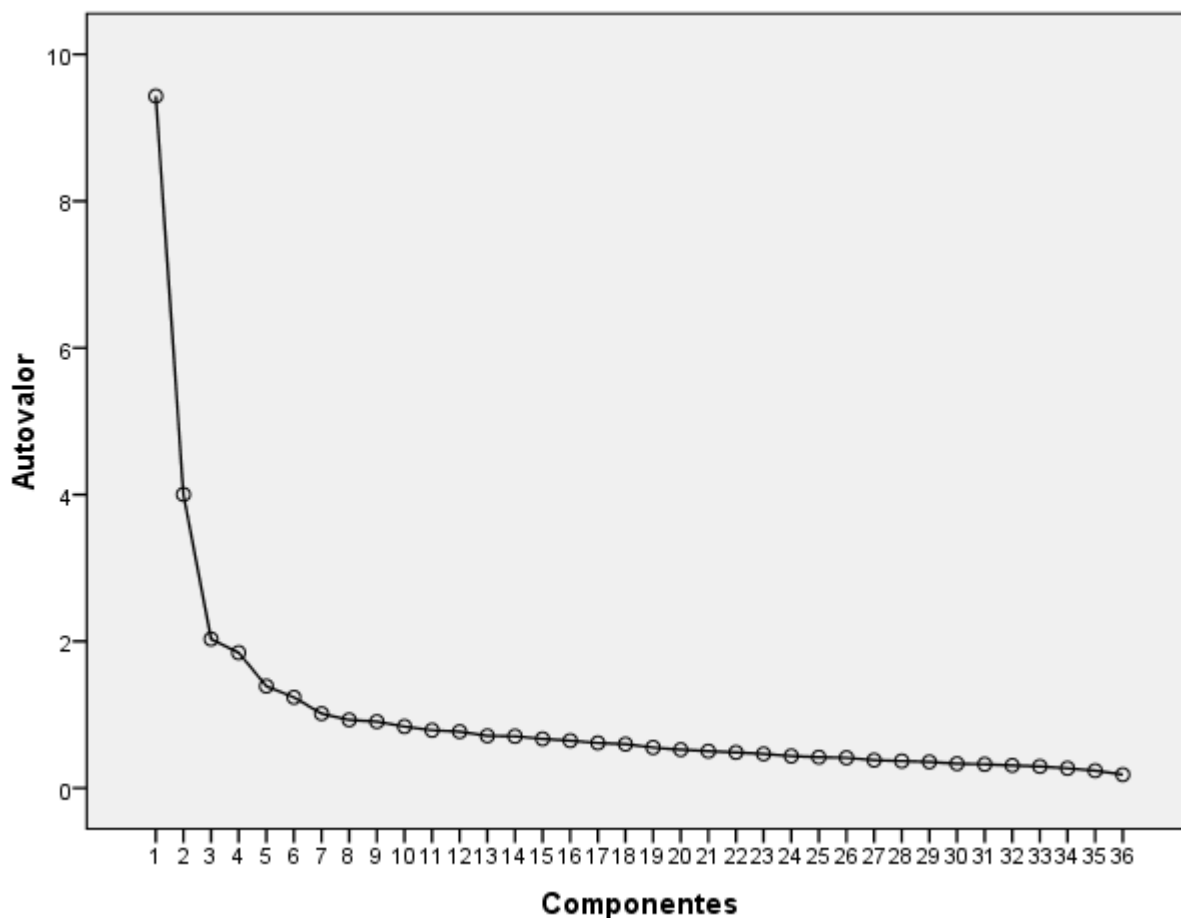


Figura 1
Gráfico de Sedimentação da Análise Final da Escala Motivacional para Porte de Arma (EMPA)

2.3.2 Análise Fatorial Confirmatória da EMPA

Após a realização das análises fatoriais exploratórias da EMPA, realizaram-se as Análises Fatoriais Confirmatórias (AFC) seguindo os itens selecionados na Tabela 01. A elaboração do modelo contou com quatro variáveis latentes que representaram os fatores “Arma como Risco”, “Proteção”, “Direito” e “Exposição”. Cada variável latente foi relacionada aos respectivos itens, que entraram no modelo como variáveis observadas. Deste modo, o fator “Risco” contou com 11 itens, a “Proteção” com 13 itens, “Direito” com cinco e “Exposição” com sete itens. Foram permitidas correlações entre as variáveis latentes.

Após a primeira análise da AFC, houve sugestões do programa para melhora dos índices de adequação do modelo. Quatro correlações entre os erros de alguns itens da EMPA foram então acrescentados. A cada acréscimo de correlação entre os erros, era calculado um novo modelo. Todas as relações entre variáveis foram significativas no modelo final. A

variável latente “Proteção” correlacionou-se positivamente e significativamente com “Direito” ($r=0,61$) e negativamente com “Risco” ($r=-0,61$) e “Exposição” ($r=-0,25$). Por sua vez, “Risco” apresentou correlação positiva e significativa com “Exposição” ($r=0,65$) e negativa com “Direito” ($r=-0,48$). Finalmente, “Exposição” correlacionou-se negativamente com “Direito” ($r=-0,18$). Quanto aos indicadores de adequação do modelo, foi encontrada uma razão X^2/gl (2168,90/584) igual a 3,71. Os índices *Goodness-of-Fit Index* (GFI) e o *Adjusted Goodness-of-Fit Index* (AGFI) foram, respectivamente, de 0,82 e 0,79, enquanto que o *Comparative Fit Index* (CFI) foi de 0,94. Finalmente, o *Root Mean Square Error Approximation* (RMSEA) apresentou escore de 0,07.

2.3.3 Análises Comparativas da EMPA

Após a definição sobre a estrutura fatorial da EMPA, procedeu-se à soma dos itens pertencentes a cada fator. Os escores dos fatores “Proteção”, “Risco”, “Direito” e “Exposição” foram analisados segundo os dados obtidos no questionário sociodemográfico.

As análises do escores da EMPA com relação ao sexo do participante foram realizadas por meio do *Teste t de Student* para amostras independentes relativa ao grupo civil, devido ao baixo número de mulheres no grupo de militares. Na Tabela 2 estão descritas as médias e desvio-padrão dos fatores da EMPA divididos pelo sexo do participante.

Tabela 2
Média e Desvio Padrão dos Fatores da EMPA divididos pelo Sexo do Participante no Grupo Civil

Fatores (EMPA)	Sexo		t / Sig.
	Masculino (n=140)	Feminino (n=276)	
Proteção	30,85 (10,76)	25,25 (8,47)	6,84***
Risco	34,48 (10,83)	39,75 (9,65)	5,33***
Direito	18,02 (5,43)	15,06 (6,28)	5,32***
Exposição	18,00 (6,38)	18,28 (5,45)	0,69 ns

Nota: * $p<0,05$, ** $p<0,01$, *** $p<0,001$, ns: não significativo

Como pode ser observado na Tabela 2, houve três diferenças significativas nas comparações dos fatores da EMPA entre os grupos masculino e feminino civis, sendo que o fator “Exposição” não foi significativo. Os participantes masculinos pontuaram mais nos fatores “Proteção” e “Risco”, enquanto que a mulheres tiveram escores significativamente mais altos no fator “Risco”.

A comparação entre os fatores e os grupos civil e militar está descrito na Tabela 3. Tendo em vista o baixo número de mulheres militares, esta análise foi realizada somente para a amostra masculina.

Tabela 3

Média e Desvio Padrão dos Fatores da EMPA da amostra Masculina divididos pelos Grupos Civil e Militar

Fatores (EMPA)	Grupo		<i>t</i> / Sig.
	Civil (n=140)	Militar (n=101)	
Proteção	27,14 (9,66)	30,42 (9,91)	3,02***
Risco	38,01 (10,34)	36,08 (10,67)	1,63***
Direito	16,04 (6,16)	17,38 (5,86)	2,06***
Exposição	18,46 (5,77)	17,12 (5,68)	2,13***

Nota: * $p < 0,05$, ** $p < 0,01$, *** $p < 0,001$, ns: não significativo

De acordo com a Tabela 3, houve quatro diferenças significativas nas comparações dos fatores da EMPA e os grupos homens civis e militares. O grupo de civis apresentou maiores escores nos fatores “Arma como Risco” e “Exposição”, enquanto que os militares apresentaram escores mais altos nos fatores “Proteção” e “Direito”.

A seguir são analisados os dados com relação à opção “a favor” ou “contra” o porte de arma separadamente para os grupos civis e militares. Os resultados para o grupo civil estão descritos na Tabela 4.

Tabela 4

Média e Desvio Padrão dos Fatores da EMPA divididos pelos Grupos a Favor e Contra o Porte de Arma para o Grupo Civil

Fatores (EMPA)	Posição		<i>t</i> / Sig.
	A Favor (n=206)	Contra (n=207)	
Proteção	32,36 (9,63)	21,87 (6,30)	12,96***
Risco	32,60 (9,48)	43,37 (8,19)	12,28***
Direito	19,56 (4,31)	12,53 (5,73)	14,08***

Fatores (EMPA)	Posição		<i>t</i> / Sig.
	A Favor (n=206)	Contra (n=207)	
Exposição	17,22 (5,84)	19,65 (5,48)	4,35***

Nota: * $p < 0,05$, ** $p < 0,01$, *** $p < 0,001$, ns: não significativo

De acordo com a Tabela 4 os grupos a favor e contra o porte de arma para o grupo civil apresentam diferenças significativas em todos os fatores da EMPA. O grupo a favor apresentou maiores escores no fator “Arma como Proteção” e “Direito” enquanto que o grupo contra o porte de arma teve escores significativamente mais altos nos fatores “Risco” e “Exposição”. Análises em separado para o grupo de militares indicaram um padrão semelhante para os grupos a favor e contra o porte de arma. O grupo de militares a favor do porte de arma obteve escores superiores nos fatores “Proteção” ($t=5,59$, $p<0,001$) e “Direito” ($t=4,03$, $p<0,001$) e inferiores no “Risco” ($t=4,82$, $p<0,001$). Não houve diferença para o fator “Exposição” ($t=0,91$, ns).

2.4 Discussão

Neste artigo foram investigadas algumas propriedades psicométricas de validade fatorial e fidedignidade da Escala Motivacional para Porte de Arma (EMPA) e comparados os escores obtidos com alguns dados sociodemográficos dos participantes. Os dados do estudo foram analisados através da estatística descritiva (média desvio padrão, variância) e inferenciais.

Os primeiros resultados obtidos pela análise fatorial revelaram uma estrutura com 13 fatores, segundo o método de Kaiser e outra com cinco, de acordo com o Gráfico de Sedimentação. Essa disparidade reforça a crítica de alguns autores (Reise, Waller, & Comrey, 2000; Zwick & Velicer, 1986), ao mencionar a tendência do método de Kaiser por superestimar ou subestimar o número de fatores. Por outro lado, o modelo de cinco fatores indicou uma solução pouco viável teoricamente, já que o quinto fator era uma miscelânea de itens. Diante da difícil compreensão teórica do modelo com cinco fatores, mostrou-se necessário desconsiderar tal estratégia de análise e calcular uma nova, seguindo o número de fatores teóricos.

O modelo inicial com quatro fatores apresentou boa adequação teórica com os dados analisados. No entanto, alguns itens não contribuíram efetivamente para nenhum dos fatores. Tendo em vista esta situação, optou-se por manter a solução exploratória com quatro fatores e realizar novas análises fatoriais, retirando-se itens que não possuíam carga fatorial nem comunalidade maior ou igual a 0,30 até chegar à versão final da Escala Motivacional Para Porte de Arma (EMPA).

Após algumas análises com sucessivas retiradas de itens, chegou-se a uma solução fatorial de quatro fatores satisfatória, na qual todos os itens contribuíam com comunalidades e cargas superiores a 0,30 e os fatores com consistência interna adequada. A solução final

apresentou bons índices de adequação do modelo aos dados e os quatro fatores encontrados correspondiam praticamente ao modelo teórico hipotetizado. O modelo final explicou 48,08% da variância e apresentou Alphas satisfatórios para todas as escalas (vide Tabela 1).

Após a análise da versão final da EMPA, percebeu-se que os itens que compunham a dimensão “Tradição” do fator original “Direito/Tradição” desapareceram. Deste modo, o nome final do fator na EMPA foi diferentemente do planejado após a realização do grupo focal, apenas “Direito”. A razão para o desaparecimento desta dimensão pode estar relacionada a questões geográficas. Os grupos focais foram realizados na região central do Estado, onde a população na sua maioria é proveniente de cidades do interior, inclusive da região de fronteira. Nestas regiões, o porte de arma é uma característica marcante, que sofre influência de gerações. Por outro lado, a coleta da EMPA foi realizada também na região metropolitana de Porto Alegre, com características culturais distintas da região central do estado.

Os resultados da análise fatorial confirmatória apoiaram a estrutura exploratória da EMPA. Todas as relações entre as variáveis latentes e observadas foram significativas, indicando que o fator contribui para a explicação da variância do item. Foram observadas também correlações entre os fatores. Quanto maior a variável a intensidade no fator “Proteção” e “Direito” menor são o “Risco” e a “Exposição”. Da mesma maneira, quanto maior a variável “Risco” e “Exposição”, menor o “Direito”.

Após a definição sobre a estrutura fatorial da EMPA os escores dos fatores Proteção, Risco, Direito e Exposição foram analisados segundo os dados obtidos no questionário sociodemográfico relativo ao sexo, estado civil ou militar e posição quanto ao porte de arma (a favor ou contra). Os participantes masculinos apresentaram atitudes mais favoráveis ao porte, pontuaram mais nos fatores “Proteção” e “Direito” e menos nos “Risco” e “Exposição”. Estes resultados são semelhantes aos descritos por Branscombe, Weir e Crosby (1990), que encontraram uma maior percepção da arma como proteção e direito e menor como promotora para o crime entre homens.

A comparação entre homens civis e militares na EMPA mostrou que o grupo de civis apresentou maiores escores nos fatores “Arma como Risco” e “Exposição”, enquanto que os militares apresentaram escores mais altos nos fatores “Proteção” e “Direito”. Talvez esses dados venham reforçar a hipótese de que civis percebam mais desvantagens em portar uma arma. Enquanto militares por terem familiaridade com o recurso a perceba mais como defesa, além de um direito do cidadão.

As análises em relação aos grupos a favor e contra o porte de arma foram agrupadas para os grupos masculinos e femininos e mostraram diferenças significativas. O grupo a favor apresentou maiores escores no fator “Proteção” e “Direito”, enquanto que o grupo contra teve escores significativamente mais altos nos fatores Risco e Exposição. Os participantes que se revelaram a favor o porte de arma percebem a arma como segurança e direito do cidadão. Esses dados reforçam o estudo de Szwarcwald e Castilho (1998) quando comentam que o crescente índice de porte de armas por parte da população civil está relacionado ao sentimento de insegurança diante dos crescentes índices de criminalidade.

De acordo com o objetivo deste estudo que foi desenvolver e investigar algumas propriedades psicométricas da Escala Motivacional para o Porte de Arma (EMPA) pode-se concluir que o instrumento demonstrou bons índices de validade e fidedignidade, capaz de discriminar alguns grupos (masculino e feminino, civis e militares, contra e a favor o porte etc...) da população brasileira, especialmente da região sul do país.

A utilização de grupos focais mostrou-se útil para o levantamento das motivações para o uso de armas de fogo e o processo de análise de conteúdo foi satisfatório. A análise fatorial final chegou a uma solução de quatro fatores considerada satisfatória, de acordo com o modelo teórico. Da mesma forma, que as análises comparativas vão ao encontro com dados da literatura. Por outro lado, são necessárias outras pesquisas que investiguem diferentes populações e regiões do país, como por exemplo, grupos de presidiários ou infratores que utilizaram arma de fogo. Pretende-se com este instrumento oferecer um recurso que possa ser utilizado no futuro como parte da avaliação psicológica do porte de arma.

SEÇÃO III – RELATÓRIO DE PESQUISA

No Brasil, desde a edição do Estatuto do Desarmamento (2003), o controle de armas tornou a posse e, especialmente, o porte de armas mais restrito. Este último tornou-se em regra proibido. A posse, em residência ou local de trabalho, passou a exigir avaliação psicológica, idade superior a 25 anos e, principalmente, declaração dos motivos pelo qual o candidato busca uma arma. Desde então, o assunto vêm preocupando psicólogos e cientistas.

Vários questionamentos têm sido feitos ao Conselho Federal de Psicologia – CFP a respeito da avaliação psicológica para porte de arma. No entanto, o CFP (1997, 2007) em resposta a esta questão, orienta que inexistente até o momento um perfil estabelecido para o candidato ao porte. Alguns Conselhos Regionais- CRP como São Paulo e Rio Grande do Sul tem dado algumas contribuições a problemática, porém ainda consideram-se necessários mais estudos a respeito do assunto.

Diante da carência de pesquisas a respeito deste tipo de avaliação psicológica no país, o presente relatório tem como finalidade descrever a pesquisa que desenvolveu a Escala Motivacional para o Porte de Arma (EMPA). Com este instrumento, pretende-se contribuir para o trabalho de psicólogos e, especialmente, profissionais que atuam diretamente na área de segurança pública e privada.

A Escala Motivacional para o Porte de Arma (EMPA) teve como base em sua construção os instrumentos internacionais construídos para a avaliação referente ao porte de arma (Brascombe, Weir, & Crosby, 1991, Shapiro, Dorman, Burkey, & Welker, 1997), encontrados na literatura e descritos no artigo teórico, além de dois grupos focais constituídos por civis e militares com a finalidade de levantar atitudes motivacionais para o porte de arma no país. O relatório que descreve o desenvolvimento da EMPA apresenta uma breve introdução teórica sobre a construção de instrumentos psicológicos, seguida do método, resultados e discussão do trabalho realizado.

A Resolução n 002/2003 do Conselho Federal de Psicologia, que definiu e regulamentou a elaboração e a comercialização de testes psicológicos no Brasil, com o objetivo de garantir serviços com qualidade técnica e ética à população, determinou o aprimoramento das técnicas utilizadas na avaliação psicológica. Ficou determinado que para os inventários e escalas são requisitos mínimos e obrigatórios a apresentação da fundamentação teórica do instrumento, das evidências da validade e da precisão de escores, dos dados empíricos sobre as propriedades psicométricas dos itens do instrumento e do sistema de correção e interpretação dos escores (CFP, 2003). Essas condições são necessárias

para garantir a qualidade e possibilidade de uso seguro dos testes (Alchieri, Noronha, & Primi, 2003).

A construção de um instrumento psicológico de qualidade requer etapas definidas e procedimentos rigorosos. A maioria dos testes de uso mais difundido surgiu em resposta a alguma necessidade prática. Outros foram criados a partir de uma base teórica. Muitas vezes, a primeira utilização dos testes é estritamente para o uso em pesquisa, depois passam a ser utilizados em outros contextos. Porém, parece importante informar que grande parte do trabalho de construção de testes está voltada para revisão ou adaptação de testes já existentes (Noronha, 2003).

O processo de construção de um teste psicológico consiste de um planejamento que compreende uma série de etapas relacionadas, com algumas opcionais, dependendo do planejamento prévio (Wechsler & Guzzo, 1999). Pasquali (1998) aponta três etapas para esta construção, denominadas de procedimentos teóricos, empíricos e analíticos.

Primeiramente, o pólo teórico dos instrumentos psicológicos é o que fundamenta qualquer obra científica. Sua elaboração depende da literatura existente sobre o construto psicológico que o instrumento pretende medir. A falta de cuidado nesta etapa tem como consequência a precariedade dos instrumentos psicométricos de medida. Aqui, algumas questões básicas (definição constitutiva, definição operacional), permitem a construção adequada de um instrumento de medida dos construtos elaborados (Pasquali, 1998). Faz parte também do pólo teórico a operacionalização da teoria em tarefas comportamentais ou itens. É necessário representar no item todas as possíveis variações que o construto medido possa assumir, evitando assim, não deixar de medir algum ponto importante do comportamento. As etapas empíricas e analíticas dizem respeito à coleta de dados com amostras adequadas e escolha do método estatístico apropriado, juntamente com a correta interpretação dos dados.

Para Anastasi e Urbina (2000), a elaboração de um teste psicológico requer quatro etapas necessárias para garantir a qualidade e utilização profissional adequada. A primeira etapa refere-se à preparação, elaboração e análise dos itens a serem utilizados no instrumento. Aqui os itens precisam representar amplamente as possíveis variações que o comportamento que está sendo medido possa assumir, com o objetivo de contemplar a diversidade das respostas, para medir o comportamento. Também, associada a esta etapa, está à avaliação teórica dos itens e a sua adequação para o público alvo, processo importante para avaliação da qualidade de um teste psicológico, já que as informações referentes à forma como os itens foram elaborados, suas principais características, a base teórica que eles representam as avaliações realizadas pelos autores dos testes que finalizam a escolha de um determinado

número para o seguimento do processo, deve ser descritas de maneira clara e objetiva. A segunda etapa envolve a verificação da validade do teste, ou seja, a capacidade de um instrumento em poder descrever um comportamento de modo a garantir que realmente se possa medir aquilo que se propõe. Um instrumento é considerado válido, quando é comprovada sua capacidade de mensurar as respostas comportamentais do construto. Ainda segundo as autoras, a terceira etapa para elaboração de um teste psicológico diz respeito aos estudos de precisão ou fidedignidade que se refere à consistência dos escores obtidos pelas mesmas pessoas, quando elas são reexaminadas com o mesmo teste em diferentes ocasiões, ou com diferentes conjuntos de itens equivalentes, ou sob outras condições variáveis de aplicação. A quarta e última etapa de construção de um teste psicológico é a padronização que se refere às etapas e condições para aplicação dos testes e para a operacionalização do material (tipo de materiais necessários). A padronização implica na uniformidade do processo de avaliação do teste. Aqui para que seja possível comparar os resultados obtidos por diferentes pessoas, as condições de aplicação devem ser iguais para todos os examinandos (Alchieri e cols, 2003; Pasquali, 2001).

Especificamente para a avaliação de aspectos relacionados com o porte de arma, ainda existe na literatura uma grande carência de instrumentos e escalas (vide Seções I e II). Considerando esta escassez, a presente pesquisa tem como objetivo principal o desenvolvimento de uma escala e o estudo de algumas propriedades psicométricas da mesma. Deste modo, os objetivos específicos foram a elaboração de um modelo teórico que contemplasse aspectos motivacionais do porte de arma; o desenvolvimento de itens que representassem comportamentos do porte de arma e; a investigação da estrutura fatorial da escala final. Para atingir estes objetivos foram realizados dois estudos. O primeiro tratou da elaboração do modelo teórico e dos itens da primeira versão da escala. Neste estudo, foram analisados alguns aspectos de validade de conteúdo do instrumento. O segundo estudo teve como meta a investigação dos aspectos de validade fatorial exploratória e confirmatória, além da fidedignidade da versão empírica da Escala Motivacional para o Porte de Arma (EMPA), desenvolvida no Estudo I.

3.1 Estudo I

O Estudo I foi dividido em duas partes. A primeira etapa consistiu na busca de literatura através das bases ISI, Ebsco e Biblioteca Virtual da Saúde (BVS), que contemplasse escalas referentes às opiniões e atitudes sobre o porte e uso de armas na literatura internacional e na realização de grupos focais (Kind, 2004). Foram encontradas duas escalas:

Scale of Attitudes Toward Guns – ATGS (Brascombe, Weir, & Crosby, 1991) e o *Measure of Youth Attitudes toward Guns and Violence – AGVQ* (Shapiro, Dorman, Burkey, & Welker, 1997) (vide Seções I e II). A segunda parte consistiu na elaboração de itens que contemplassem os aspectos levantados na primeira etapa, além de investigar algumas propriedades de validade de conteúdo dos itens elaborados, conforme descrito em Cassepp-Borges, Teodoro, e Balbinotti (no prelo). Deste modo, os objetivos deste estudo foram:

- a) Elaborar um modelo que refletisse a motivação para o porte de arma;
- b) Criar itens que avaliassem a motivação para o uso de armas e contemplassem o modelo teórico desenvolvido;
- c) Investigar aspectos de validade de conteúdo destes itens.

3.1.1 Método

3.1.1.1 Grupos Focais

Foram realizados dois grupos focais que contaram com a participação de vinte pessoas. Um grupo foi formado por dez pessoas civis e outro, com dez militares. Participaram dos grupos focais apenas homens. A análise de conteúdo dos itens construídos passou pela avaliação de três juízes-avaliadores.

A realização dos grupos focais teve como finalidade levantar comportamentos e situações no qual o construto “atitudes e comportamentos referentes ao porte de arma” poderia se manifestar. Após ser abordado o tema porte de arma, foi pedido para que cada um se manifestasse em relação às vantagens e desvantagens de ter uma arma, além de solicitar o perfil de alguém de seu conhecimento que possua uma arma de fogo. Toda a discussão foi gravada e seu conteúdo analisado (Bardin, 2002). Com base nesses dados, foram identificadas cinco grandes questões. A primeira tratava a arma como um objeto que oferecia proteção ao indivíduo. A segunda versava sobre o direito que o cidadão possuía em ter uma arma. O terceiro tema referia-se aos costumes em se ter uma arma. O quarto tratava do risco que uma arma de fogo poderia proporcionar e o quinto era relacionado ao fato da pessoa armada sentir-se mais poderosa.

3.1.1.2 Desenvolvimento da Escala Motivacional para o Porte de Arma (EMPA)

Os artigos encontrados sobre a avaliação do porte de arma (Brascombe, Weir, & Crosby, 1991, Shapiro, Dorman, Burkey, & Welker, 1997) descrevem ao todo sete fatores, sendo esses: Direito, Proteção e Crime (Brascombe, Weir, & Crosby, 1991) e Excitação,

Poder/segurança, “*comfort with aggression*” e “*agressive response to shame*” (Shapiro, Dorman, Burkey, & Welker, 1997). A partir destes modelos e dos resultados encontrados nos grupos focais, foram selecionados quatro fatores para composição da Escala Motivacional para o Porte de Arma (EMPA). O primeiro fator foi chamado “Proteção” e expressa à idéia de que a posse ou o porte de arma aumenta a segurança pessoal e das pessoas próximas. O segundo fator, “Direito/Tradição” avalia a idéia de que o uso ou não da arma de fogo é um direito de escolha do cidadão. Do mesmo modo, relaciona o seu uso às tradições locais e de família. O terceiro fator foi chamado “Arma como risco” e possui itens que tratam o uso da arma de fogo como um fator de risco para a criminalidade e uso ilegal, além de estimular crimes que não ocorreriam se as pessoas não as tivessem. O quarto fator, “Exposição”, faz referência ao comportamento do uso de armas relacionado ao exibicionismo, ostentação, poder e insegurança.

Desta forma, a EMPA diferentemente dos modelos internacionais apresenta em sua estrutura o construto “Tradição” que relaciona o uso da arma às tradições locais e de família. Além de diferir das escalas americanas, no que diz respeito aos fatores referentes à Conforto com a Agressão e Resposta Agressiva a Vergonha.

A partir da definição teórica, foram elaborados 54 itens que contemplavam teoricamente os construtos selecionados. Para responder os itens, foi planejada uma Escala Likert de cinco pontos, variando desde “Nunca/Não Concordo” até “Sempre/Concordo totalmente”.

3.1.1.3 Procedimentos Éticos e de Pesquisa

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). A participação nos grupos focais ocorreu mediante uma breve explicação do conteúdo do estudo e convite a universitários civis, bem como, aos militares de diversas organizações militares na cidade de Santa Maria. A participação dos mesmos foi livre e espontânea, esclarecido o caráter acadêmico da pesquisa e a segurança do sigilo. A participação foi feita após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

3.1.1.4 Análise de Validade de Conteúdo da Escala Motivacional para o Porte de Arma (EMPA)

Após a construção da primeira versão da EMPA, foram analisados indícios de validade de conteúdo, seguindo os procedimentos descritos em Cassepp-Borges, Balbinotti, e

Teodoro (no prelo). Neste caso, os itens da escala foram avaliados por três juízes-avaliadores com relação a quatro critérios: clareza de linguagem – que considera a linguagem utilizada nos itens, tendo em vista as características da população respondente; relevância teórica – que considera o grau de associação entre o item e a teoria; pertinência prática – que analisa se de fato cada item possui importância para o instrumento; e, dimensão teórica – que investiga a adequação de cada item à teoria estudada. Todos os avaliadores eram professores doutores em psicologia.

A avaliação desta etapa foi realizada por meio do Cálculo de Validade de Conteúdo (CVC) do teste de coeficiente de validade do conteúdo e que compõe os conceitos de clareza de linguagem, pertinência prática e da relevância teórica através das análises de cada questão individualmente e em grupo. O CVC da seguinte maneira:

1) Baseado nas notas dos(as) juízes(as) (um a cinco), calcula-se a média das notas de cada item (M_x):

$$M_x = \frac{\sum_{i=1}^J x_i}{J}$$

$\sum x_i$ representa a soma das notas dos(as) juízes(as) e J representa o número de juízes(as) que avaliaram o item.

2) Com base na média, calcula-se o CVC inicial para cada item (CVC_i):

$$CVC_i = \frac{M_x}{V_{máx}}$$

Onde $V_{máx}$ representa o valor máximo que o item poderia receber (por exemplo, no caso de uma escala *Likert* de um a cinco).

3) É indicado ainda o cálculo do erro (Pe_i), para descontar possíveis vieses dos(as) juízes(as)-avaliadores(as), para cada item:

$$Pe_i = \left(\frac{1}{J}\right)^J$$

4) Com isso, o CVC final de cada item (CVC_c) será:

$$CVC_c = CVC_i - Pe_i$$

5) Para o cálculo do CVC total do questionário (CVC_t), para cada uma das características (clareza de linguagem, pertinência prática e relevância teórica), Hernandez-Nieto (2002) sugere:

$$CVC_t = Mcvc_i - Mpe_i$$

Onde $Mcvc_i$ representa a média dos coeficientes de validade de conteúdo dos itens do questionário e Mpe_i a média dos erros dos itens do questionário. Para ser considerado válido, cada item deveria obter um CVC maior do que 0,80.

3.1.2 Resultados do Estudo I

Os resultados do Estudo I quanto à validade de conteúdo da EMPA estão descritos nas Tabelas 5 e 6. Para ser selecionado, foi estabelecido o critério de que o item não poderia ter mais que dois escores inferiores a 0,80 nas dimensões Clareza de Linguagem (CL), Pertinência (PP) e Relevância Teórica (RT). Na Tabela 01 estão os itens selecionados para a versão empírica da EMPA.

Na Tabela 6 estão descritos os itens que foram excluídos da versão empírica da EMPA. Pode-se verificar que todos os três itens retirados possuíam baixa relevância teórica e pertinência na avaliação dos juízes. Além disso, um item não possui clareza de linguagem.

Tabela 5
Itens Selecionados para a Versão Empírica da Escala Motivacional Para Porte de Arma (EMPA) com Respectivo Cálculo de Validade de Conteúdo (CVC) para as Dimensões Clareza de Linguagem (CL), Pertinência (PP), Relevância Teórica (RT)

Nº	ITEM	CVC _t		
		CL	PP	RT
Proteção				
01	A arma de fogo é a mais eficiente forma de se defender.	0,82	0,89	0,89
02	A arma de fogo é a melhor forma de se defender de um assaltante.	0,82	0,89	0,96
03	A arma é um recurso para combater a violência.	0,96	0,96	0,96
07	A posse de uma arma faz com que seu proprietário se sintam mais seguro.	0,96	0,96	0,96
09	Arma de fogo previne a violência.	0,62	0,89	0,89
12	Arma em casa significa mais segurança para mim e minha família.	0,96	0,96	0,96
20	Armas servem para agredir e não para defesa.	0,89	0,96	0,96

21	Armas têm várias funções, especialmente, a de defesa.	0,96	0,96	0,96
24	Durante uma viagem, me sentiria mais seguro se tivesse uma arma.	0,96	0,96	0,96
28	Estando armado poderei me defender numa briga.	0,96	0,96	0,96
31	Já que a polícia não pode estar em toda parte, precisamos estar armados para nos defendermos.	0,96	0,96	0,96
47	Sempre reagirei a um assalto se estiver armado.	0,96	0,89	0,96
Direito / Tradição				
05	A localidade onde moro exige que eu tenha uma arma.	0,89	0,82	0,82
06	A pessoa que necessita de arma de fogo precisa cumprir os quesitos legais.	0,89	0,89	0,89
15	Armar-se é um direito do cidadão brasileiro tão importante quanto a liberdade de expressão e de religião.	0,76	0,96	0,96
17	Armas de fogo deveriam ser utilizadas somente no exercício da profissão.	0,96	0,89	0,89
27	Em meu ambiente, arma de fogo nunca foi problema.	0,69	0,89	0,89
		CVC_f		
Nº	ITEM	CL	PP	RT
33	O cidadão poderá ter o direito de não querer ter uma arma, porém não deverá perder o direito de tê-la.	0,82	0,89	0,89
34	O cidadão tem o direito de ter uma arma em casa.	0,89	0,96	0,96
35	O direito de portar uma arma independe do motivo para o seu uso.	0,62	0,89	0,96
40	Penso que é burrice desarmar os homens de bem e deixar os bandidos armados.	0,96	0,96	0,96
46	Sempre assisti meus familiares portarem arma de fogo.	0,96	0,89	0,82
48	Tanto as armas registradas como as ilegais podem provocar tragédias entre civis.	0,69	0,76	0,82
49	Ter uma arma de fogo é uma solução para a ausência de políticas de segurança eficientes.	0,70	0,89	0,89
50	Todo cidadão tem o direito de decidir sobre ter ou não uma arma de fogo.	0,96	0,96	0,96

Arma como risco

04	A disponibilidade de armas facilita o número de homicídios.	0,89	0,96	0,96
10	Arma de fogo significa maior risco à vida.	0,89	0,82	0,82
11	Arma em casa pode facilitar os assaltos ou roubos.	0,76	0,96	0,96
14	Armado, é inevitável não se deixar levar pela emoção.	0,89	0,96	0,96
16	Armas causam morte.	0,96	0,96	0,96
18	Armas estimulam o crime.	0,89	0,96	0,96
19	Armas legais podem ser roubadas e cair nas mãos do crime organizado.	0,89	0,96	0,96
25	É muito fácil sacar a arma num momento de discussão.	0,89	0,89	0,96
32	Não se pode falar em acidentes com armas, mas de imperícia, imprudência ou negligência.	0,69	0,89	0,89
36	O porte de arma facilita os suicídios.	0,89	0,82	0,82
37	O porte de arma favorece o crime.	0,89	0,89	0,89
39	Uma pessoa armada poderá desencadear um desfecho fatal contra si e/ou sua família.	0,82	0,96	0,89

Nº	ITEM	CVC _f		
		CL	PP	RT
Arma como risco				
41	Pessoas com armas em casa têm mais chances de serem mortas por armas de fogo do que aquelas que não as possuem.	0,89	0,96	0,96
42	Pessoas sem armas atraem violência à mão armada.	0,69	0,82	0,82
44	Profissionais que se expõem à situação de risco se iludem sobre os benefícios de andar armados.	0,76	0,89	0,89
51	Traumas e ferimentos provocados por arma de fogo é um sério problema de saúde pública.	0,63	0,89	0,89
Exposição				
08	Ao adquirir uma arma, esta deverá ser precisa, poderosa e com boa pegada.	0,69	0,89	0,89
13	Arma impõe respeito.	0,96	0,96	0,96
22	Carregar uma arma faz com que as pessoas se sintam	0,96	0,89	0,89

	poderosas.			
23	Carregar uma arma transmite idéia de poder.	0,96	0,82	0,82
26	Em geral, as pessoas gostam de exhibir suas armas.	0,96	0,89	0,89
29	Eu me sentiria mais poderoso se tivesse uma arma.	0,96	0,89	0,89
30	Gostaria de portar uma arma.	0,96	0,89	0,89
38	O prazer de usar uma arma está no fato de exhibí-la.	0,96	0,89	0,89
43	Portar uma arma faz as pessoas se sentirem seguras.	0,96	0,96	0,96
45	Quanto mais bonita e prática uma arma, maior a cobiça por ela.	0,76	0,82	0,89

Tabela 6

Itens Excluídos da Versão Empírica da Escala Motivacional Para Porte de Arma (EMPA) com Respectivo Cálculo de Validade de Conteúdo (CVC) para as Dimensões Clareza de Linguagem (CL), Pertinência (PP), Relevância Teórica (RT)

Nº	ITEM	CVC _f		
		CL	PP	RT
Arma como risco				
54	De porte de uma arma, um cidadão pode facilmente se transformar num criminoso em um momento de "cabeça quente".	0,89	0,62	0,62
Exposição				
52	As pistolas são armas bonitas.	0,96	0,76	0,62
53	Independente do valor, a arma poderá ser uma boa aquisição.	0,62	0,56	0,56

3.1.3 Discussão Estudo I

O Estudo I teve como objetivo principal o desenvolvimento de uma escala para avaliação da motivação para porte de arma. A partir de uma revisão da literatura, foram encontradas somente duas escalas que, juntamente com os dados dos grupos focais, possibilitaram a elaboração dos itens para a EMPA. Deste modo, a articulação entre a pesquisa teórica e os resultados do grupo focal mostrou-se satisfatória na compreensão deste construto em nossa realidade.

A EMPA teve como ponto de partida as escalas americanas “*Scale of Attitudes Toward Guns – ATGS*” e “*Measure of Youth Attitudes Toward Guns and Violence – AGVQ*” que foram articuladas com os resultados dos grupos focais no Sul do Brasil. O levantamento junto

aos grupos focais sugeriu temas que foram agrupados em quatro fatores importantes à realidade investigada.

O primeiro fator chamado “Proteção” possui a idéia que a posse ou o porte de arma aumenta a segurança pessoal e das pessoas próximas. O segundo, “Direito/Tradição”, avalia a idéia de que o uso ou não da arma de fogo é um direito de escolha do cidadão, além de relacionar o seu uso às tradições locais e de família. O terceiro, “Arma como Risco”, possui itens que tratam o uso da arma de fogo como um fator de risco para a criminalidade e uso ilegal, além de estimular crimes que não ocorreriam se as pessoas não as tivessem. Finalmente, o quarto fator “Exposição” faz referência ao comportamento do uso de armas relacionado ao exibicionismo, ostentação, poder e insegurança.

A escala americana *ATGS* (Brascombe, Weir, & Crosby, 1991) apresenta em seus construtos os seguintes aspectos, “Direito” (definido como um componente abstrato que avaliaria se a posse de arma deveria ser considerada um direito básico americano), “Proteção” (percepção da arma como forma de proteger um indivíduo da vitimização criminal) e, “Crime” (armas estimulam ou causam o crime que não aconteceria de outra forma). Observando-se deste modo, especificidades culturais. Considerando, as peculiaridades do quadro brasileiro, pode-se destacar o fator “Tradição” que surgiu nas falas dos participantes dos grupos focais, como sendo um fator importante para o porte de arma, e que sugere a hipótese da influência cultural e geográfica neste contexto. O fator tradição remete a idéia de relacionar o seu uso às tradições locais e de família, compreensível se considerarmos a região geográfica do sul do país (Bagé, Ijuí, Santa Maria, São Leopoldo e Santana do Livramento) onde foi realizado o grupo focal.

A segunda escala americana denominada *Measure of Youth Attitudes Toward Guns and Violence – AGVQ* (Shapiro, Dorman, Burkey, & Welker, 1997; Shapiro, Dorman, Burkey, & Welker, 1998) possui quatro fatores principais. O fator “Excitação” mede o senso de que armas são intrinsecamente estimulantes e divertidas. O fator “Poder/Segurança” avalia a visão de que a violência e armas trazem sensações de poder e segurança para as pessoas que as usam. O fator “*comfort with aggression*” diz respeito à violência individual e a falta de incômodo com a violência no meio. Por fim, o último fator, “*agressive response to shame*”, mede a crença de que o perigo à auto-estima resultante do desrespeito pode não ser causado por meio de violência. A EMPA nomeia o fator que faz referência ao comportamento do uso de armas relacionado ao poder e insegurança como “Exposição”, acrescentando a questão do exibicionismo, ostentação.

Outro ponto importante deste primeiro estudo foi o processo de validação de conteúdo, recomendado antes da aplicação do instrumento, a fim de investigar a clareza, representatividade e a relevância dos itens elaborados para a EMPA. Para isso contou-se com três juízes (as)-avaliadores (as), doutores em psicologia, que verificaram se o teste em questão mede o que ele se propõe a medir, pelo viés do conteúdo.

Após avaliação de cada questão pelos juízes, procedeu-se a retirada de alguns itens. Dentre os cinquenta e quatro itens inicialmente elaborados, apenas três itens (52, 53 e 54) foram excluídos por possuírem baixa relevância teórica e pertinência, sendo que um (item 53) não apresentou clareza de linguagem segundo a avaliação dos juízes. Deste modo, considerase a validação de conteúdo satisfatória.

3.2 Estudo II

O Estudo II buscou investigar aspectos de validade fatorial e fidedignidade da versão empírica da EMPA, desenvolvida no Estudo I. Os objetivos deste estudo foram:

- Investigar algumas propriedades de validade fatorial (exploratória e confirmatória) e fidedignidade da versão empírica da escala de avaliação em uma amostra de adultos jovens;
- Comparar os escores obtidos nos construtos avaliados pela escala com alguns dados sociodemográficos como o sexo e escolaridade do participante e experiências passadas com arma de fogo;

3.2.1 Método do Estudo II

3.2.1.1 Delineamento

Trata-se de uma pesquisa quantitativa transversal correlacional.

3.2.1.2 Participantes

Participaram deste estudo 550 respondentes adultos, provenientes de universidades e organizações militares de Santa Maria e São Leopoldo/RS, sendo 258 homens (46,90%) e 292 mulheres (53,10%). A idade variou de 18 a 86 anos (Média= 28 anos, DP= 13,75 anos). Dezenove participantes (3,5%) tinham concluído ou estavam cursando o ensino fundamental, 13 (2,4%) possuíam o ensino médio incompleto enquanto 105 (19,1%) já tinham concluído. Duzentos e noventa e três (53,3%) possuíam o superior incompleto e 119 (21,6%) o completo. Dentre os participantes, 419 (76%) eram civis, 103 (18,7%) militares e 28 (5,3%) não responderam a esta questão. O número de mulheres militares participantes foi duas (1,94%).

O tamanho amostral foi definido considerando um número mínimo de dez participantes para cada item da escala. A seleção da amostra foi por conveniência. O tamanho desta amostra foi calculado de modo a se obter, com um *effect size* médio e um $p < 0,05$, um erro Beta menor do que 5%.

3.2.1.3 Procedimentos de Pesquisa e Éticos

O contato com os participantes foi feito por meio das coordenações de cursos de graduação e organizações militares. Após permissão das Universidades e dos militares, convidados aleatoriamente, os participantes foram informados sobre o conteúdo da pesquisa e aqueles que desejassem participar responderiam e assinariam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (vide Anexo A). Os questionários foram aplicados de forma coletiva. O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

3.2.1.4 Instrumentos

Os instrumentos utilizados neste estudo foram um questionário sociodemográfico e a versão empírica da Escala Motivacional para Porte de Arma (EMPA).

3.2.1.4.1 Questionário sociodemográfico.

Foi utilizado na obtenção de dados de identificação do participante como o sexo, idade, escolaridade e experiências passadas com relação às armas de fogo (Anexo B).

3.2.1.4.2 Escala Motivacional para Porte de Arma (EMPA, Anexo C)

A Escala foi desenvolvida durante o Estudo I e tem como finalidade investigar as atitudes motivacionais para o porte de arma de fogo. A versão empírica da escala é composta por quatro fatores distribuídos em cinquenta e um itens, aos quais os sujeitos respondem, utilizando uma Escala Likert de cinco pontos, que varia de um (nunca/não concordo) a cinco (sempre/concordo totalmente), referentes ao que considera mais adequado para descrever suas opiniões, sentimentos e atitudes. O primeiro fator foi nomeado “Proteção” e expressa a idéia de que a posse ou o porte de arma aumenta a segurança pessoal e das pessoas próximas (ex.: “Arma em casa significa mais segurança pra mim e minha família”, “Arma impõe respeito”). O segundo fator, “Direito/Tradição” avalia a idéia de que o uso ou não da arma de fogo é um direito de escolha do cidadão. Do mesmo modo, relaciona o seu uso às tradições locais e de

família (ex.: “O cidadão tem o direito de ter uma arma em casa”, “O direito de portar uma arma independe do motivo para o seu uso”). O terceiro fator foi chamado “Arma como risco” e possui itens que tratam o uso da arma de fogo como um fator de risco para a criminalidade e uso ilegal, além de estimular crimes que não ocorreriam se as pessoas não as tivessem (ex.: “O porte de arma favorece o crime”, “Arma de fogo significa maior risco a vida”). O quarto fator, “Exibição”, faz referencia ao comportamento do uso de armas relacionado ao exibicionismo, ostentação, poder e insegurança (ex.: “Carregar uma arma transmite a idéia de poder”, “O prazer de usar uma arma está no fato de exibi-la”).

3.2.2 Análise dos Dados

Todos os dados foram digitados e apurados através do programa SPSS® 16 - *Statistical Package for the Social Sciences*. As análises fatoriais exploratórias foram realizadas com o método dos componentes principais e rotação Varimax. A seleção do número de fatores foi orientada tanto pelo Estudo I quanto pelos métodos de Kaiser (autovalor superior a 1) e Gráfico de sedimentação. Os itens que não alcançaram uma carga fatorial e comunalidade maior do que 0,30 ou que estivessem reduzindo os índices de consistência interna da escala foram retirados da análise. Os índices de consistência interna foram analisados por meio do Alpha de Cronbach.

A análise confirmatória foi realizada com programa Lisrel 8.8, com o método de estimação *Maximum Likelihood*. Foram selecionados cinco indicadores de adequação do modelo para analisar os resultados da análise (maiores detalhes em Byrne, 1989). O primeiro é a razão X^2/gl , para o qual valores inferiores a cinco podem ser interpretados como um indicativo de que o modelo teórico se ajusta aos dados. O segundo é o *Goodness-of-Fit Index* (GFI), que deve ter escores iguais ou superiores a 0,90. Estes valores devem ser também considerados para o terceiro e quarto índices, o *Adjusted Goodness-of-Fit Index* (AGFI) e o *Comparative Fit Index* (CFI). O último escore é o *Root Mean Square Error Approximation* (RMSEA), que deve ter valores até 0,10 para a aceitação do modelo. RMSEA inferiores a 0,05 indicam ótimos ajustes. Estes índices avaliam tanto a adequação do modelo teórico aos dados, quanto a proporção de variância-covariância explicada.

Os itens selecionados para cada dimensão da versão final da Escala Motivacional para Porte de Arma (EMPA) foram somados para constituir o valor de cada fator. Os resultados foram comparados com relação gênero e experiências prévias com arma de fogo do participante por meio do Teste t para amostras independentes. Os dados de idade e escolaridade foram relacionados com os fatores da EMPA por meio de Correlação de Pearson.

3.2.3 Resultados do Estudo II

Os resultados do Estudo II quanto à investigação de propriedades de validade fatorial e fidedignidade da versão empírica da escala e a comparação dos escores obtidos nos construtos avaliados estão divididos em três partes. A primeira trata da análise fatorial exploratória e de consistência interna. A segunda possui os resultados da análise fatorial confirmatória e a terceira parte explora as comparações entre os resultados da EMPA com variáveis sociodemográficas da amostra.

3.2.3.1 Análise Fatorial Exploratória da EMPA

A apresentação dos resultados das análises fatoriais exploratórias da versão empírica da EMPA será feita em quatro seções. Esta divisão possui fins didáticos, tendo em vista as diversas etapas empregadas nas análises. São elas a análise fatorial exploratória inicial, exploratória para cinco fatores, exploratória para quatro fatores e versão final da Escala Motivacional Para Porte de Arma (EMPA).

3.2.3.1.1 Resultados da análise fatorial exploratória inicial (51 itens).

As primeiras análises fatoriais exploratórias foram calculadas com o método dos componentes principais e rotação Varimax. Modelos alternativos com o método dos eixos principais e rotação Oblimin foram calculados, mas os resultados não foram tão claros quanto os da primeira opção (houve um grande número de itens com altas cargas fatoriais em mais de um fator). Para explorar o número de fatores existentes na escala inicial (51 itens) foi levado em consideração tanto o modelo teórico de quatro fatores, apresentado no Estudo I, quanto os indicativos obtidos pelo Método de Kaiser e do Gráfico de Sedimentação.

Os resultados desta primeira análise indicaram um total de 13 fatores, de acordo com o método de Kaiser. Por outro lado, o Gráfico de Sedimentação apresentou um total de cinco de fatores (vide Figura 2). Tendo em vista a disparidade entre o número de fatores esperados teoricamente (quatro) e o alto número de fatores sugeridos pelo método de Kaiser, optou-se por desconsiderar esta estratégia de análise e calcular uma nova análise fatorial para cinco fatores, seguindo o Gráfico de Sedimentação (vide Figura 2).

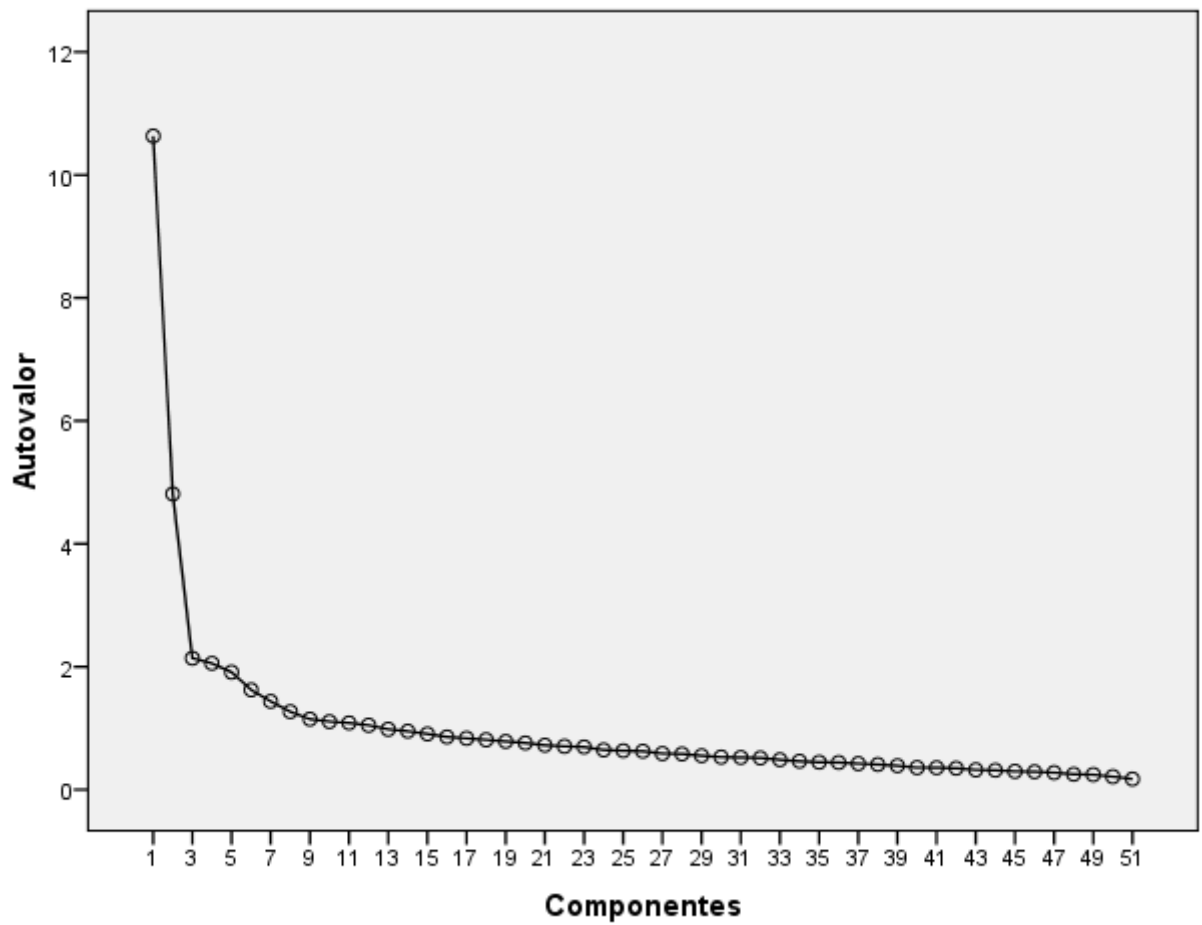


Figura 2
Gráfico de Sedimentação da Primeira Análise da Escala Motivacional para Porte de Arma (EMPA) com 51 itens

3.2.3.1.2 Análise fatorial exploratória da EMPA para cinco fatores.

Seguindo os resultados do Gráfico de Sedimentação apresentado na Figura 2, repetiram-se as primeiras análises fatoriais como método dos componentes principais e rotação Varimax para cinco fatores. Os resultados podem ser vistos na Tabela 7.

Tabela 7

Análise Fatorial Exploratória da Versão Empírica da Escala Motivacional para Porte de Arma (EMPA) com o Método dos Componentes Principais e Rotação Varimax para Cinco Fatores

Itens	Fatores				
	Proteção	Risco	Direito/ Tradição	Exposição	Indefini do
12 Arma em casa significa mais segurança para mim e minha família.	0,72				
7 A posse de uma arma faz com que seu proprietário se sinta mais seguro.	0,66				
2 A arma de fogo é a melhor forma de se defender de um assaltante.	0,65				
31 Já que a polícia não pode estar em toda parte, precisamos estar armados para nos defendermos.	0,63				
1 A arma de fogo é a mais eficiente forma de se defender.	0,63				
13 Arma impõe respeito.	0,60				
24 Durante uma viagem, me sentiria mais seguro se tivesse uma arma.	0,59				
43 Portar uma arma faz as pessoas se sentirem seguras.	0,55				
30 Gostaria de portar uma arma.	0,55	-0,33			
21 Armas têm várias funções, especialmente, a de defesa.	0,53		0,30		
9 Arma de fogo previne a violência.	0,51				
3 A arma é um recurso para combater a violência.	0,50				
5 A localidade onde moro exige que eu tenha uma arma.	0,50				
15 Armar-se é um direito do cidadão brasileiro tão importante quanto a liberdade de expressão e de religião.	0,46	-0,36	0,36		

17 Armas deveriam ser utilizadas somente no exercício da profissão.	-0,43	0,40	-0,30
20 Armas servem para agredir e não para defesa.	-0,42	0,39	

Itens	Fatores				
	Proteção	Risco	Direito	Exposição	Indefinido
29 Eu me sentiria mais poderoso se tivesse uma arma.	0,40			0,39	
28 Estando armado poderei me defender numa briga.	0,37				
8 Ao adquirir uma arma, esta deverá ser precisa, poderosa e com boa pegada.	0,36				
27 Em meu ambiente, arma de fogo nunca foi problema.					
36 O porte de arma facilita os suicídios.		0,70			
37 O porte de arma favorece o crime.		0,70			
18 Armas estimulam o crime.	-0,32	0,68			
16 Armas causam morte.		0,64			
10 Arma de fogo significa maior risco a vida.		0,63			
39 Uma pessoa armada poderá desencadear um acidente fatal contra si e/ou sua família.		0,63			
4 A disponibilidade de armas facilita o número de homicídios.		0,62			
19 Armas legais podem ser roubadas e cair nas mãos do crime organizado.		0,58			
41 Pessoas com armas em casa têm mais chances de serem mortas por armas de fogo do que aquelas que não as possuem.		0,57			
48 Tanto as armas registradas como as ilegais podem provocar tragédias entre civis.		0,49			

51 Traumas e ferimentos provocados por armas é um problema de saúde pública. **0,42**

34 O cidadão tem o direito de ter uma arma em casa. **0,77**

Itens	Fatores				
	Proteção	Risco	Direito	Exposição	Indefinido
50 Todo cidadão tem o direito de decidir sobre ter ou não uma arma de fogo.			0,76		
40 Penso que é burrice desarmar os homens de bem e deixar os bandidos armados.			0,69		
33 O cidadão poderá ter o direito de não querer ter uma arma, porém não deverá perde o direito de tê-la.			0,67		
35 O direito de portar uma arma independe do motivo para o seu uso.			0,56		
22 Carregar uma arma faz com que as pessoas se sintam poderosas.				0,77	
23 Carregar uma arma transmite idéia de poder.				0,75	
25 É muito fácil sacar a arma num momento de discussão.		0,32		0,53	
26 Em geral, as pessoas gostam de exibir suas armas.		0,34		0,49	
45 Quanto mais bonita e prática uma arma, maior a cobiça por ela.				0,48	
14 Armado é inevitável não se deixar levar pela emoção.				0,42	
32 Não podemos falar em acidentes com armas, mas de imperícia, imprudência ou negligência.					
42 Pessoas sem armas atraem violência à mão armada.					0,55

49 Ter uma arma de fogo é uma solução para a ausência de políticas de segurança eficientes.	0,38	0,53
47 Sempre reagirei a um assalto se estiver armado.		0,43

Itens	Fatores				
	Proteção	Risco	Direito	Exposição	Indefinido
46 Sempre assisti meus familiares portarem arma de fogo.					0,43
11 Arma em casa pode facilitar os assaltos ou roubos.					0,39
38 O prazer de usar uma arma está no fato de exibi-la.				0,32	0,38
44 Profissionais que se expõem à situação de risco se iludem sobre os benefícios de andar armados.		0,38			0,38
6 A pessoa que necessita de arma de fogo precisa cumprir os quesitos legais.					
Variância Explicada por Fator	13,18%	11,48%	7,00%	6,20%	4,38%
Variância Explicada Total	42,25%				

Notas:

a. Rotação convergente com 7 interações.

São apresentadas somente as cargas fatoriais superiores a 0,30.

Os resultados da análise fatorial exploratória para cinco fatores descritos na Tabela 7 apresentaram o índice KMO (Kaiser-Meyer-Olkin) de 0,89 e Teste de Esfericidade de Bartlett significativo, indicando adequação do modelo teórico aos dados. Dos 51 itens analisados, três (itens 6, 27 e 32) não alcançaram a carga fatorial superior ou igual a 0,30 e, por isso, não contribuíram efetivamente para nenhum dos fatores. O primeiro fator possui 19 itens e se aproxima do conceito teórico de “Arma como Proteção”, descrito no Estudo I. O segundo fator possui semelhanças do conceito de “Arma como Risco” e conta com 11 itens. O terceiro fator possui cinco itens que foram categorizados dentro do conceito de “Direito”, elaborado

no Estudo I. O quarto fator possui seis itens ligados a aspectos da Exposição. Finalmente, o quinto fator possui sete itens pertencentes a vários dos aspectos teóricos. Devido à dificuldade de interpretação deste fator, optou-se por denominá-lo “Indefinido”. Este modelo explicou 42,25% da variância da escala.

O modelo com cinco fatores mostrou-se de difícil compreensão teórica. Optou-se então por fazer uma análise fatorial exploratória seguindo o número de quatro fatores, elaborados no Estudo I.

3.2.3.1.3 Análise fatorial exploratória da EMPA para quatro fatores.

Os resultados da análise fatorial exploratória para quatro fatores estão descritos na Tabela 8. A decisão por este número de fator seguiu o resultado do Estudo I.

Tabela 8
Análise Fatorial Exploratória da Versão Empírica da Escala Motivacional para Porte de Arma (EMPA) com o Método dos Componentes Principais e Rotação Varimax para Quatro Fatores

Itens	Componentes			
	Risco	Proteção	Direito	Exposição
37 O porte de arma favorece o crime.	0,72			
18 Armas estimulam o crime.	0,71	-0,30		
10 Arma de fogo significa maior risco a vida.	0,67			
36 O porte de arma facilita os suicídios.	0,67			
41 Pessoas com armas em casa têm mais chances de serem mortas por armas de fogo do que aquelas que não as possuem.	0,62			
16 Armas causam morte.	0,62			
39 Uma pessoa armada poderá desencadear um acidente fatal contra si e/ou sua família.	0,62			
20 Armas servem para agredir e não para defesa.	0,51	-0,39		
17 Armas deveriam ser utilizadas somente no exercício da profissão.	0,51	-0,41		
44 Profissionais que se expõem à situação de risco se iludem sobre os benefícios de andar armados.	0,51			

19 Armas legais podem ser roubadas e cair nas mãos do crime organizado.	0,51
38 O prazer de usar uma arma está no fato de exibi-la.	0,50

Itens	Componentes			
	Risco	Proteção	Direito	Exposição
4 A disponibilidade de armas facilita o número de homicídios.	0,47			
25 É muito fácil sacar a arma num momento de discussão.	0,46			0,42
51 Traumas e ferimentos provocados por armas é um problema de saúde pública.	0,45			
11 Arma em casa pode facilitar os assaltos ou roubos.	0,42			
48 Tanto as armas registradas como as ilegais podem provocar tragédias entre civis.	0,39			
12 Arma em casa significa mais segurança para mim e minha família.	-0,32	0,68		
2 A arma de fogo é a melhor forma de se defender de um assaltante.		0,65		
1 A arma de fogo é a mais eficiente forma de se defender.		0,65		
31 Já que a polícia não pode estar em toda parte, precisamos estar armados para nos defendermos.		0,64		
7 A posse de uma arma faz com que seu proprietário se sinta mais seguro.		0,63		
24 Durante uma viagem, me sentiria mais seguro se tivesse uma arma.		0,58		
13 Arma impõe respeito.		0,56		0,35
43 Portar uma arma faz as pessoas se sentirem seguras.		0,56		
30 Gostaria de portar uma arma.	-0,35	0,55		
5 A localidade onde moro exige que eu tenha uma arma.		0,54		
9 Arma de fogo previne a violência.		0,52		
3 A arma é um recurso para combater a violência.		0,51		

49 Ter uma arma de fogo é uma solução para a ausência de políticas de segurança eficientes.	0,48
21 Armas têm várias funções, especialmente, a de defesa.	0,47

Itens	Componentes			
	Risco	Proteção	Direito	Exposição
29 Eu me sentiria mais poderoso se tivesse uma arma.		0,42		0,34
28 Estando armado poderei me defender numa briga.		0,39		
47 Sempre reagirei a um assalto se estiver armado.		0,37		
42 Pessoas sem armas atraem violência à mão armada.		0,35		
8 Ao adquirir uma arma, esta deverá ser precisa, poderosa e com boa pegada.		0,34		
27 Em meu ambiente, arma de fogo nunca foi problema.				
50 Todo cidadão tem o direito de decidir sobre ter ou não uma arma de fogo.			0,76	
34 O cidadão tem o direito de ter uma arma em casa.			0,73	
40 Penso que é burrice desarmar os homens de bem e deixar os bandidos armados.			0,66	
35 O direito de portar uma arma independe do motivo para o seu uso.			0,61	
33 O cidadão poderá ter o direito de não querer ter uma arma, porém não deverá perde o direito de tê-la.	-0,35		0,57	
45 Quanto mais bonita e prática uma arma, maior a cobiça por ela.			0,38	0,37
46 Sempre assisti meus familiares portarem arma de fogo.				
22 Carregar uma arma faz com que as pessoas se sintam poderosas.				0,77
23 Carregar uma arma transmite idéia de poder.				0,74
14 Armado, é inevitável não se deixar levar pela emoção.				0,39

32 Não podemos falar em acidentes com armas, mas de imperícia, imprudência ou negligência.

6 A pessoa que necessita de arma de fogo precisa cumprir os quesitos legais.

Itens	Componentes			
	Risco	Proteção	Direito	Exposição
Alpha de Cronbach	0,89	0,87	0,74	0,40
Porcentagem de Variância Explicada por Fator	13,68%	12,84%	6,73%	5,23%
Variância Explicada Total	38,50%			

Os resultados da análise fatorial para quatro fatores descritos na Tabela 08 apresentaram o índice KMO (Kaiser-Meyer-Olkin) de 0,90 e Teste de Esfericidade de Bartlett significativo. Dos 51 itens analisados, quatro (itens 6, 27, 32 e 46) não alcançaram a carga fatorial igual ou superior a 0,30 e, por isso, não contribuíram efetivamente para nenhum dos fatores. O primeiro fator possui 18 itens e se aproxima do conceito teórico de “Arma como Risco”, descrito no Estudo I. O segundo fator possui semelhanças do conceito de “Proteção” do Estudo I e conta com 20 itens. O terceiro fator possui seis itens que foram categorizados dentro do conceito de “Direito” no Estudo I. O quarto fator teria três itens ligados a aspectos da Exposição. Este modelo explica 38,50% da variância da escala.

Foram realizados cálculos para análise de consistência interna dos fatores para o modelo inicial de quatro fatores. O Alpha de Cronbach obtido para o primeiro fator (Risco) foi de 0,89. O segundo fator (Proteção) foi de 0,87. O terceiro fator (Direito) igual a 0,74. Finalmente, o quarto fator obteve um escore de 0,40.

Tendo em vista o surgimento dos fatores teóricos, optou-se por manter a solução exploratória com quatro fatores e realizar novas análises retirando-se itens que não possuíam carga fatorial nem comunalidade maior ou igual a 0,30. Deste modo, foram realizadas sete análises até chegar na versão final com 36 itens. Na primeira análise, excluiu-se apenas o item 06; na segunda, os itens 06 e 27; na terceira, 6, 27 e 46; na quarta, 6, 27, 32 e 46; na quinta, 6, 8, 11, 27, 32, 46 e 48; na sexta, 6, 8, 11, 14, 27, 28, 32, 46, 47, 48 e 51; e finalmente na sétima análise excluiu-se 6, 8, 11, 14, 27, 28, 32, 42, 44, 46, 47, 48, 49 e 51. A seguir será apresentada a versão final da Escala Motivacional para Porte de Arma (EMPA)

3.2.3.1.4 Versão Final da Escala Motivacional para Porte de Arma (EMPA)

Após o processo de retirada de itens seguindo os critérios descritos anteriormente, chegou-se a uma solução fatorial na qual todos os itens contribuíam com cargas superiores a 0,30 tinham comunalidade maior do que 0,30 e os fatores com consistência interna adequada. O resultado do modelo final para quatro fatores e 36 itens foi descrito na Tabela 01 e será reproduzida a seguir (vide Anexo D).

Tabela 1
Análise Fatorial Exploratória Final da Escala Motivacional Para Porte de Arma (EMPA) com o Método dos Componentes Principais e Rotação Varimax para Quatro Fatores

Itens	Componentes			
	Proteção	Risco	Direito	Exposição
12 Arma em casa significa mais segurança para mim e minha família.	0,71			
2 A arma de fogo é a melhor forma de se defender de um assaltante.	0,70			
7 A posse de uma arma faz com que seu proprietário se sinta mais seguro.	0,68			
1 A arma de fogo é a mais eficiente forma de se defender.	0,67			
31 Já que a polícia não pode estar em toda parte, precisamos estar armados para nos defendermos.	0,60	-0,31		
13 Arma impõe respeito.	0,58			0,30
24 Durante uma viagem, me sentiria mais seguro se tivesse uma arma.	0,55			
9 Arma de fogo previne a violência.	0,55			
21 Armas têm várias funções, especialmente, a de defesa.	0,53			
43 Portar uma arma faz as pessoas se sentirem seguras.	0,53			0,32
3 A arma é um recurso para combater a violência.	0,52			
5 A localidade onde moro exige que eu tenha uma arma.	0,51			
30 Gostaria de portar uma arma.	0,51	-0,38		
37 O porte de arma favorece o crime.		0,74		

36 O porte de arma facilita os suicídios.	0,73
18 Armas estimulam o crime.	0,73
16 Armas causam morte.	0,67
10 Arma de fogo significa maior risco a vida.	0,66
4 A disponibilidade de armas facilita o número de homicídios.	0,64

Itens	Componentes			
	Proteção	Risco	Direito	Exposição
41 Pessoas com armas em casa têm mais chances de serem mortas por armas de fogo do que aquelas que não as possuem.		0,59		
39 Uma pessoa armada poderá desencadear um acidente fatal contra si e/ou sua família.		0,58		
19 Armas legais podem ser roubadas e cair nas mãos do crime organizado.		0,58		
17 Armas deveriam ser utilizadas somente no exercício da profissão.	-0,42	0,46		
20 Armas servem para agredir e não para defesa.	-0,41	0,44		
50 Todo cidadão tem o direito de decidir sobre ter ou não uma arma de fogo.			0,78	
34 O cidadão tem o direito de ter uma arma em casa.			0,78	
40 Penso que é burrice desarmar os homens de bem e deixar os bandidos armados.			0,71	
33 O cidadão poderá ter o direito de não querer ter uma arma, porém não deverá perde o direito de tê-la.			0,67	
35 O direito de portar uma arma independe do motivo para o seu uso.			0,60	
22 Carregar uma arma faz com que as pessoas se sintam poderosas.				0,80
23 Carregar uma arma transmite idéia de poder.				0,79

45 Quanto mais bonita e prática uma arma, maior a cobiça por ela.		0,33	0,50	
26 Em geral, as pessoas gostam de exibir suas armas.		0,38	0,49	
25 É muito fácil sacar a arma num momento de discussão.		0,35	0,48	
29 Eu me sentiria mais poderoso se tivesse uma arma.	0,36		0,44	
38 O prazer de usar uma arma está no fato de exibi-la.		0,31	0,37	
Itens	Componentes			
	Proteção	Risco	Direito	Exposição
Alpha de Cronbach	0,87	0,88	0,82	0,73
Porcentagem de Variância Explicada por Fator	15,56%	15,06%	9,38%	8,76%
Variância Explicada Total	48,08%			

Os resultados descritos na Tabela 9 apresentaram índice KMO (Kaiser-Meyer-Olkin) de 0,91 e Teste de Esfericidade de Bartlett significativo. Os quatro fatores encontrados correspondem ao modelo teórico hipotetizado no Estudo I. O primeiro fator “Arma como Proteção” conta com 13 itens, sendo 20 inicialmente desenvolvidos para este conceito. O segundo fator “Arma como Risco” permaneceu com 11 itens daqueles inicialmente desenvolvidos para este conceito. O terceiro fator “Arma como Direito” também permaneceu com cinco itens daqueles anteriormente desenvolvidos para o conceito. Finalmente, o fator “Exposição” ficou com sete itens, sendo que foram sete os inicialmente desenvolvidos. O modelo final explicou 48,08% da variância e apresentou Alphas satisfatórios para todas as escalas (vide Tabela 9). O Gráfico de Sedimentação obtido na última análise sugere um modelo com quatro fatores, diferentemente das análises iniciais (vide Figura 1, reproduzida a seguir).

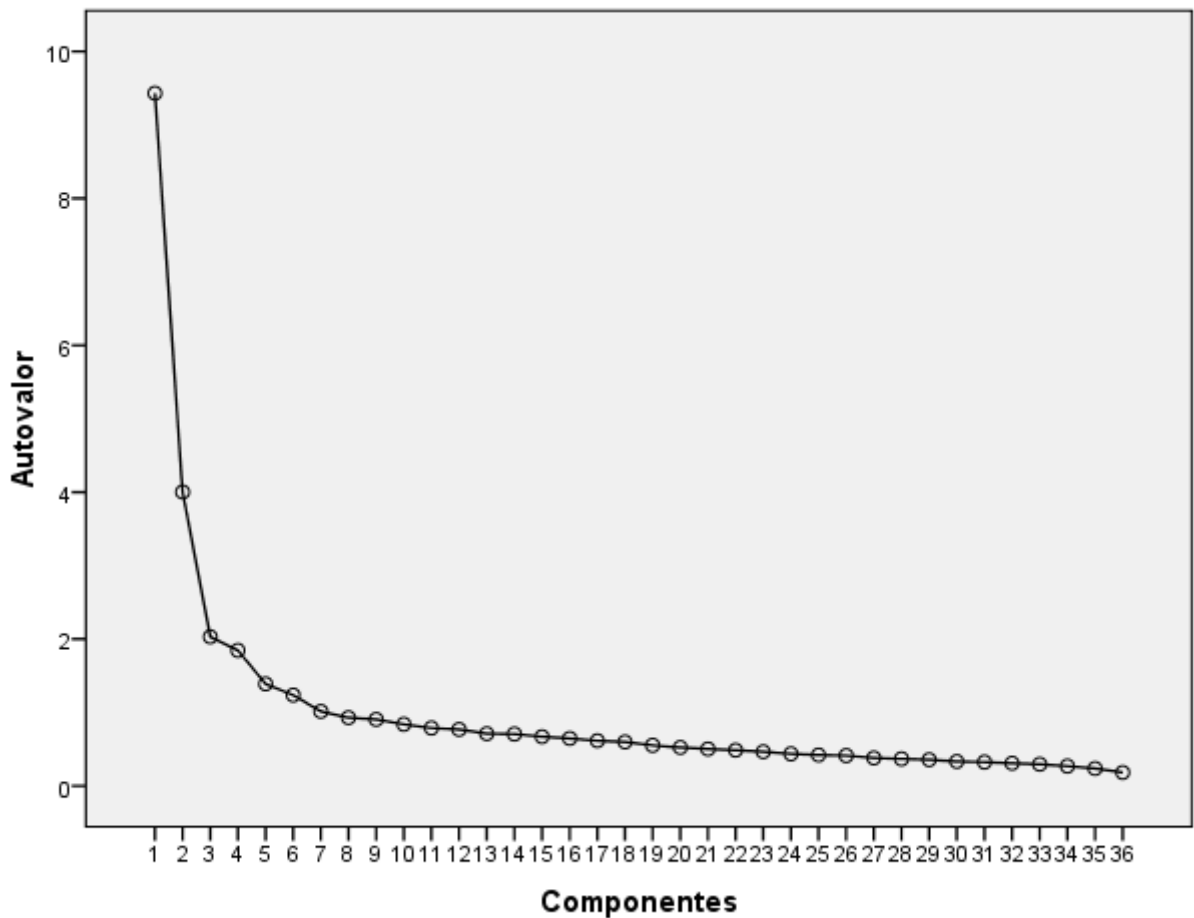


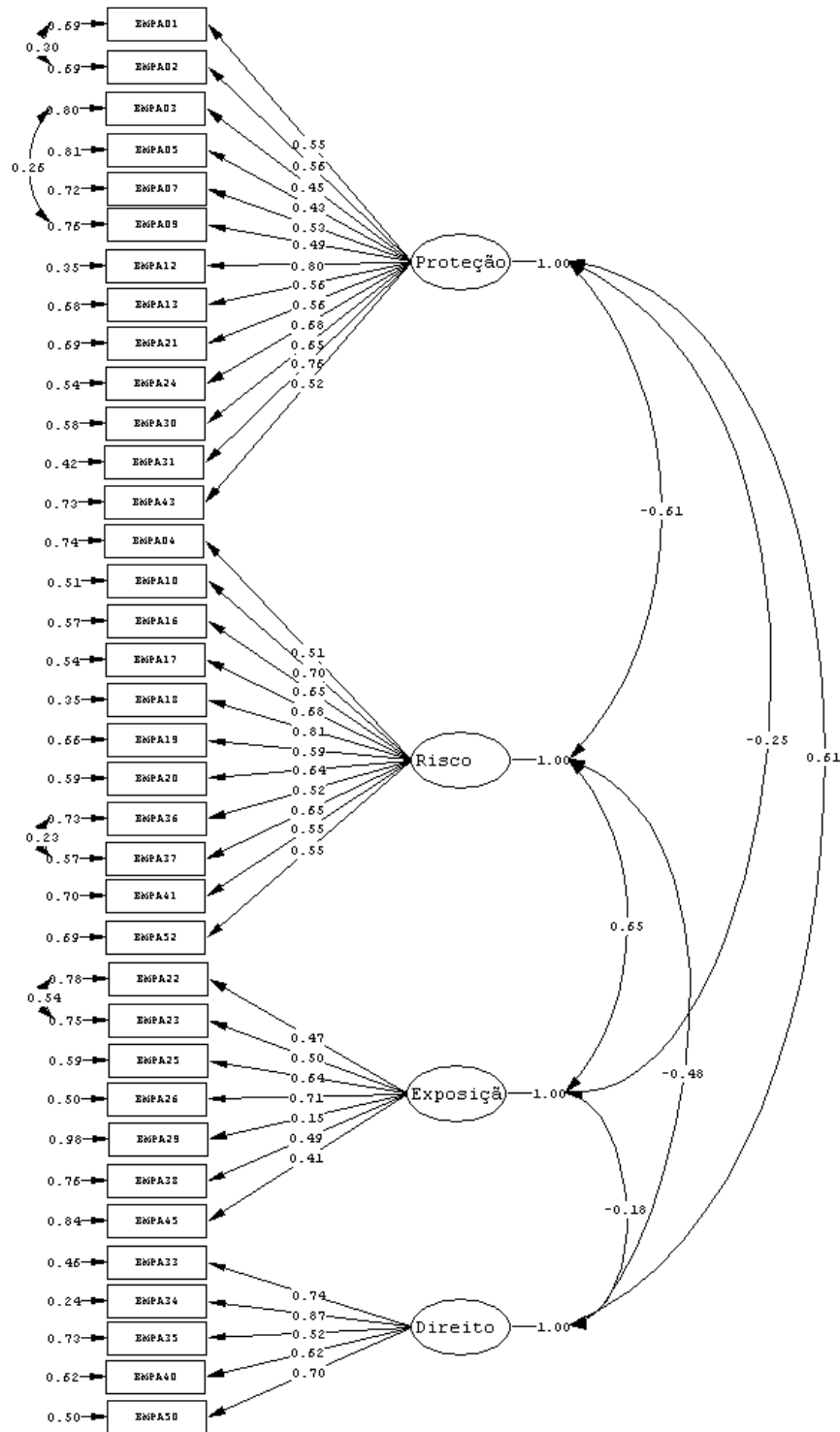
Figura 1
Gráfico de Sedimentação da Análise Final da Escala Motivacional para Porte de Arma (EMPA)

3.2.3.2 Análise Fatorial Confirmatória da EMPA

Após a realização das análises fatoriais exploratórias da EMPA, realizaram-se Análises Fatoriais Confirmatórias (AFC) seguindo o modelo encontrado na Tabela 01. A elaboração do modelo contou com quatro variáveis latentes que representaram os fatores “Arma como Risco”, “Proteção”, “Direito” e “Exposição”. Cada variável latente foi relacionada aos respectivos itens, que entraram no modelo como variáveis observadas. Deste modo, o fator “Risco” contou com 11 itens, a “Proteção” com 13 itens, “Direito” com cinco e “Exposição” com sete itens. Foram permitidas correlações entre as variáveis latentes.

Após a primeira análise, os resultados iniciais da AFC sugeriram o acréscimo de correlações entre os erros de alguns itens da EMPA para uma melhora dos índices de adequação do modelo. A cada acréscimo de correlação entre os erros, era calculado um novo modelo. O resultado final está descrito na Figura 03. Todas as relações entre variáveis foram significativas. A variável latente “Proteção” correlacionou-se positivamente e

significativamente com “Direito” ($r=0,61$) e negativamente com “Risco” ($r=-0,61$) e “Exposição” ($r=-0,25$). Por sua vez, “Risco” apresentou correlação positiva e significativa com “Exposição” ($r=0,65$) e negativa com “Direito” ($r=-0,48$). Finalmente, “Exposição” correlacionou-se negativamente com “Direito” ($r=-0,18$). Quanto aos indicadores de adequação do modelo, foi encontrada uma razão X^2/gl (2168,90/584) igual a 3,71. Os índices *Goodness-of-Fit Index* (GFI) e o *Adjusted Goodness-of-Fit Index* (AGFI) foram, respectivamente, de 0,82 e 0,79, enquanto que o *Comparative Fit Index* (CFI) foi de 0,94. Finalmente, o *Root Mean Square Error Approximation* (RMSEA) apresentou escore de 0,07.



Chi-Square=2168.90, df=584, P-value=0.00000, RMSEA=0.070

Figura 3
Modelo da Análise Fatorial Confirmatória da Escala Motivacional para o Porte de Arma (EMPA)

3.2.3.3 Análises Comparativas da EMPA

Após a definição sobre a estrutura fatorial da EMPA, procedeu-se à soma dos itens pertencentes a cada fator conforme descrito na Tabela 1. Os escores dos fatores “Proteção”, “Risco”, “Direito” e “Exposição” foram analisados segundo os dados obtidos no questionário sociodemográfico.

As análises do escores da EMPA com relação ao sexo do participante foram realizadas por meio do *Teste t de Student* para amostras independentes. Na Tabela 02 (reproduzidas novamente abaixo) estão descritas as médias e desvio-padrão dos fatores da EMPA divididos pelo sexo do participante.

Tabela 2
Média e Desvio Padrão dos Fatores da EMPA divididos pelo Sexo do Participante no Grupo Civil

Fatores (EMPA)	Sexo		t / Sig.
	Masculino (n=140)	Feminino (n=276)	
Proteção	30,85 (10,76)	25,25 (8,47)	6,84***
Risco	34,48 (10,83)	39,75 (9,65)	5,33***
Direito	18,02 (5,43)	15,06 (6,28)	5,32***
Exposição	18,00 (6,38)	18,28 (5,45)	0,69 ns

Nota: *p<0,05, **p<0,01, ***p<0,001, ns: não significativo

Como pode ser observado na Tabela 2, houve três diferenças significativas nas comparações dos fatores da EMPA entre os grupos masculino e feminino. Os participantes masculinos pontuaram mais nos fatores “Proteção” e “Direito”, enquanto que a mulheres tiveram escores significativamente mais altos no fator “Risco”. A comparação entre os fatores e os grupos civil e militar está descrito na Tabela 3 e foi realizado somente para o grupo de homens, tendo em vista o baixo número de mulheres militares na amostra.

Tabela 3
Média e Desvio Padrão dos Fatores da EMPA da amostra Masculina divididos pelos Grupos Civil e Militar

Fatores (EMPA)	Grupo		t / Sig.
	Civil (n=140)	Militar (n=101)	
Proteção	27,14 (9,66)	30,42 (9,91)	3,02***
Risco	38,01 (10,34)	36,08 (10,67)	1,63***
Direito	16,04 (6,16)	17,38 (5,86)	2,06***
Exposição	18,46 (5,77)	17,12 (5,68)	2,13***

Nota: * $p < 0,05$, ** $p < 0,01$, *** $p < 0,001$, ns: não significativo

Todos os fatores da EMPA foram significativos nas comparações entre os grupos de homens civis e militares (vide Tabela 3). O grupo de civis apresentou escores significativamente maiores nos fatores “Risco” e “Exposição”, enquanto que os militares apresentaram escores mais altos nos fatores “Proteção” e “Direito”.

Para investigar a relação entre a idade do participante e a pontuação nos escores da EMPA, foram realizados cálculos de Correlação de Pearson separadamente para os grupos masculino e feminino. Os resultados para o grupo masculino mostraram que existe uma correlação significativa positiva entre idade e o Fator Proteção ($r=0,19$; $p < 0,01$). Já para o grupo feminino existe correlação significativa positiva entre idade e os fatores Direito ($r=0,15$; $p < 0,01$) e Proteção ($r=0,13$; $p < 0,01$) e correlação significativa negativa com o fator Risco ($r=-0,11$; $p < 0,05$).

Para investigar a relação entre a escolaridade do participante e a pontuação nos escores da EMPA, também foram realizados cálculos de Correlação de Pearson separadamente para os grupos masculino e feminino. Os resultados para o grupo masculino demonstraram que existe uma correlação significativa negativa entre escolaridade e o fator Arma como Risco ($r=-0,18$; $p < 0,01$). Não foi encontrada relação significativa para o grupo feminino.

A seguir são analisados os dados com relação à opção “a favor” ou “contra” o porte de arma. Os resultados estão descritos na Tabela 4 e foram realizados separadamente para os grupos de civis e militares.

Tabela 4

Média e Desvio Padrão dos Fatores da EMPA divididos pelos Grupos a Favor e Contra o Porte de Arma para o Grupo Civil

Fatores (EMPA)	Posição		t/ Sig.
	A Favor (n=206)	Contra (n=207)	
Proteção	32,36 (9,63)	21,87 (6,30)	12,96***
Risco	32,60 (9,48)	43,37 (8,19)	12,28***
Direito	19,56 (4,31)	12,53 (5,73)	14,08***
Exposição	17,22 (5,84)	19,65 (5,48)	4,35***

Nota: * $p < 0,05$, ** $p < 0,01$, *** $p < 0,001$, ns: não significativo

De acordo com a Tabela 4, os grupos a favor e contra o porte de arma para o grupo civil apresentam diferenças significativas em todos os fatores da EMPA. O grupo a favor apresentou maiores escores no fator “Proteção” e “Direito”, enquanto que o grupo contra teve escores significativamente mais altos no fator “Risco” e “Exposição”.

As análises para o grupo de militares do sexo masculino mostrou que os participantes a favor do porte de arma obtiveram escores superiores nos fatores “Proteção” ($t=5,59$, $p < 0,001$) e “Direito” ($t=4,03$, $p < 0,001$) e inferiores no “Risco” ($t=4,82$, $p < 0,001$). Não houve diferença para o fator “Exposição” ($t=0,91$, ns).

Análises dos fatores da EMPA com relação a ter ou não o porte de arma foram realizadas como *Teste t de Student* para amostras independentes. Os resultados estão descritos na Tabela 9.

Tabela 9

Média e Desvio Padrão dos Fatores da EMPA divididos pelos Grupos Possui/Não Possui Arma

Fatores (EMPA)	Posse		T / Sig.
	Sim	Não	
Proteção	33,38 (9,66)	25,57 (8,88)	8,70***
Risco	32,53 (10,76)	39,70 (9,82)	7,16***
Direito	18,50 (5,43)	15,45 (6,19)	5,70***
Exposição	16,95 (5,55)	18,62 (5,83)	3,12***

Nota: * $p < 0,05$, ** $p < 0,01$, *** $p < 0,001$, ns: não significativo

Todos os fatores da EMPA apresentaram diferenças significativas entre os grupos de participantes que possuíam e não possuíam arma (vide Tabela 9). O grupo que possui arma de

fogo apresentou maiores escores no fator “Proteção” e “Direito”. Já o grupo que não possui arma, apresentou escores significativamente mais altos nos fatores “Risco” e “Exposição”.

Na Tabela 10 são analisados os grupos que tiveram algum contato e que não tiveram contato com arma de fogo. Os resultados estão descritos na Tabela 10.

Tabela 10

Média e Desvio Padrão dos Fatores da EMPA divididos pelos Grupos Contato/Sem Contato com Arma

Fatores (EMPA)	Contato		t/ Sig.
	Sim	Não	
Proteção	29,80 (10,10)	24,06 (7,86)	7,25***
Risco	35,85 (10,81)	41,01 (9,31)	5,80***
Direito	17,49 (5,83)	14,15 (6,11)	6,20***
Exposição	17,85 (5,93)	18,70 (5,53)	1,65***

Nota: *p<0,05, **p<0,01, ***p<0,001, ns: não significativo

De acordo com a Tabela 10, houve diferenças significativas nas comparações dos fatores EMPA entre os grupos de participantes que já tiveram contato com arma de fogo e que não tiveram. O grupo que teve contato com arma de fogo apresentou maiores escores no fator “Proteção” e “Direito”, enquanto que o grupo que não teve contato apresentou escore significativamente mais alto nos fatores “Risco” e “Exposição”.

A seguir são apresentados os resultados comparativos entre os grupos que possuem e não possuem arma de fogo na família. Os resultados estão descritos na Tabela 11.

Tabela 11

Média e Desvio Padrão dos Fatores da EMPA divididos pelos Grupos Possui Arma na Família/Não possui Arma na Família

Fatores (EMPA)	Família		t/ Sig.
	Sim	Não	
Proteção	29,12 (10,12)	25,93 (8,91)	3,84***

Fatores (EMPA)	Família		t/ Sig.
	Sim	Não	
Risco	36,11 (10,74)	39,92 (9,96)	4,21***
Direito	17,44 (6,02)	14,71 (5,94)	5,24***
Exposição	17,83 (5,90)	18,60 (5,62)	1,55***

Nota: *p<0,05, **p<0,01, ***p<0,001, ns: não significativo

Conforme a Tabela 11, o grupo que possui arma na família apresenta maiores escores nos fatores “Proteção” e “Direito”. Por outro lado, o grupo que não possui arma na família apresenta escores significativamente mais altos nos fatores “Risco” e “Exposição”.

As análises a seguir são relativas às comparações da EMPA entre os participantes que consideram o seu bairro violento com os que não consideram. Os resultados estão descritos na Tabela 12.

Tabela 12

Média e Desvio Padrão dos Fatores da EMPA divididos pelos Grupos que Considera seu Bairro Violento/Não Considera seu Bairro Violento

Fatores (EMPA)	Bairro Violento		t / Sig.
	Sim	Não	
Proteção	27,42 (9,71)	27,92 (9,81)	0,46 ns
Risco	40,45 (9,78)	36,95 (10,68)	3,25***
Direito	15,37 (6,37)	16,55 (6,07)	1,72***
Exposição	19,15 (5,75)	17,91 (5,80)	1,98***

Nota: *p<0,05, **p<0,01, ***p<0,001, ns: não significativo

De acordo com a Tabela 12, houve três diferenças significativas nas comparações dos fatores EMPA entre os grupos que considera e o que não considera seu Bairro Violento. O fator “Proteção” não foi significativo. O grupo que considera seu Bairro Violento pontuou mais alto nos fatores “Risco” e “Exposição”, enquanto que o grupo que não o considera teve escores mais altos no fator “Direito”.

3.2.4 Discussão do Estudo II

O Estudo II teve como objetivos investigar algumas propriedades de validade fatorial e fidedignidade da versão empírica da Escala Motivacional para Porte de Arma (EMPA) e comparar os escores obtidos com alguns dados sociodemográficos do participante. Os dados do estudo foram analisados à luz da estatística descritiva (média desvio padrão, variância) e inferenciais. A análise fatorial, que permite a criação de um conjunto menor de variáveis (Reis, 1997; Pasquali, 2005) mostrou-se uma ferramenta valiosa que conduziu à identificação dos fatores, fazendo-se uso da rotação do tipo Varimax. Este método é um dos mais utilizados na literatura por fornecer resultados mais claros e compreensíveis, além de maximizar a variância dos elementos do padrão em um fator (Nunnly & Bernstein, 1995).

Os primeiros resultados obtidos pela análise fatorial (vide Tabela 07) revelaram uma estrutura com 13 fatores, segundo o método de Kaiser e outra com cinco, de acordo com o Gráfico de Sedimentação (vide Figura 02). Essa disparidade reforça a crítica de alguns autores (Reise, Waller, & Comrey, 2000; Zwick & Velicer, 1986), ao mencionar a tendência do método de Kaiser por superestimar ou subestimar o número de fatores. Por outro lado, o modelo de cinco fatores indicou uma solução pouco viável teoricamente, já que o quinto fator era uma miscelânea de itens, ou seja, um conjunto de itens de difícil definição. Diante da difícil compreensão teórica do modelo com cinco fatores, mostrou-se necessário desconsiderar tal estratégia de análise e calcular uma nova seguindo o número de fatores teóricos desenvolvidos no Estudo I.

O modelo inicial com quatro fatores (vide Tabela 8) apresentou boa adequação teórica com os dados analisados. A EMPA foi elaborada com 51, sendo que quatro (itens 6, 27, 32 e 46) não alcançaram a carga fatorial igual ou superior a 0,30 e, por isso, não contribuíram efetivamente para nenhum dos fatores. Apesar de alguns índices da análise fatorial exploratória com quatro fatores mostrarem-se satisfatórios, a EMPA ainda apresentava alguns problemas como a baixa comunalidade e carga fatorial de alguns itens e o baixo índice de consistência interna do fator “Exposição” ($\text{Alpha} = 0,40$). Tendo em vista esta situação, optou-se por manter a solução exploratória com quatro fatores e realizar novas análises fatoriais, retirando-se itens que não possuíam carga fatorial nem comunalidade maior ou igual a 0,30 até chegar à versão final com 36 itens da Escala Motivacional Para Porte de Arma (EMPA).

Após algumas análises com sucessivas retiradas de itens, chegou-se a uma solução fatorial de quatro fatores satisfatória, na qual todos os itens contribuíam com cargas superiores a 0,30 tinham comunalidade maior do que 0,30 e os fatores com consistência interna adequada. A solução final apresentou bons índices de adequação do modelo aos dados e os quatro fatores encontrados correspondiam praticamente ao modelo teórico hipotetizado no Estudo I. O modelo final explicou 48,08% da variância e apresentou alphas satisfatórios para todas as escalas (vide Tabela 1). O gráfico de sedimentação obtido na última análise sugeriu um modelo com quatro fatores, diferentemente das análises fatoriais iniciais, mas semelhante com o modelo teórico do Estudo I (vide Figura 1). Após a análise da versão final da EMPA, percebeu-se que os itens que compunham a dimensão “Tradição” do fator original “Direito/Tradição” (vide Estudo I) desapareceu, permanecendo o nome final do fator na EMPA de “Direito”. O motivo para o desaparecimento desta dimensão pode estar relacionada a questões geográficas, pois os grupos focais foram realizados na região central do Estado.

A população desta região na sua maioria é proveniente de cidades do interior, inclusive da região de fronteira. Nestas regiões, o porte de arma é uma característica marcante, que sofre influência por gerações. Acredita-se que o uso da arma de fogo pelo homem da fronteira, está intimamente ligado com a cultura e desta forma, com os costumes cultuados pelo povo gaúcho. Sabe-se que há muito tempo, é atribuído ao gaúcho da fronteira, após anos de batalhas e lutas sangrentas, a guarda e proteção dos limítrofes territoriais. A arma de fogo, assim como, a faca, fazia até pouco tempo parte da indumentária gaúcha que aos poucos foi sendo menos utilizada em face da legislação em vigor. O homem da fronteira traz consigo a índole de proteger sua família, seu rancho, suas terras, e seu Estado, e, por conseguinte, seu País. Acredita-se ainda, que pela localização geográfica e o histórico de lutas armadas, faz com que haja por parte do homem da fronteira uma estreita relação com a arma de fogo imbatível nos combates. Corroborando com tudo isso, tem-se o legado deixado pela guerra dos farrapos, ou seja, o título a nossa Polícia Militar de Brigada Militar, que outrora fez vezes de exército republicano, sendo a única instituição policial militar brasileira com tal designação. Constatando-se assim que arma para o gaúcho fronteiriço é instrumento de defesa e não de ataque. Por outro lado, a coleta da EMPA foi realizada também na região metropolitana de Porto Alegre, com características culturais distintas da região central do estado (Hartman, 2002).

Os resultados da análise fatorial confirmatória apoiaram a estrutura da EMPA encontrada na análise fatorial exploratória. Todas as relações entre as variáveis latentes e observadas foram significativas, indicando que o fator contribui para a explicação da variância do item. Foram observadas também correlações entre os fatores. Quanto maior a variável a intensidade no fator “Proteção” e “Direito” menor são o “Risco” e a “Exposição”. Da mesma maneira, quanto maior a variável “Risco” e “Exposição”, menor o “Direito”.

Após a definição sobre a estrutura fatorial da EMPA os escores dos fatores Proteção, Risco, Direito e Exposição foram analisados, segundo os dados obtidos no questionário sociodemográfico relativo ao sexo, idade, escolaridade e experiências passadas com relação às armas de fogo. As análises comparativas dos escores da escala com relação ao sexo do participante mostraram três diferenças significativas nas comparações dos fatores da EMPA, sendo que o fator “Exposição” não foi significativo.

Os participantes masculinos apresentaram atitudes mais favoráveis às armas, pontuaram mais nos fatores “Proteção” e “Direito” e menos nos “Risco” e “Exposição,” quando comparados às mulheres. Estes resultados são semelhantes aos descritos por Branscombe, Weir e Crosby (1990), que encontraram na população masculina a percepção da

arma como proteção e direito e menor como promotora para o crime. Szwarcwald e Castilho (1998), ao analisarem a violência no Brasil, afirmam que o risco e a vulnerabilidade dos homens são maiores e Souza (2005) enfatiza que o gênero masculino ainda é fortemente configurado por práticas machistas e de risco e que essas práticas são as mesmas que constituem os homens como maiores vítimas da violência. Os altos índices nos fatores favoráveis ao porte de arma de fogo parecem confirmar o estereótipo de que a arma para os homens funcionaria mais como um instrumento de defesa.

A comparação entre homens civis e militares na EMPA mostrou que o grupo de civis apresentou maiores escores nos fatores “Arma como Risco” e “Exposição”, enquanto que os militares apresentaram escores mais altos nos fatores “Proteção” e “Direito”. Talvez esses dados venham reforçar a hipótese de que civis percebam mais desvantagens em portar uma arma. Enquanto militares por terem familiaridade com o recurso a percha mais como defesa, além de um direito do cidadão.

Na investigação da relação entre a idade do participante e a pontuação nos escores da EMPA, foram realizados cálculos de Correlação de Pearson separadamente para os grupos masculino e feminino. Os resultados para o grupo masculino mostraram que existe uma correlação significativa positiva entre idade e o fator “Proteção” ($r=0,19$). Enquanto, para o grupo feminino existe correlação significativa positiva entre idade e os fatores Direito ($r=0,15$) e Proteção ($r=0,13$) e correlação significativa negativa com o fator Risco ($r=-0,11$). No entanto, todas as correlações foram baixas.

A investigação da relação entre a escolaridade do participante e a pontuação nos escores da escala foi realizada por meio de cálculos de Correlação de Pearson separadamente para os grupos masculino e feminino. Os resultados para o grupo masculino demonstraram que existe uma correlação baixa significativa negativa entre escolaridade e o fator Arma como Risco ($r=-0,18$; $p<0,01$). Isso significa que quanto maior o nível de instrução desses homens menor a percepção deles da arma como risco. Dado este semelhante foi obtido por Kahn (2002) em seu estudo realizado em São Paulo, onde constatou que a existência de armas nas residências era proporcionalmente maior quando os moradores eram mais ricos e escolarizados e afirmavam tê-las por proteção ou prevenção contra o crime, ao contrário dos usuários de armas ilegais. Já o grupo feminino não apresentou correlação significativa entre escolaridade e os fatores da EMPA.

As análises em relação aos grupos a favor e contra o porte de arma foram agrupadas para os grupos masculinos e femininos e mostraram diferenças significativas. O grupo a favor apresentou maiores escores no fator Proteção e Direito, enquanto que o grupo contra teve

escores significativamente mais altos nos fatores Risco e Exposição. Os participantes que se revelaram a favor o porte de arma percebem a arma como segurança e direito do cidadão. Esses dados reforçam o estudo de Szwarcwald e Castilho (1998) quando levantou o crescente índice de porte de armas por parte da população civil como forma de se garantir contra o sentimento de insegurança diante dos crescentes índices de criminalidade.

Os resultados comparativos da EMPA entre grupos com e sem porte de arma indicaram que o grupo que possui arma de fogo apresentou maiores escores no fator “Proteção” e “Direito”, que descrevem motivações favoráveis ao porte de arma. Essa análise revela que os participantes com arma de fogo a percebem como segurança e acreditam ser o porte um direito do cidadão. Já o grupo que não possui arma, apresentou escores significativamente mais altos nos fatores “Risco” e “Exposição”, indicando capacidade da EMPA em discriminar grupos.

Os resultados obtidos pela EMPA, de modo geral, discriminam os grupos que tiveram possuem arma ou têm arma na família. Nestes casos, os participantes possuem escores altos em “Proteção” e “Direito”. Da mesma forma, os participantes sem o porte de arma e sem arma na família possuem menos motivação para ter o porte, com escores altos em “Risco” e “Exposição”.

O desenvolvimento da EMPA procurou seguir as etapas descritas por Pasquali (1998). Houve uma preocupação teórica em pensar o modelo que norteasse a confecção dos itens da escala. Além disso, os itens foram analisados com relação aos seus aspectos de linguagem, clareza e pertinência teórica. Finalmente, foram coletados os dados e realizados os testes estatísticos que confirmaram o modelo teórico. Neste sentido, buscou-se investigar diferentes aspectos da validade da EMPA (AERA, APA, & NCME, 1999).

SEÇÃO IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo foi desenvolvido com o objetivo de construir um instrumento capaz de investigar as atitudes motivacionais para o porte de arma de fogo, tendo como base as escalas americanas, levantadas na literatura “*Scale of Atitudes Toward Guns – ATGS*” (Branscombe, Weir, & Crosby, 1991) e “*Measure of Youth Attitudes Toward Guns and Violence – AGVQ*” (Shapiro, Dorman, Burkey, & Welker, 1997) e dois grupos focais, constituídos por civis e militares. A articulação entre as escalas americanas e os grupos focais brasileiros deu origem a Escala Motivacional para o Porte de Arma (EMPA) composta por quatro fatores “Arma como Proteção”, “Arma como Risco”, “Direito” e “Exposição”. Para tanto foram investigados, nesta pesquisa, aspectos de validade fatorial e fidedignidade da versão empírica do instrumento. Além de comparar os escores obtidos nos construtos avaliados pela escala com alguns dados sociodemográficos dos participantes.

Além disso, a pesquisa também gerou informações sobre os construtos avaliados e por isto, poderá auxiliar nas avaliações na área da segurança. Por fim, é importante salientar alguns limites do presente estudo. O primeiro deles é o reduzido número de mulheres militares da amostra, que dificulta a detecção de diferenças estatisticamente significativas nas análises. A segunda limitação diz respeito à ausência de uma amostra de pessoas com altos níveis de agressividade, como o caso de presidiários ou condutas delitivas. A terceira limitação diz respeito à amostra investigada no estudo, já que não abrange outras regiões do Brasil. Enquanto, a quarta limitação refere-se à análise de validade convergente, onde fosse possível comparar os resultados da EMPA com outros construtos, como por exemplo, traços de personalidade.

Os resultados deste estudo servirão para identificar uma variedade de motivações que podem estar associadas às armas, tornando uma medida dessas potenciais atitudes, relevante para a produção científica. Esse instrumento poderá ser utilizado em avaliações individuais e coletivas, orientando o psicólogo na identificação das motivações daqueles que desejam adquirir ou portar uma arma de fogo, influenciando o processo diagnóstico. Poderá auxiliar órgãos como a Polícia Federal e as Forças Armadas na expedição de documentos técnicos que venham indicar ou contra-indicar candidatos ao porte de arma. Possibilitará um maior controle por parte de especialistas que atuam em avaliações psicológicas pertinentes a segurança pública e privada no país.

Do mesmo modo, este estudo não esgota a produção de futuros estudos com essa temática. Espera-se que os resultados dessa investigação contribuam para um alerta sobre a

ausência de estudos referentes ao porte de arma. São sugestões de pesquisas futuras as que enfoquem instrumentos de avaliação para o porte de arma, contribuições de testes já existentes no país e construção de um perfil para o candidato ao porte de arma.

Referências

- American Educational Research Association, American Psychology Association, & National Council on Measurement in Education (1999). *Standards for educational and psychological testing*. New York: American Educational Research Association.
- Alchieri, J. C., Noronha, A. P., & Primi, R. (2003). *Guia de referência: Testes psicológicos comercializados no Brasil*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Amaral, V. L. A. R., & Mantovani, M. (1996). Violência e suas implicações: Análise de conseqüências de ferimentos com arma de fogo e arma branca. *Estudos de Psicologia*, 13, 37-46.
- Anastasi, A., & Urbina, S. (2000). *Testagem psicológica* (M.A.V. Veronese, Trad.). Porto Alegre: Artmed.
- Azrael, D., & Hemenway, D. (2000). "In the safety of your own home": Results from a national survey on gun use at home. *Social Science & Medicine*, 50, 285-291.
- Baker, L.A., Bezdjian, S., & Raine, A. (2006). Behavioral genetics: The science of antisocial behavior. *Law Contemp Probl.*, 69, 7-46.
- Barata, R. B.; Ribeiro, M. C. S. A., & Moraes, J. C. (1999). Tendência temporal da mortalidade por homicídios na cidade de São Paulo, Brasil, 1979-1994. *Cad. Saúde Pública*, 15, 711-718.
- Bardin, L. (2002). *Análise de conteúdo* (Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro). Lisboa: Edições 70.
- Barros, P. S., & Nascimento, F. B. (2006). Origem e manutenção do comportamento agressivo na infância e adolescência. *Revista Brasileira Terapia Cognitiva*, 2, 55-66.
- Blair, R. J. (2001) Neurocognitive models of aggression, the antisocial personality disorders, and psychopathy. *J Neurol Neurosurg Psychiatry*, 71, 727-31.
- Bonfim, B. C. (2009). *O destino do estatuto do desarmamento*. Acessado em 15 de fevereiro, 2009,. de <http://www.foreense.com.br/>
- Brancalhone, P. G., & Williams, L. C. A. (2003). Crianças expostas à violência conjugal: Uma revisão de área. In: M. C. Marquezine, M. A. Almeida, S. Omote e E. D. O. Tanaka (Orgs.). *O papel da família junto ao portador de necessidades especiais*. (pp. 123-130). Londrina: Eduel.
- Brascombe, N. R., Weir, J. A., & Crosby, P. (1991). A three-factor scale of attitudes toward guns. *Aggressive Behavior*, 17, 261-273.
- Brasil. *Lei Federal 10.826*, de 22 de dezembro de 2003, o Estatuto do Desarmamento.

- Brasil, *Lei Federal 9.437*, de 20 de fevereiro de 1997, o Sistema Nacional de Armas – SINARM.
- Bueno, L. (2004). *Controle de armas: Um estudo comparativo de políticas públicas entre Grã-Bretanha, EUA, Canadá, Austrália e Brasil*. São Paulo: IBCCRIM.
- Cabral, M. B., & Ramírez, E. C. (2006). Homicídios y armas de fuego en la República Dominicana. *Psicologia Científica*. Acessado em 15 de fevereiro, 2009, de <http://psicologiacientifica.com>
- Carlini-Cotrim, B., Gazal-Carvalho C., & Gouveia, N. (2000). Comportamentos de saúde entre jovens estudantes das redes públicas e privada da área metropolitana do Estado de São Paulo. *Revista de Saúde Pública*, 34, 636-645.
- Cassepp-Borges, V., Balbinotti, M. A. A., & Teodoro, M. L. M. (no prelo). Tradução e validação de conteúdo: Uma proposta para a adaptação de instrumentos. In L. Pasquali (Org.), *Instrumentação Psicológica: Fundamentos e Prática*. Porto Alegre: Artmed.
- Cloninger, C. R., Svrakic, D. M., & Przybeck, T. R. (1993). A psychological model of temperament and character. *Archives General Psychiatry*, 50, 975-990.
- Comando do Exército (2007). *Normas relativas à avaliação psicológica para autorização do porte de arma de fogo pelos militares inativos no âmbito do comando da 4ª RM/4ª DE*. Departamento Geral de Pessoal - DGP. Portaria nº 121-DGP, de 06 de junho.
- Conselho Federal de Psicologia (2000), *Resolução CFP Nº 012/2000*. Acessado em 15 de fevereiro, 2009, de <http://www.pol.org.br>.
- Conselho Federal de Psicologia (2003). *Resolução 002 de 24 de março de 2003*. Brasília, DF.
- Conselho Regional de Psicologia – São Paulo (1997). Avaliação Psicológica – Porte de arma na alça da mira. *Psi- Jornal de Psicologia*, 17, março/abril.
- Conselho Regional de Psicologia – São Paulo (2000). A proibição do porte de armas e o trabalho do Psicólogo. *Psi- Jornal de Psicologia*, 18, maio/junho.
- Conselho Regional de Psicologia – São Paulo (2007). Avaliação psicológica é obrigatória para o registro e porte de arma, conferindo aos psicólogos importantes papel no combate à violência. *Psi- Jornal de Psicologia*, 151.
- Cooke, C. A. (2004). Young people's attitudes towards guns in America, Great Britain, and Western Australia. *Aggressive Behavior*, 30, 93-104.
- Cooke, C. A., & Puddifoot, J. E. (2000). Gun culture and symbolism among U.K. and U.S. women. *Journal of Social Psychology*, 140, 423-433.
- Cunha, T. F. (2006). Facetas do fazer em avaliação psicológica. *Avaliação Psicológica*, 5, 119-121.

- Dagostin, C. (2006). *Características do processo de trabalho dos psicólogos peritos examinadores de trânsito na avaliação das condições psicológicas para dirigir*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina. Acessada em 15 de fevereiro, 2009, de <http://www.cfh.ufsc.br/ppgp>
- Del Pino, V., & Werlang, B. S. G. (2008). Flexibilidade mental na resolução de problemas em indivíduos que cumprem pena por homicídio qualificado. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 21, 142-150.
- Del-Ben, C. M. (2005). Neurobiologia do transtorno de personalidade anti-social. *Revista Psiquiatria Clínica*, 32, 26-37.
- Dilalla, J. A., & Gottesman, I. (1991). Biological and genetic contributors to violence: Widom's untold tale. *Psychological Bulletin*, 109, 125-129.
- Dreyfus, P., & Nascimento, M. S. (2006). *Posse de armas de fogo no Brasil: Mapeamento das armas e seus proprietários*. Acessado em 3 de novembro, 2007, de <http://www.vivario.org.br/.../media/possedearmas>
- DSM-IV (1995) *Critérios diagnósticos do DSM-IV: Referência rápida*. (4. ed.). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Ferreira, E. O., & Capitão, C. G. (2006). Agressividade e raiva: Perfil de presidiários. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 26, 462-477.
- Filley C. M., Price, B. H., Nell, V., Antoinette, T., & Morgan, A. S. (2001). Toward and Understanding of violence: Neuro-behavioral aspects of unwarranted physical aggression: Aspen Neurobehavioral Conference Consensus Statement. *Neuropsychiatry, Neuropsychology and Behavior Neurology*, 14, 1-14.
- França, S. L., & Yaegashi, S. F. R. (2005). A agressividade na infância: Um estudo sobre suas causas e conseqüências. *Iniciação Científica CESUMAR*, 7, 11-18.
- Fuster, J. M. (2002). Frontal lobe and cognitive development. *Journal of Neurocytology*, 31, 373-385.
- Gawryszewski, V. P., Koizumi, M. S., & Mello-Jorge, M. H. P. (2004). As causas externas no Brasil no ano 2000: Comparando a mortalidade e a morbidade. *Cad. Saúde Pública*, 20, 995-1003.
- Gil, R. (2002). *Neuropsicologia* (2. ed). São Paulo: Santos.
- Gomes, M. L. M., Falbo Neto, G. H., Viana, C. H., & Silva, M. A. (2006). Perfil clínico-epidemiológico de crianças e adolescentes do sexo feminino vítimas de violência atendidas em um serviço de apoio à mulher. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, 6, 527-534.

- Gomide, P. I. (2003). Estilos parentais e comportamento anti-social. In Z. A. P. Del Prette & A. Del Prette (Orgs.). *Habilidades sociais, desenvolvimento e aprendizagem* (pp. 21-60). Campinas: Alínea.
- Gonçalves, C. M. de S., & Gomes, M. J. M. P. (2007). Avaliação Psicológica para porte de arma em mulheres através do Z-Teste. In *Anais do III Congresso Brasileiro de Avaliação Psicológica*, São Paulo. III Congresso Brasileiro de Avaliação Psicológica.
- Hartman, I. (2002). *Aspectos da Guerra dos Farrapos*. [Edição eletrônica] Nova Hamburgo: Feevale, Novo Hamburgo. Edição Eletrônica.
- Jaffe, P. G., Wolfe, D. A., & Wilson, S. K. (1990). *Children of battered women*. Newbury Park, CA: SAGE Publications.
- Jozef, F., Silva, J. A. R., Greenhalgh, S., Leite, M. E. D., & Ferreira, V. H. (2000). Violent behavior and brain dysfunction: Study of murderers in Rio de Janeiro. *Revista Brasileira Psiquiatria*, 22, 124-129.
- Kates, D. B.; Schaffer, H. E.; Lattimer, J. K.; Murray, G. B., & Cassem, E. H. (1994). Guns and public health: Epidemic of violence or pandemic of propaganda?, *Tennessee Law Review*, 61, 513-596.
- Kellermann, A. (1996). *Understanding and preventing violence: A public health perspective*. Acessado em 15 de fevereiro, 2008, de <http://www.ncjrs.org/pdffiles/prevviol>
- Kind, L. (2004). Notas para o trabalho com a técnica de grupos focais. *Psicologia em Revista*, 10, 124-136.
- Leal, O. F. (1992). Suicídio, honra e masculinidade na cultura gaúcha. *Cadernos de Antropologia*, 2(6), 7-21.
- Leme, M. I. S. (2004). Resolução de conflitos interpessoais: Interações entre cognição e afetividade na cultura. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17, 367-380.
- León-Escribano, C. R. (2006). *Control de armas: Manual para la construcción de la paz por la sociedad civil*. Guatemala: IEPADES.
- Marin, I. K. (2006). O não violento. *Estilos da Clínica*, 11, 38-57.
- Marin-Leon, L., & Barros, M. B. A. (2003). Mortes por suicídio: Diferenças de gênero e nível socioeconômico. *Rev. Saúde Pública*, 37, 357-363.
- Martín-Barbero, J. (2001). *Dos meios às mediações: Comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- Mathias, C. W., Stanford, M. S., Marsh, D. M., Frick, P. J., Moeller, F. G., Swann, A. C., & Dougherty, D. M. (2007). Characterizing aggressive behavior with the

- impulsive/premeditated aggression scale among adolescents with conduct disorder. *Psychiatry Res*, 151, 231-242.
- Mednick, S. A, Brenannan, P., & Kandel, E. (1988). Predisposition to violence. *Aggressive Behavior*, 14, 25-33.
- Mesquita Neto, P. (2005). *Homicídios e armas de fogo no Brasil e em São Paulo*. São Paulo: Instituto São Paulo Contra a Violência.
- Neme, C. (2005). Violência e segurança: Um olhar sobre a França e o Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, 25, 123-137.
- Noronha, A. P. P., & Vendramini, C. M. M. (2003). Parâmetros psicométricos: Estudo comparativo entre testes de inteligência e de personalidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16, 177-182.
- Nunnally, J. C., & Bernsteins, I. J. (1995). *Teoria Psicométrica*. Buenos Aires: McGraw-Hill.
- Organização Mundial da Saúde (1997). *CID-10 Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde*. (10. ed. rev.). São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Palmini, A. (2004). O cérebro e a tomada de decisões. In P. Knapp (Ed.), *Teoria cognitivo-comportamental na prática psiquiátrica* (pp. 71-88). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Pasquali, L (2005). *Análise Fatorial para pesquisadores*. Brasília: LabPAM.
- Pasquali, L. (1998). Princípios da elaboração de escalas psicológicas. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 25, 206-213.
- Pasquali, L. (1999). (Org.). *Instrumentos psicológicos: manual prático de elaboração*. Brasília: LabPAM/IBAP.
- Pellini, M. C. B. M. (2000). *Avaliação psicológica para porte de arma de fogo*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Pellini, M. C. B. M. (2006). *Indicadores do método de Rorschach para avaliação da maturidade emocional para o porte de arma de fogo*. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo.
- Pellini, M. C. B. M. (2008). A avaliação psicológica no campo da segurança (pública e privada) na atualidade: perspectivas técnicas e éticas – Orientações do Conselho Regional de Psicologia. In: *V Encontro da Associação Brasileira de Rorschach e Métodos Projetivos*, Ribeirão Preto/SP, 2008.
- Peres, M. F. T., & Santos, P. C. (2005). Mortalidade por homicídios no Brasil na década de 90: O papel das armas de fogo. *Rev. Saúde Pública*, 39, 58-66.

- Peres, M. F. T. (2004). *Violência por armas de fogo no Brasil: Relatório nacional*. São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência/USP.
- Polsby, D., & Brennen, D. (1995). *Taking aim at gun control*. Acessado em 15 de fevereiro, 2009, de <http://www.heartland.org/gcps.htm>.
- Portillo, N. (1998). *Armas de fuego: Una respuesta a La inseguridad ciudadana? Su impacto y prevalência en la morbilidad del AMSS*. San Salvador: UCA.
- Reis, E. (1997). *Estatística Multivariada Aplicada*. Lisboa: Sílabo.
- Reise, S. P., Waller, N. G., & Comrey, A. L. (2000). Factor analysis and scale revision. *Psychological Assessment, 12*, 287-297.
- Resende, M. A., Rodrigues, C. T., & Silva, C. A. (2008). Avaliação da personalidade: técnicas e contextos diversos. In: *V Encontro da Associação Brasileira de Rorschach e Métodos Projetivos*, Ribeirão Preto/SP, 2008.
- Robins, L.N., Tipp, J., & Przybeck, T. (1991). Antisocial personality. In: L.N. Robins, & D.A. Reiger (Eds.), *Psychiatric disorders in America*. (pp. 258-290). New York: Free Press.
- Rodrigues, V. S., Caminha, R. M., & Horta, R. L. (2006). Déficit cognitivos em pacientes usuários de crack. *Revista Brasileira de Terapia Cognitiva, 2*, 67-72.
- Ropper, W. L. (1991). Prevention of minor young violence must begin despite risks and imperfect understanding. *Public Health Report, 106*, 229-231.
- Rosenzweig, S. (1944). An outline of frustration theory. In J. M. Hunt (Ed.), *Personality and behavior disorders, a handbook based on experimental and clinical research* (pp. 378-388). New York: The Ronald Press Company.
- Sá, S. D., & Werlang, B. S. G. (2007). Homicídio seguido de suicídio na cidade de Porto Alegre. *Estudos em Psicologia, 24*, 181-189.
- Sacramento, L. T., & Rezende, M. M. (2006). Violências: Lembrando alguns conceitos. *Aletheia, 24*, 95-104.
- Sampson, R., & Laub, J. (1994). Urban poverty and the family context of delinquency: A new look at structure and process in a classic study. *Child-Development, 65*, 523-540.
- Shapiro, J. P., Dormen, R. L., & Welker, C. J. (1997). Development and factor analysis of a measure of youth attitudes toward guns and violence. *Journal of clinical Child Psychology, 26*, 311-320.
- Shapiro, J. P., Dormen, R. L., Welker, C. J., & Clough, J. B. (1998). Youth attitudes toward guns and violence: Relations with sex, age, ethnic group, and firearm exposure. *Journal of clinical Child Psychology, 27*, 98-108.

- Silva, G. A. N., Duarte, A. L., & Mariuza, C. A. (1998). Arma de fogo como instrumento de trabalho do policial civil: Significado e motivação para seu uso. *Alethéia*, 7, 107-113.
- Siminovich, M. (2008). Avaliação Psicológica na área de segurança pública e privada. In: *V Encontro da Associação Brasileira de Rorschach e Métodos Projetivos*, Ribeirão Preto/SP.
- Souza, E. R. (1994). Homicídios no Brasil: O grande vilão da saúde pública na década de 80. *Cad. Saúde Pública*, 10 (Supl. 1), 45-60.
- Souza, E. R. (2005). Masculinidade e violência no Brasil: Contribuições para a reflexão no campo da saúde. *Ciência Saúde Coletiva*, 10, 59-70.
- Steinberg, L. (1999). *Adolescence*. Boston: McGraw-Hill.
- Stiffman, A. R., Earls, F., Dore, P., Cunningham, R., & Farber, S. (1996). Adolescent violence. In R. Di Clemente, W. Hanson, & L. Ponton (Orgs.), *Handbook of adolescent health risk behavior* (pp. 132-144). New York: Plenum.
- Szwarcwald, C. L., & Castilho, E. A. (1998). Mortalidade por armas de fogo no Estado do Rio de Janeiro, Brasil: Uma análise espacial. *Revista Panamericana de Salud Pública/Pan American Journal of Public Health*, 4, 161-170.
- Thielen, I. P., Grassi, M. V. F. C., Soares, D. P., Picchioni, D., Hartmann, R. C., Mazuroski Júnior, A., Baladón, C. M. (2007). Percepção de risco e velocidade: a lei e os motoristas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 27, 730-745.
- Tyrer, P., & Simonsen, E. (2003). Personality disorder in psychiatric practice. *World Psychiatry*, 2, 41-44.
- Vagostello, L., & Nascimento, R. S.G. F. (2002). Rorschach e porte de armas de fogo: Uma revisão segundo o Sistema Compreensivo do estudo de Pellini. In *I Congresso Brasileiro de Psicologia*.
- Vagostello, L., Silva, F. F., & Nascimento, R. S. G. F. (2004). Considerações preliminares sobre a avaliação psicológica em situações de porte de arma de fogo. In: C. E. Vaz, & Graeff, R. L. (Orgs). *Congresso Nacional de Rorschach e Métodos Projetivos: Vol. 3. Técnicas projetivas: Produtividade em pesquisa* (pp. 471-474). Porto Alegre: Supernova.
- Vasconcelos, S. J. L., Picon, P., & Gauer, G. J. C. (2006). A modelagem dos comportamentos agressivos e as ciências cognitivas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 22, 163-168.
- Wechsler, S. M. & Guzzo, R. S. L. (1999). *Avaliação psicológica: Perspectiva internacional*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

- Wintemute, G. (1998). *Predicting criminal behavior among authorized purchasers of handguns*. Acessado em 15 de fevereiro, 2009, de <http://www.ncjrs.org/pdffiles/fs000198.pdf>
- Zhang, J., Fraser, S., Lindsay, J., Clarke, K., & Mao, Y. (2000). Padrões etários de fatores relacionados a acidentes de trânsito fatais: Enfoque sobre motoristas jovens e idosos. *Revista ABRAMET*, 35, 42-47.
- Zwick, W. R., & Velicer, W. F. (1986). Comparison of five rules for determining the number of components to retain. *Psychological Bulletin*, 99, 432-442.

Anexo A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Prezado participante,

Com o intuito de desenvolver um instrumento capaz de investigar as atitudes motivacionais de jovens adultos com relação às armas de fogo, estamos realizando uma pesquisa coordenada pela mestrandia Cristiana Rezende Gonçalves Caneda, do Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), sob orientação do professor Maycoln Teodoro. Para isto, estamos pedindo a sua colaboração no estudo “Escala Motivacional de Atitudes para Porte de Arma”.

Para participar desta pesquisa, você precisará responder um questionário individualmente. Para colaborar com nosso estudo você precisa preencher duas vias do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido descrito abaixo, sendo uma cópia sua e a outra pertencente ao responsável pela pesquisa. Gostaríamos de salientar que a sua participação é voluntária e que você poderá se retirar da pesquisa a qualquer momento. Na divulgação dos resultados da pesquisa, será mantida em sigilo a sua identidade. Finalizando, gostaríamos de salientar que, por questões de privacidade, não serão fornecidas devoluções individuais a respeito dos questionários preenchidos. Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos através do telefone 55-8419-1976 (tratar com Cristiana R. G. Caneda) ou 51- 9342-7797 (tratar com Prof. Maycoln Teodoro).

Desde já, agradecemos a sua colaboração,

Cristiana Rezende Gonçalves Caneda

Prof. Maycoln L. M. Teodoro

Eu _____ declaro que fui informado(a) dos objetivos e finalidades do estudo “Escala Motivacional de Atitudes para Porte de Armas”.

_____, ____ de _____ de 2008.

Assinatura

Anexo B - Questionário Sociodemográfico

DATA: / / 2008.

Nome:

Idade: D/N: / / Sexo: () M () F

Cidade que reside: Tempo que reside na cidade:

Naturalidade:

Grupo étnico:

() branco () negro () índio () mestiço () amarelo () outro

Estado civil:

() Solteiro () Casado () Viúvo () Separado

Escolaridade:

() Ensino Fundamental () Ensino Fundamental Incompleto

() Ensino Médio () Ensino Médio Incompleto

() Graduação () Graduação Incompleta () Pós-Graduação

Profissão:

Renda: () sim () não Valor:

Telefone:

Tem alguma doença? () Sim () Não

Qual:

Encontra-se em tratamento devido a algum quadro de doença? () Sim () Não

Qual:

Usa medicação: () Sim () Não

Qual:

Já teve contato com alguma arma de fogo? () Sim () Não

Já utilizou alguma arma de fogo? () Sim () Não

Já sofreu alguma ameaça com arma de fogo? () Sim () Não

Descreva situações de contato com arma de fogo:

.....

.....

.....

.....

.....

Anexo C - Escala de Atitudes com Relação ao Porte de Arma de Fogo

Sexo: ___ Masculino ___ Feminino

Idade: _____

Escolaridade: _____

Data: ___/___/___

Antes de responder à escala, responda, por favor, às seguintes perguntas:

Quanto ao porte de arma de fogo, você é: () contra () a favor

Possui arma de fogo em casa? () não () sim

Já teve contato com alguma arma de fogo? () não () sim

Alguém de sua família possui arma de fogo? () não () sim

Você considera o seu bairro violento? () não () sim

Leia atentamente cada uma das sentenças e marque o quanto você concorda ou não sobre as opiniões, sentimentos e atitudes em relação às armas de fogo. Para isso, escolha uma resposta de 1 a 5 para cada afirmação, tomando como base a escala apresentada a seguir. Coloque um “X” no número correspondente à sua escolha.

Veja o exemplo:

	Nunca/ Não concordo	Às vezes	Mais ou menos	Freqüen- temente	Sempre/ Concordo totalmente
É fácil tomar decisões.	1	2	3	X	5

Neste exemplo, a pessoa escolheu a opção “Freqüentemente” (número 4) porque acredita que, de maneira freqüente, tem facilidade para tomar decisões em sua vida.

Lembre-se de que **não existem repostas certas ou erradas**, nem limite de tempo para responder à escala. Responda de acordo com o que você pensa na maior parte do tempo.

Responda, por favor, a todas as afirmações!

	Nunca/ Não concordo	Às vezes	Mais ou menos	Freqüen- temente	Sempre/ Concordo totalmente
1. A arma de fogo é a mais eficiente forma de um cidadão se defender.	1	2	3	4	5
2. A arma de fogo é a melhor forma de um cidadão se defender de um assaltante.	1	2	3	4	5
3. A arma é um recurso para combater a violência.	1	2	3	4	5
4. A disponibilidade de armas facilita o número de homicídios.	1	2	3	4	5
5. A localidade onde moro exige que eu tenha uma arma.	1	2	3	4	5
6. A pessoa que efetivamente necessita adquirir arma de fogo precisa cumprir os quesitos legais.	1	2	3	4	5
7. A posse de uma arma faz com que seu proprietário se sinta mais seguro.	1	2	3	4	5
8. Ao adquirir uma arma, esta deverá ser precisa, poderosa e com boa pegada.	1	2	3	4	5
9. Arma de fogo previne a violência.	1	2	3	4	5
10. Arma de fogo significa maior risco à vida.	1	2	3	4	5
11. Arma em casa pode facilitar os assaltos ou roubos.	1	2	3	4	5
12. Arma em casa significa mais segurança para mim e minha família.	1	2	3	4	5
13. Arma impõe respeito.	1	2	3	4	5
14. Armado, é inevitável não se deixar levar pela emoção.	1	2	3	4	5
15. Armar-se é um direito do cidadão brasileiro tão importante quanto a liberdade de expressão e de religião.	1	2	3	4	5
16. Armas causam morte.	1	2	3	4	5
17. Armas de fogo deveriam ser utilizadas somente no exercício da profissão.	1	2	3	4	5
18. Armas estimulam o crime.	1	2	3	4	5
19. Armas legais podem ser roubadas e cair nas mãos do crime organizado.	1	2	3	4	5
20. Armas servem para agredir e não para defesa.	1	2	3	4	5
21. Armas têm várias funções, especialmente, a de defesa.	1	2	3	4	5
22. Carregar uma arma faz com que as pessoas se sintam poderosas.	1	2	3	4	5
23. Carregar uma arma transmite idéia de poder.	1	2	3	4	5
24. Durante uma viagem, me sentiria mais seguro se tivesse uma arma.	1	2	3	4	5
25. É muito fácil sacar a arma num momento de discussão.	1	2	3	4	5
26. Em geral, as pessoas gostam de exhibir suas armas.	1	2	3	4	5
27. Em meu ambiente, arma de fogo nunca foi problema.	1	2	3	4	5
28. Estando armado poderei me defender numa briga.	1	2	3	4	5
29. Eu me sentiria mais poderoso (a) se tivesse uma arma.	1	2	3	4	5
30. Gostaria de portar uma arma.	1	2	3	4	5
31. Já que a polícia não pode estar em toda parte, precisamos estar armados para nos defendermos.	1	2	3	4	5

32. Não se pode falar em acidentes com armas, mas de imperícia, imprudência ou negligência.	1	2	3	4	5
33. O cidadão poderá ter o direito de não querer ter uma arma, porém não deverá perder o direito de tê-la.	1	2	3	4	5
34. O cidadão tem o direito de ter uma arma em casa.	1	2	3	4	5
35. O direito de portar uma arma independe do motivo para o seu uso.	1	2	3	4	5
36. O porte de arma facilita os suicídios.	1	2	3	4	5
37. O porte de arma favorece o crime.	1	2	3	4	5
38. O prazer de usar uma arma está no fato de exibi-la.	1	2	3	4	5
39. Penso que é burrice desarmar os homens de bem e deixar os bandidos armados.	1	2	3	4	5
40. Pessoas com armas em casa têm mais chances de serem mortas por armas de fogo do que aquelas que não as possuem.	1	2	3	4	5
41. Pessoas sem armas atraem violência à mão armada.	1	2	3	4	5
42. Portar uma arma faz as pessoas se sentirem seguras.	1	2	3	4	5
43. Profissionais que se expõem à situação de risco se iludem sobre os benefícios de andar armados.	1	2	3	4	5
44. Quanto mais bonita e prática uma arma, maior a cobiça por ela.	1	2	3	4	5
45. Sempre assisti meus familiares portarem arma de fogo.	1	2	3	4	5
46. Sempre reagirei a um assalto se estiver armado (a).	1	2	3	4	5
47. Tanto as armas registradas como as ilegais podem provocar tragédias entre civis.	1	2	3	4	5
48. Ter uma arma de fogo é uma solução para a ausência de políticas de segurança eficientes.	1	2	3	4	5
49. Todo cidadão tem o direito de decidir sobre ter ou não uma arma de fogo.	1	2	3	4	5
50. Traumas e ferimentos provocados por arma de fogo é um sério problema de saúde pública que afeta grande parte da população brasileira.	1	2	3	4	5
51. Uma pessoa armada poderá desencadear um acidente fatal contra si e/ou sua família.	1	2	3	4	5

Anexo D - Versão Final da Escala Motivacional para Porte de Arma (EMPA)

ESCALA DE ATITUDES COM RELAÇÃO AO PORTE DE ARMA DE FOGO

Sexo: ___Masculino ___Feminino

Idade: _____

Escolaridade: _____

Data: ____/____/____

Antes de responder à escala, responda, por favor, às seguintes perguntas:

Quanto ao porte de arma de fogo, você é: () contra () a favor

Possui arma de fogo em casa? () não () sim

Já teve contato com alguma arma de fogo? () não () sim

Alguém de sua família possui arma de fogo? () não () sim

Você considera o seu bairro violento? () não () sim

Leia atentamente cada uma das sentenças e marque o quanto você concorda ou não sobre as opiniões, sentimentos e atitudes em relação às armas de fogo. Para isso, escolha uma resposta de 1 a 5 para cada afirmação, tomando como base a escala apresentada a seguir. Coloque um “X” no número correspondente à sua escolha.

Veja o exemplo:

	Nunca/ Não concordo	Às vezes	Mais ou menos	Freqüen- temente	Sempre/ Concordo totalmente
É fácil tomar decisões.	1	2	3	X	5

Neste exemplo, a pessoa escolheu a opção “Freqüentemente” (número 4) porque acredita que, de maneira freqüente, tem facilidade para tomar decisões em sua vida.

Lembre-se de que **não existem repostas certas ou erradas**, nem limite de tempo para responder à escala. Responda de acordo com o que você pensa na maior parte do tempo.

Responda, por favor, a todas as afirmações!

	Nunca/ Não concordo	Às vezes	Mais ou menos	Freqüen- temente	Sempre/ Concordo totalmente
1. A arma de fogo é a mais eficiente forma de se defender.	1	2	3	4	5
2. A arma de fogo é a melhor forma de se defender de um assaltante.	1	2	3	4	5
3. A arma é um recurso para combater a violência.	1	2	3	4	5
4. A disponibilidade de armas facilita o número de homicídios.	1	2	3	4	5
5. A localidade onde moro exige que eu tenha uma arma.	1	2	3	4	5
6. A posse de uma arma faz com que seu proprietário se sinta mais seguro.	1	2	3	4	5
7. Arma de fogo previne a violência.	1	2	3	4	5
8. Arma de fogo significa maior risco a vida.	1	2	3	4	5
9. Arma em casa significa mais segurança para mim e minha família.	1	2	3	4	5
10. Arma impõe respeito.	1	2	3	4	5
11. Armas causam morte.	1	2	3	4	5
12. Armas deveriam ser utilizadas somente no exercício da profissão.	1	2	3	4	5
13. Armas estimulam o crime.	1	2	3	4	5
14. Armas legais podem ser roubadas e cair nas mãos do crime organizado.	1	2	3	4	5
15. Armas servem para agredir e não para defesa.	1	2	3	4	5
16. Armas têm várias funções, especialmente, a de defesa.	1	2	3	4	5
17. Carregar uma arma faz com que as pessoas se sintam poderosas.	1	2	3	4	5
18. Carregar uma arma transmite idéia de poder.	1	2	3	4	5
19. Durante uma viagem, me sentiria mais seguro se tivesse uma arma.	1	2	3	4	5
20. É muito fácil sacar a arma num momento de discussão.	1	2	3	4	5
21. Em geral, as pessoas gostam de exibir suas armas.	1	2	3	4	5
22. Eu me sentiria mais poderoso se tivesse uma arma.	1	2	3	4	5

23. Gostaria de portar uma arma.	1	2	3	4	5
24. Já que a polícia não pode estar em toda parte, precisamos estar armados para nos defendermos.	1	2	3	4	5
25. O cidadão poderá ter o direito de não querer ter uma arma, porém não deverá perder o direito de tê-la.	1	2	3	4	5
26. O cidadão tem o direito de ter uma arma em casa.	1	2	3	4	5
27. O direito de portar uma arma independe do motivo para o seu uso.	1	2	3	4	5
28. O porte de arma facilita os suicídios.	1	2	3	4	5
29. O porte de arma favorece o crime.	1	2	3	4	5
30. O prazer de usar uma arma está no fato de exibi-la.	1	2	3	4	5
31. Penso que é burrice desarmar os homens de bem e deixar os bandidos armados.	1	2	3	4	5
32. Pessoas com armas em casa têm mais chances de serem mortas por armas de fogo do que aquelas que não as possuem.	1	2	3	4	5
33. Portar uma arma faz as pessoas se sentirem seguras.	1	2	3	4	5
34. Quanto mais bonita e prática uma arma, maior a cobiça por ela.	1	2	3	4	5
35. Todo cidadão tem o direito de decidir sobre ter ou não uma arma de fogo.	1	2	3	4	5
36. Uma pessoa armada poderá desencadear um acidente fatal contra si e/ou sua família.	1	2	3	4	5